



GNARUS

Revista de História - ISSN: 2317-2002

EPITOMA REI MILITARIS
FEB MULHER HOLOCAUSTO
IDENTIDADE
LIBERDADE
HISTÓRIA
GUERRA
MORTE MITO
VODUN
REALENGO
MEMÓRIA
CINEMA
ESCRAVIDÃO
HERESIA
JUDEU
PATRIARCALISMO
SOBRENATURAL

Sumário

Ao leitor	3
Fernando Galha	
A Guerra chega ao Brasil: a criação das três divisões de Infantaria Expedicionária	4
Moisés Bastos	
Idade Média – Um mundo de crenças, ritos e seres sobrenaturais	19
Claudio Lourenço	
Inconsciente e Identidade brasileira	26
Diego da Rocha Viana Muniz	
Fotografias Post Mortem: O Retorno do morto	32
Fernando Galha	
O desamparo dos livres	39
Pedro Henrique Mello Abrahim Fernandes	
O patriarcalismo presente na Sociedade Imperial	41
Mariana Xavier	
“Então não sabes o que é ser escravo!”	49
Rodrigo Amaral	
A construção da luta feminina: dos anos de chumbo à liberdade democrática no Brasil	63
Geisa Maria de Oliveira	
Um convite à leitura de “a Heresia dos Índios”	70
Fernando Galha	
Mito X História: Religião Africana no Brasil	73
Júlio Cesar Rouberte	
Narradores de Javé: Uma reflexão acerca dos conceitos de memória, história e identidade	79
Mônica Barbosa Cardozo	
Alfonso X de Castela – Leão (1252-1284) e a “Epitoma Rei Militaris” (IV d.c) de Flavio Vegécio: breves apontamentos acerca de sua possível utilização na construção do modelo de atuação militar Alfonsino nas “Siete Partidas”	83
Rafael Costa Prata	
Realengo: Um bairro, uma estação e muitas bicicletas	90
Allan Oliveira	
Uma relação do cinema argentino com as reminiscências da memória	94
Renato Lopes	
A Odisseia: Mitologia, História e Visualidade	97
Fernando Galha	
Da transmigração à modernização: D. João e a criação das escolas de cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro	105
Germano Martins Vieira	
O dia em que o psiquiatra chorou: A lei, os campos e a voz dos silenciados	117
Vitor Luiz Bento Leite	



AO LEITOR

Por Fernando Gralha

Que histórias sobrevivem ao tempo? De onde viemos? Quem somos? O que move o historiador são as questões, somos impelidos à pesquisa, ao descobrir, ao farejar como um perdigueiro as pistas do passado. Como um detetive saído das páginas de Sir Arthur Conan Doyle ávidos por pistas, indícios e hipóteses, vivemos em cenário de buscas de conhecimento, de histórias.

As histórias nos colocam no mundo. De início, antes mesmo de sermos capazes de elaborar qualquer pergunta. Depois, quando diante um problema, somos capazes de perguntar. Antes e depois, são sempre as histórias, os relatos – orais ou escritos – que dão conta da nossa existência.

O homem separado do mundo é uma abstração, não existe. O homem só se humaniza quando se relaciona com outros homens. O ser humano está sempre instituindo relações. Ele só existe na relação. Por isso, as

perguntas sobre nossa origem e sobre as identidades são sempre coletivas. São os grupos sociais que as formulam, respondem e registram.

E é por isso que estamos aqui, este é o cenário de nosso quarto número, que dentro deste argumento, tem



cheiro de arquivo, odor muito familiar a todo historiador, o da pesquisa em busca de histórias. Histórias contadas em forma de relatos orais, escritos, fotografados e filmados que nos levarão a vários mundos, o dos escravos que resistem, o dos sem lugar em busca de um novo lugar, às mulheres que lutam, ao mundo

dos espíritos e dos mortos, ao medievo, à antiguidade mitológica, à nobreza imperial, à ciência, à guerra, enfim ao humano em toda sua humanidade e desumanidade e a nossa inexorável condição, a de viver e construir nossas memórias na fuga da morte da alma, o esquecimento.

Esperamos que nos acompanhem nesta nova viagem pelo rio da A-Letheia de nossa musa Mnemósyne.¹

¹ Sobre o A-Letheia e Mnemósyne ver “Ao Leitor” Gnarus, nº 1.

Artigo

Por Moisés Bastos

A GUERRA CHEGA AO BRASIL: A CRIAÇÃO DAS TRÊS DIVISÕES DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA

"No início da década de 1940, o ambiente no Brasil era de nervosismo e grandes preocupações. As notícias alarmantes veiculadas nos jornais da época ou transmitidas pelo rádio e os boatos espalhados pelos quinta-colunas amedrontavam e assustavam a população. Por toda a Pátria, muito embora estivéssemos distantes dos campos de batalha em que a humanidade se envolveu, choravam-se as vítimas inocentes dos impetuosos torpedeamentos dos navios mercantes em nosso litoral, enquanto inúmeros lares brasileiros eram assolados pela dor e pelo luto."¹

O depoimento da capitã Virgínia de Niemeyer Portocarrero, convocada como enfermeira para ir à guerra na Itália, mostra o ambiente vivido pela população brasileira no início dos anos quarenta do século passado. Seu depoimento toca exatamente no ponto de partida para a mudança de atitude por parte do governo brasileiro em relação ao conflito na Europa: o afundamento dos navios mercantes brasileiros.

Em 15 de agosto de 1942, a bordo do submarino U-507, o capitão de corveta alemão Harro Schat, em águas brasileiras, comandou o ataque ao vapor Baependi. Lançou dois poderosos torpedos e o navio afundou, matando 215 passageiros e 55

tripulantes.² Após o Baependi (antes deste navio os alemães já haviam afundado 13 embarcações brasileiras), e até 23 de agosto de 1943, os alemães torpedearam consecutivamente as seguintes embarcações: Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará, Jacira, Osório, Lages, Antônio, Porto Alegre, Apalóide, Brasilóide, Afonso Pena, Tutóia, Pelotaslóide, Bagé, Itapagé e Campos, num total de 17 barcos brasileiros e provocando mais de 1400 vítimas, entre mortos e desaparecidos.³

Essas atitudes hostis sofridas fizeram com que o Brasil declarasse estado de beligerância, em 22 de agosto de 1942, e em 31 de agosto do mesmo ano

¹ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 260.

² FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

³ CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II guerra mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 56.

foi declarado estado de guerra contra a Alemanha. Após os ataques realizados aos navios brasileiros, a população foi às ruas pedir providências do governo contra a afronta do Eixo e também para vingar os mortos da nação. A imprensa brasileira contribuía para aumentar os ânimos da população, pois publicavam fotos dos cadáveres mutilados pelos torpedeamentos, causando comoção popular, conforme observamos na figura ao lado.

A profundidade desses sentimentos de vingança fica bem clara no depoimento do ex-combatente Oswaldo Gudolle Aranha,⁴ filho do então Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha:

"O Brasil se transforma em consequência de fatos terríveis, vividos com os torpedeamentos de numerosos navios mercantes brasileiros na nossa costa. Foram atos tão brutais, tão vis, que muitas vezes um navio pequeno, de cabotagem, transportando famílias, era atacado a canhão, o que destroçava o navio e matava todos a bordo. Foi uma monstruosidade.

*Esses acontecimentos uniram o povo brasileiro como nunca se tinha visto. Como se diz, do Oiapoque ao Chuí. De fato, no Amazonas, em todos os lugares, o povo se juntou, revoltou-se com aquilo. Criou-se um estado de espírito tal, que apenas com a nossa participação na contenda a alma brasileira ficaria satisfeita!"*⁵

Outro ex-combatente confirma a insatisfação da população em relação às forças do Eixo. O coronel Carlos Heraldo de Farias Portocarreo relata que

"(...) não havia ainda, aqui no Brasil, o "animus-belandi", ou seja, o espírito de guerrear; mas as notícias, diariamente, pelos jornais, aumentavam, mostrando a crescente "onda" de torpedeamentos e afundamentos de vários navios nossos, cargueiros e de passageiros, ao longo da nossa costa! Sabíamos que submarinos alemães vinham rondando o nosso litoral! A cada dia, novos torpedeamentos! Foram mortos mulheres, velhos, crianças, sem o menor socorro, de surpresa, covardemente... A revolta popular foi crescendo, sem ver providências ou uma definição concreta das autoridades! Essa pressão geral cedo ganhou as ruas, manifestando a



Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

(CARVALHO, V. M. G. *Ex-combatentes do Brasil – Entre a história e a memória (1945-2009)*. 2009. 28 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.)

*indignação popular crescente, oriunda de estudantes, populares, famílias; passeatas com cartazes já exigiam uma definição do Brasil, que respondesse, à altura, aquelas provocações nazistas!"*⁶

Antes dos episódios dos consecutivos afundamentos de embarcações mercantes brasileiras, a política exterior do Brasil em relação aos aliados e aos alemães era bastante dúbia. O governo de Getúlio Dorneles Vargas tinha, explicitamente, uma afinidade com a política do

⁴ Oswaldo Gudolle Aranha foi convocado pelo Exército, servindo no Forte de Duque de Caxias, foi à guerra como soldado intérprete e motorista da Bateria de Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

⁵ MOTTA, A. M. (Coord.) *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 200.

⁶ MOTTA, A. M. (Coord.) *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 112.

Eixo. Alguns dos principais assessores militares do presidente, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, “inclinaram-se pela Alemanha, porque acreditavam que o Reich conquistaria a Europa, e os Estados Unidos aceitariam a nova ordem europeia”.⁷

As boas relações entre militares brasileiros e alemães se haviam intensificado a partir de 1905, com o novo regulamento para os institutos militares de ensino do Exército,⁸ e principalmente depois da participação da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha, na época da Revolta da Vacina, em 1905. O comando do Exército pretendeu intensificar as instruções práticas voltadas para a atividade fim da Força. Para isso, foram enviados à Alemanha grupos de oficiais para estagiar por dois anos no exército alemão. Esses grupos tinham a incumbência de apreender novas técnicas de emprego e doutrina para, de volta ao Brasil, implementá-las aqui. O grupo que seguiu em 1910 ficou conhecido como Jovens Turcos. Os Jovens Turcos influenciaram várias gerações de oficiais, pois após o regresso lançaram, em 1913, uma revista de assuntos militares chamada *A Defesa Nacional*. Segundo Fernando Rodrigues,⁹ a revista apresentava farto material sobre estudos e análises executados na Alemanha e a divulgação no meio militar atraiu a atenção de jovens oficiais para a difusão de ideias de transformação renovadora. Essa boa relação com a Alemanha, com o passar dos anos, se concretizou em boas relações comerciais:

“Nesse relacionamento bilateral, a balança de comércio com a Alemanha chegou a equiparar-se com a americana, tendo mesmo ultrapassado em 1940. No período de 1932 a 1938, ela conseguiu triplicar, medida em marcos alemães. Imaginem o volume desta exportação e importação com a Alemanha. Foi nessa época que, visando a manter e ampliar sua influência, a Alemanha se propôs a financiar a instalação de um complexo siderúrgico no Brasil através da empresa Krupp, aquela mesma que vinha fornecendo os canhões Krupp para a artilharia. No 1º RAM os canhões eram de 1908; quando fui transferido para Bagé encontrei os modernos canhões alemães, importados. Acrescente-se que esse relacionamento levava à concessão de linhas aéreas a empresas alemãs e italianas, em particular a Condor.”¹⁰

As informações sobre a balança de comércio do Brasil, cedidas pelo general Alcir Frederico Werner, em sua entrevista para o programa de História Oral do Exército, são ratificadas por Vagner Camilo Alves, que reproduz a tabela de percentuais, em relação ao valor das importações e exportações brasileiras de seus principais parceiros comerciais entre 1934 a 1941.¹¹ Existem diferenças entre o que diz o general em seu relato e Vagner Camilo em sua pesquisa, mas devemos levar em conta que o primeiro relata sobre fatos de mais de 50 anos, sacados da sua memória. E sabemos que as lembranças vão se arrumando e se justapondo com o passar dos anos. Como percebe David Lowenthal,¹² as lembranças também se alteram quando revistas. Aquilo que parece haver acontecido passa por contínua mudança. Quando recordamos, ampliamos determinados acontecimentos e então os reinterpretemos à luz da experiência subsequente e da necessidade.

⁷ MCCAN, Frank. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

⁸ RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro**. Jundiaí: Paco editorial, 2010.

⁹ RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro**. Jundiaí: Paco editorial, 2010.

¹⁰ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 23.

¹¹ ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora PUC, 2002, p. 71.

¹² Projeto História. Tradução Lúcia Haddad. São Paulo: Revista do PPGH da PUC, 1998, p. 97.

Já Camilo não trabalha com memória, e sim com dados de horas de pesquisas metodológicas. O que fica nítido no relato do depoente e nos dados do pesquisador é que há um aumento considerável nas relações comerciais entre o Brasil e Alemanha entre os anos de 1934 a 1939, e após o ano de 1940, com a guerra já iniciada, as transações comerciais entre os dois países têm uma queda vertiginosa.

Tabela 1: Importações entre 1934 a 1939.

ANO	EUA	ALEMANHA	REINO UNIDO
1934	23,7	14,0	17,1
1935	23,4	20,4	12,4
1936	22,1	23,5	11,3
1937	23,0	23,9	12,1
1938	24,2	25,0	10,4
1939	33,4	19,4	9,3
1940	51,9	1,8	9,4
1941	60,3	1,8	5,7

Tabela 2: Exportações entre 1934 a 1939.

ANO	EUA	ALEMANHA	REINO UNIDO
1934	39,1	13,1	12,1
1935	39,5	16,5	9,3
1936	38,9	13,2	11,9
1937	36,2	17,0	9,1
1938	34,3	19,1	8,8
1939	36,3	12,0	9,6
1940	42,3	2,2	17,3
1941	57,0	1,2	12,2

Não é nosso interesse esmiuçar os fatos sobre a história econômica do Brasil nos períodos antes e durante a 2ª Guerra Mundial, mas essas informações demonstram uma grande aproximação com a Alemanha chegando a uma equiparação e a uma rápida superação com o maior parceiro comercial brasileiro: os Estados Unidos. Apesar de todas as questões econômicas envolvendo a tríade Brasil-Estados Unidos-Alemanha, acreditamos que a mola mestra da entrada do Brasil no maior conflito da história da humanidade esteja centrada no aspecto geopolítico, ou seja, o interesse das forças beligerantes na posição estratégica do saliente Nordeste brasileiro, de fundamental importância estratégica e logística para os dois lados da guerra.

Em 1º de setembro de 1939, com a invasão alemã à Polônia, foi deflagrada a 2ª Guerra Mundial. A partir daí a Alemanha começou uma sequência de invasões de forma rápida e eficiente, o que ficou conhecido como *blitzkrieg*, ou guerra relâmpago, que era a junção de movimentos rápidos com blindados e ataques aéreos culminando com a chegada da infantaria para a efetiva dominação. Com essa tática de guerra de movimentos rápidos, a Alemanha, juntamente com sua aliada Itália, dominou a França, os Países Baixos, a Grécia, os Bálcãs e o norte da África. E foi com o domínio do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) no norte da África que a posição geográfica brasileira ganhou a já citada importância. O lado que conseguisse ganhar o Nordeste do Brasil para sua esfera de influência dominaria as comunicações por mar e ar no Atlântico Sul, e se essa dominação viesse por parte dos alemães, eles poderiam realizar ataques ao canal do Panamá, montando simultaneamente bases aeronavais na região, com o objetivo de controlar o tráfego marítimo, fechando-os aos

britânicos e norte-americanos.¹³ A possibilidade de o Brasil ficar atrelado aos germânicos causava ojeriza aos norte-americanos que chegaram a prever um ataque alemão no litoral nordestino. O Secretário de Estado dos Estados Unidos, analisando o andamento dos combates, alertava sobre uma possível investida alemã no Atlântico Sul:

“A situação está mudando com grande rapidez e a possibilidade de uma agressão alemã contra o hemisfério ocidental está tornando-se mais iminente. Na avaliação do Presidente e dos Chefes de Estado-Maior da Marinha e do Exército, os locais mais vulneráveis sob o ponto de vista da segurança do hemisfério ocidental são: a Islândia e Natal, no Brasil. Caso o governo alemão seja capaz, em futuro próximo, de obter controle sobre Dacar, é provável que a Alemanha empreenda um clássico movimento estratégico em forma de pinça, visando a tomada da Islândia e de Natal, o objetivo último sendo, através do uso de forças aéreas baseadas nestas regiões, isolar a Grã-Bretanha dos suprimentos que no momento chegam até ela via Oceano Atlântico.”¹⁴

Como em determinado momento da guerra uma das posições estratégicas mais cobiçada pelas forças litigantes pertencia ao Brasil, cabia ao governo usar esse trunfo nas negociações tanto com alemães quanto com os norte-americanos.

Desde o início do conflito mundial, o continente americano realizou reuniões para decidir a participação ou a não participação na guerra. A primeira destas foi a I Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Panamá, onde a principal decisão sobre o envolvimento do continente nos conflitos foi a

neutralidade. Delmo de Oliveira¹⁵ relata que nesse período houve um grande desentendimento entre o Brasil e a Inglaterra. Um navio carregado de armas compradas pelo Brasil da empresa alemã Krupp foi aprisionado pelos ingleses e somente com a intermediação dos Estados Unidos o material bélico foi entregue. Esse episódio afirma a posição de neutralidade do continente americano e mais especificamente do Brasil. Em junho de 1940, após a ocupação da França pelos alemães, foi realizada a II Reunião de Consulta de Chanceleres, em Havana. A neutralidade do continente foi mantida, mas houve uma resolução que previa que uma agressão a um país americano por outro país extra-continental seria interpretada como uma agressão a todo o continente.¹⁶

Essas conferências sempre tiveram os Estados Unidos como líder, que tentava aumentar sua influência nos “primos pobres” das Américas. Porém o Brasil exigia, para se atrelar à influência norte-americana, duas prioridades definidas pelo governo de Vargas: a construção de uma siderúrgica e o fornecimento de armas e equipamentos bélicos para as Forças Armadas.¹⁷ O governo brasileiro sabia da importância estratégica do Nordeste para o futuro dos embates mundiais, e Vargas, antes de conceder a utilização da cidade de Natal para a instalação de bases aliadas, usou essa posição como barganha para atingir seus objetivos. A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, era tão importante para as operações aliadas que ficou conhecida durante a guerra como o Trampolim da Vitória. Dela eram realizadas até 800 operações diárias de pouso e decolagem, sendo considerada em 1943 a cidade com o aeroporto

¹³ CAMILO, Wagner. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora PUC, 2002, p. 95.

¹⁴ Ibid., p. 95.

¹⁵ SILVA, F. C. S. et al. (Org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 120.

¹⁶ SILVA, F. C. S. et al. (Org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 121.

¹⁷ FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 16.

mais movimentado do mundo.¹⁸ O governo brasileiro tentava atingir seus objetivos de modernização das forças armadas e da construção da siderurgia para lançar a base de sua futura industrialização negociando com seus dois principais parceiros:

“Os possíveis acordos comerciais tornaram-se o centro da atenção das relações diplomáticas que a Alemanha e os Estados Unidos tratavam com o Brasil, pelo menos até as vésperas da guerra. (...) Enquanto a diplomacia germânica acenava com a possibilidade de fornecer brevemente material de uso militar e construir a siderúrgica, em troca da ampliação dos negócios e da exclusividade de fornecimento de certos materiais, os representantes dos Estados Unidos, dependentes de negociação com empresários privados para a questão siderúrgica, e de autorização e um Congresso hostil a qualquer envolvimento na guerra, assistiam preocupados à aproximação brasileira com os alemães.”¹⁹

Percebemos que, para o governo de Vargas, o que interessava era determinar um alinhamento com um país que fosse capaz de supri-lo em suas necessidades. Enquanto os interesses brasileiros não fossem realizados e, enquanto estivesse aberta a possibilidade de negociação com os dois países, o governo do Brasil não se decidiu a que lado apoiar. A indecisão brasileira começou a se esvaír quando, em junho de 1940, Getúlio Vargas deu, de forma velada, um recado aos americanos, fazendo um discurso para membros das forças armadas em que anunciava a falência da democracia e elogiava os fascismos. O governo brasileiro finalmente atingia seus objetivos, pois como diz Delmo de Oliveira:

“Mais do que elogios e críticas, os discursos de Vargas eram uma mensagem direta aos Estados Unidos. Se os americanos

desejassem a cooperação brasileira, teriam que cumprir as exigências nacionais, ou então o Brasil teria uma segunda opção. E o recado foi bem compreendido pelo presidente Roosevelt. Na segunda metade de 1940, os indícios de que os alemães poderiam ser vitoriosos a curto prazo eram grandes. A batalha da Inglaterra ainda não havia terminado, e a Operação Barbarosa, a invasão da União Soviética, que só seria concretizada no ano seguinte, era desconhecida de todos. Para dar uma prova concreta ao Brasil de que o alinhamento com os Estados Unidos seria mais vantajoso, os norte-americanos assinaram o acordo da siderurgia em 25 de setembro de 1940. Até o final de 1941, os governos brasileiros e norte-americanos assinaram acordos militares.”²⁰

A situação do Brasil, como aliado dos Estados Unidos, ficaria bem mais clara em dezembro de 1941, após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor. Depois do ataque Vargas, através telegrama, declarou estar “solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental”.²¹ Como já vimos anteriormente, a II Reunião de Consulta de Chanceleres previa que uma agressão a um país americano por outro país extra-continental seria interpretada como uma agressão a todo o continente. Era exatamente essa situação que se apresentava: um país do continente havia sofrido uma grande agressão e cabia ao continente se posicionar quanto a isso. Para a resolução do problema foi realizada a Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Nessa nova reunião ficou acertado o rompimento das relações do Brasil com as forças do Eixo. A diferença entre o rompimento das relações e a declaração de guerra

¹⁸ Ibid., p.37.

¹⁹ Ibid., p.16.

²⁰ SILVA, F. C. S. et al. (Org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 122.

²¹ Ibid., p. 123.

era apenas uma agressão direta. Para isso, Francisco Ferraz²² afirma que bastava o primeiro tiro.

Para as forças do Eixo não interessava a inclusão do Brasil na órbita norte-americana, o que é evidente. Lembremos a situação estratégica privilegiada do Nordeste brasileiro e também o fornecimento de matérias-primas, como a borracha, que deixariam de ser comercializadas, pois se direcionavam aos interesses da coligação aliada.²³ Os embaixadores da Alemanha, Itália e Japão escreveram ao governo brasileiro informando que o rompimento das relações significaria uma declaração de guerra, em clara tentativa de persuadir o Brasil a voltar atrás e, também, era a última medida que podia ser tomada antes do início das hostilidades.²⁴

As ameaças contidas nas cartas dos embaixadores realmente se concretizaram, dando início às ações contra as embarcações brasileiras. A primeira vítima foi o navio Cabedelo que, em 14 de fevereiro de 1942, desapareceu quando vinha dos Estados Unidos para o Brasil com um carregamento de carvão. Após o Cabedelo, foram torpedeadas consecutivamente as seguintes embarcações: Buarque, Olinda, Arabutã, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Piave e Barbacena,²⁵ num total de 13 navios, antes do já citado Baependi. Do primeiro ataque, em 14 de fevereiro de 1942, ao último, em 23 de agosto de 1943, foi um total de 31 embarcações brasileiras torpedeadas pelas forças Eixo.

Depois da declaração de guerra contra a Alemanha, em 31 de agosto de 1942, o Exército manifestou apoio ao envio de tropas brasileiras à

guerra, e em janeiro de 1943 os presidentes Roosevelt e Getúlio Vargas acertaram, na cidade de Natal, a participação direta de combatentes nas frentes de batalha.

Para o Brasil ir à guerra foi criada a Força Expedicionária Brasileira. Originalmente seriam três divisões de Infantaria Divisionárias, mas, principalmente por motivos de efetivos, só foi montada uma divisão. O Exército Brasileiro possuía no início da década de 1940 um efetivo de aproximadamente 90 mil homens e criar três divisões com aproximadamente 60 mil homens e ainda fardar, treinar, armar e alimentar toda essa gente, em tão curto prazo de tempo era praticamente impossível para o Brasil da época.

Acreditamos que a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial deveu-se a interesses políticos, econômicos e estratégicos e que o que decidiu sua efetiva entrada no combate ao lado dos aliados foi a consideração de que os Estados Unidos melhor atenderiam às suas pretensões político-econômicas, como por exemplo o acordo para financiamento da construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Os norte-americanos, através do seu Departamento de Guerra, previam a ocupação do Nordeste em seus planos militares. Foram elaborados quatro planos chamados de *Rainbow*,²⁶ que previam a ocupação com um efetivo de cem mil soldados. Segundo Francisco Ferraz,²⁷ os planos só não foram executados porque necessitavam da aprovação do presidente Roosevelt, que acreditava na solução diplomática para os acordos entre os dois países. Era a posição do Brasil dentro da conjuntura internacional que fez a cobra fumar.

²² FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 39.

²³ Ibid., p. 39.

²⁴ SILVA, F. C. S. et al. (Org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 126.

²⁵ CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II guerra mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 56.

²⁶ FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 36.

²⁷ Id. 2005, p. 36.

O fumo do cachimbo: montagem da FEB

A indecisão do governo brasileiro em escolher o seu lado na guerra fez com que a criação e principalmente a montagem da FEB tenha sido realizada de forma apressada, e estava longe de ser a ideal para um exército que iria entrar em combate. Porém, a criação e a participação efetiva nos campos de batalha faziam parte dos acordos²⁸ do governo brasileiro junto aos norte-americanos para reaparelhamento das forças armadas.

A intenção inicial, como foi dito, era a formação de três divisões de exército, o que significa que o Brasil embarcaria um Corpo de Exército (um Corpo de Exército era formado por três divisões). Isso denota que a formação da força brasileira era, como diz Ferraz,²⁹ ternária. Suas unidades sempre se dividiam em outras três menores sucessivamente até chegar ao menor efetivo de combate, que era o Grupo de Combate (GC). As unidades iam se subdividindo, a divisão era formada por três regimentos de infantaria, os regimentos formados por três batalhões, os batalhões por três companhias, as companhias por três pelotões, os pelotões por três grupos de combate. Existiam outras unidades militares que davam apoio direto, como os grupos de artilharia, a companhia de transmissões, o esquadrão de reconhecimento, os batalhões de engenharia e de saúde, etc., e também outras unidades não vinculadas ao combate, mas a formação básica era a ternária.

A Portaria Ministerial nº 47-44, de 09 de agosto de 1943,³⁰ estabeleceu a estrutura da FEB, baseada no modelo do exército americano, ao qual a força brasileira ficou subordinada. No mesmo dia da publicação da estrutura da força, foi convidado via telegrama, para o comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, o general João Baptista Mascarenhas de Moraes.³¹ Com criação e nomeação do comandante seguiu-se o recrutamento dos militares e civis convocados, que comporiam o efetivo de 25.334 homens e mulheres da Força Expedicionária Brasileira.

O recrutamento da FEB deveria inicialmente suprir a quantidade de militares para compor o Corpo de Exército previsto, mas existiram diversos pontos de entraves. O primeiro deles foi o padrão de saúde exigido. Os recrutados deveriam possuir no mínimo 1,60 m de altura, 60 quilos e 26 dentes. O recrutamento da FEB mostra a situação da saúde bucal da população brasileira da primeira metade do século XX, pois a dentição mínima foi uma das responsáveis pelo elevado número de dispensas.³² O número de aprovados não atingiu o mínimo necessário para compor nem uma divisão, muito menos um Corpo de Exército. Pretendia-se atingir 60 mil homens aptos para a luta, entre 200 mil convocados.

Os exames de saúde confirmaram o que já se tinha visto nos exames dentários: doenças crônicas, parasitárias, circulatórias, respiratórias, desnutrição, foram alguns dos motivos de reprovação dos convocados. Até militares já

²⁸ VIDAL, Germano Seidl. **A guerra proscrita**. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999, p. 29. O incremento da cooperação político-militar com os EUA, a partir do *Lend-Lease*, levou à assinatura de um convênio em 23 de maio de 1942, mantido secreto por conveniência dos dois governos, estabelecendo que aquela cooperação, para proteção de ambos os países e do continente, deveria continuar até desaparecerem os efeitos do atual conflito. Referia-se então, à Resolução aprovada na III Reunião dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

²⁹ FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

³⁰ MORAES, Mascarenhas. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005, p. 25.

³¹ CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II guerra mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 131.

³² FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 47.

pertencentes ao Exército Brasileiro foram reprovados com doenças incompatíveis com a profissão militar. Entre os convocados militares foram encontrados homens com daltonismo, pés chatos, doenças respiratórias, icterícia, epilepsia e hanseníase, além de psicoses variadas.³³ O estado de saúde dos brasileiros estava muito aquém do esperado, pois de um total de 107.609 examinados, 23.236 foram reprovados.³⁴

A solução encontrada foi baixar os padrões de saúde para o contingente que ia à guerra. O coronel ex-combatente Sylvio Chirsto Miscow relatou sobre o processo de classificação dos convocados:

“Os americanos classificavam os elementos a serem designados para a guerra em categorias: especial “E”, normal “N” e ainda, os incapazes, definitivamente ou não. Logo se viu que seria muito difícil, dadas as condições determinadas pelos americanos, processar uma organização. Assim, o Ministro da Guerra baixou uma ordem unificando as duas primeiras classificações, “E” e “N”, para tornar mais fácil fazer-se a mobilização.”³⁵

Outro entrave era que, quando os comandantes de unidades militares do Exército tinham que enviar alguns de seus homens para a seleção da FEB, mandavam seus piores subordinados com a finalidade de se livrarem de um problema, como fica claro no relato do general Motta:

“Mas, para se ter uma ideia de como era vista a FEB, um dia o Regimento recebeu a ordem de recrutar cinquenta homens para a integrarem-na. A orientação que recebemos foi para designarmos os má-conduta e os indesejáveis, excluindo os que estavam à disposição da Justiça Militar. Então foram recrutados os piores homens do Regimento para mandar para a FEB.”³⁶

O relato do general Avelino ratifica a ideia de que os piores homens eram enviados à FEB:

“Havia muitos claros no efetivo da Unidade, com dificuldade de preencher, pois os comandantes não davam o “concordo” para a transferência dos seus subordinados, quer seja oficial, sargento ou soldado. Precisava-se de um especialista e o seu comandante não dava o “concordo” porque ele era um bom oficial, um bom sargento, então eles não vinham. Isso era uma surpresa para nós. Pois se tratava de uma mobilização para a guerra. Começamos a receber gente de segunda classe.”³⁷

Ainda houve mais um problema para a formação do Corpo Expedicionário, pois existiu o clientelismo que os febianos chamavam de “pistolão”. Eram os convocados ou militares da ativa que, através de alguma autoridade, conseguiam se livrar de ir à guerra. O relato do coronel Heraldo Carlos mostra como realmente existiam os pistolões:

³³ FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 47.

³⁴ MCCAN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995, p. 290.

³⁵ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 208.

³⁶ Ibid., 2001, p. 57.

³⁷ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 104.

“Para os comandantes, a quem caberia organizar tal força, tornou-se assim uma tarefa muito difícil! O desespero das famílias envolvidas culminou num verdadeiro pânico! Quando sabiam da convocação de seus filhos para a guerra, era um corre-corre... Quem tinha um pouco de influência, tratou de conseguir um pedido, um “pistolão” que conseguisse livrar o filho ou o parente daquele pesadelo... Esse era o clima naquele momento... O fato é que os “eleitos” para a convocação procuravam se livrar de algum modo...”³⁸

O capitão Divaldo Medrado também fala sobre a tentativa de não ir à guerra:

“Os soldados que pertenciam ao nível social mais elevado objetivavam uma dispensa do serviço militar e lutavam desesperadamente para obtê-la. (...) Muitos dos convocados do meio rural que não eram letrados aceitaram humildes e conformados sua inclusão no contingente da FEB, enquanto a maioria dos bem situados financeiramente conseguiu desligamento por razões inúmeras vezes infundadas.”³⁹

Ambicionava-se montar uma elite⁴⁰ de combatentes para incorporar a Força Expedicionária, mas as dificuldades apresentadas não permitiram nem que fossem atingidos os quantitativos humanos idealizados. Não foi possível montar a elite planejada, mas sim uma colcha de

retalhos de homens oriundos de vários lugares do país, em sua grande maioria vindos das classes mais populares.

1.3. O fogo do cachimbo: o treinamento

O treinamento da força também sofreu dificuldades. Poderia ter sido utilizada a tropa treinada e equipada que estava estacionada no Nordeste, mas havia o medo de retirar os homens dessa região e haver uma invasão alemã. Antes mesmo da criação da FEB, com seus 25 mil homens, no Brasil já havia um contingente cinco vezes maior mobilizado para concretizar um rigoroso plano de defesa do litoral brasileiro, elaborado pelo comando do Exército ainda no ano de 1941.⁴¹ Esse contingente, estacionado no Nordeste, e que já estava treinado, compunha a Força de Vigilância do Litoral e tinha como missão impedir o desembarque de tropas inimigas no litoral brasileiro. Segundo Virgínia Mercês, esses homens foram recrutados e treinados da mesma forma que os componentes da FEB. Num primeiro momento, se deteriam no litoral e, posteriormente, se dirigiriam para os campos de batalha europeus.⁴² A ideia de enviar os militares da Força de Vigilância do Litoral fica mais clara para os militares aliados que souberam da rendição das forças do Eixo no norte da África, o que eliminava a necessidade de manter um contingente tão grande estacionado no Nordeste, já que o desembarque alemão em terras brasileiras passou a ser muito improvável. E mais:

³⁸ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 114.

³⁹ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 280.

⁴⁰ FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 46.

⁴¹ CARVALHO, V. M. G. **Ex-combatentes do Brasil – Entre a história e a memória (1945-2009)**. 2009. 58 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

⁴² Ibid., p. 59.

“A recomendação nº 14 da Comissão de 20 de janeiro preconizava que as forças do Nordeste deveriam ser preparadas para o emprego externo e, agora que a investida alemã no Norte da África já não mais representava perigo, uma forte guarnição brasileira na área era desnecessária. Em razão disso, os norte-americanos achavam que as forças do Nordeste deveriam constituir a força expedicionária.”⁴³

Porém os militares brasileiros e americanos tinham realidades diferentes. Viam a guerra e enxergavam-na através de seus próprios problemas. Alguns militares brasileiros acreditavam que os americanos poderiam tentar manter as bases americanas cedidas pelo governo brasileiro no Nordeste, mesmo após o fim da guerra. Então seria bom manter forças nacionais de valor na área.⁴⁴ Também existia o medo de uma invasão argentina por parte dos brasileiros. Para o Estado-maior do Brasil, se o Eixo desembarcasse em Santa Catarina, os argentinos poderiam aproveitar a oportunidade e atacar, abrindo assim uma nova frente de guerra. McCAN afirma que essa visão não convencia os militares aliados envolvidos numa guerra convencional, mas o Exército brasileiro foi formado através de rebeliões, guerra civil e campanhas de guerrilha. As preocupações não estavam baseadas nos acontecimentos da Europa e sim na realidade da História Brasileira.⁴⁵ As observações brasileiras poderiam parecer infundadas, mas a Argentina e o Chile não declararam guerra ao Eixo na conferência do Rio de Janeiro. A Argentina, que possuía uma política externa de contestação aos Estados Unidos

e de simpatias explícitas à Alemanha, só declarou guerra ao Eixo em 1945.⁴⁶ Alacyr Frederico Werner relatou:

“Levei um susto ao ler no jornal a notícia do ataque japonês a Pearl Harbor. O resultado imediato foi a reunião dos chanceleres de 28 de janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, que recomendou o rompimento de relações com o Eixo. O Brasil, desde logo, mostrou-se favorável; a Argentina e o Chile acharam que a declaração resultante dessa reunião não era obrigatória e mantiveram a neutralidade.”⁴⁷

Além desses fatores, os militares brasileiros queriam estabelecer mais três centros de treinamento: no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Nordeste, recebendo para isso cinquenta por cento do material completo de uma divisão. Por sua vez, os americanos que já combatiam na guerra não poderiam deixar de priorizar suas frentes de combate para suprir o Brasil com material de uma divisão e meia somente para treinar os brasileiros, ainda mais já existindo uma tropa preparada:

“Leitão de Carvalho e Ord acompanharam manobras no Nordeste e retornaram aos Estados Unidos impressionados com o grau de instrução da tropa. Ord escreveu a Marshall que o Brasil pretendia combater no exterior, que seu Exército desempenhar-se-ia bem, depois de quatro a oito meses de treinamento com material moderno, e que Vargas havia concordado em aceitar a

⁴³ MCCAN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995, p. 278.

⁴⁴ MCCAN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995, p. 278.

⁴⁵ Ibid., p. 273.

⁴⁶ SILVA, F. C. S. et al. (Org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 129.

⁴⁷ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 24.

direção estratégica dos EUA no emprego da Força Expedicionária Brasileira (FEB).⁴⁸

A FEB, após a convocação e recrutamento, foi reunida na região do Rio de Janeiro, no campo de instrução de Gericinó. Lá foram realizados os treinamentos precários para uma guerra moderna que seria travada na Europa. Os materiais prometidos pelos americanos demoraram a chegar, o campo de instrução de Gericinó era pequeno para realizar um treinamento com toda a divisão desdobrada no terreno, havia a dificuldade de comunicação dos instrutores americanos que não falavam português. Os problemas eram muitos, mas o treinamento básico de combatente foi realizado com material do próprio Exército Brasileiro. Marchar, correr, atirar, conhecimentos mínimos necessários foram passados, mas o material que usariam em combate só foi recebido na própria guerra. O treinamento da FEB foi realizado dentro das possibilidades de material e conhecimentos militares existentes no Brasil. O ex-combatente capitão Divaldo Medrado relatou:

“Participei de exercícios no 10º RI, depois no 11º RI em São João Del Rei e, por último, no Rio de Janeiro, onde prosseguiu o meu estágio de manejo, com tiro real, do armamento existente no campo de instrução do Gericinó, exercícios de desembarque, em navio improvisado, no parque de instrução e no Morro do Capistrano, na Vila Militar. As marchas de grande distância eram realizadas com o equipamento completo. A que mais me impressionou foi a que ocorreu após o

desfile de despedida na Avenida Rio Branco, quando saímos da Praia de Botafogo até a Vila Militar. Nesse percurso de 35 km, recebemos homenagens e até lanches, servidos pela população, que sempre nos aplaudia.⁴⁹

Em alguns dos relatos de febianos menciona-se o despreparo dos brasileiros, principalmente quando comparado com os americanos, mas a falta de preparo para uma guerra moderna era o reflexo do Brasil da época, um país sem indústria pesada, com a maioria de sua população vivendo no meio rural, um país ainda exportador principalmente de café. Não era possível ter um país pobre e rural e um Exército moderno e extremamente eficiente. A impressão de um treinamento insuficiente foi relatada pelo ex-combatente, o economista Oswaldo Aranha (filho):

O preparo da FEB era o normal da vida militar em um quartel brasileiro. Não houve nada de especial, apenas algumas armas novas, como a bazuca. Nós atirávamos de bazuca, aprendemos a utilizar o jeep. (...) A preparação no Brasil não foi bem feita, mas não podia ser de outra forma. Aconteceu que fomos despreparados, mas outras nações também. Conversei com os americanos e estes também diziam não terem tido preparo para vir para aquele lugar, mas sim outro, era assim mesmo.⁵⁰

As dificuldades encontradas para a formação e preparação da FEB geraram um descrédito da própria força. Citações jocosas e anedotas foram

⁴⁸ MCCAN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995, p. 279.

⁴⁹ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 280.

⁵⁰ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 202.

realizadas sobre a Força. O general Confúcio Danton de Paula Avelino nos conta que os nossos dirigentes, não os oficiais e generais que topavam a parada, os que se encontravam em nível acima, que eram contra. Ficava mal, porque a Força Expedicionária desfilava e não embarcava. Então, o pessoal dizia assim: *“Qual a diferença entre a escola de samba e a FEB?”* Respondiam: *“É que a escola de samba ensaia e sai, e a FEB ensaia e não sai. Eram participações jocosas que nos deixavam amolados, um pouco.”*⁵¹

O descrédito continuou quando se desistiu de enviar um Corpo de Exército para enviar uma Divisão de Infantaria Expedicionária, que possuía um efetivo muito menor do que o do planejamento inicial. Diziam que o Brasil começava a tirar o corpo fora. O próprio símbolo maior da FEB, a cobra fumando, surge devido às anedotas sobre a veracidade do embarque brasileiro para a 2ª Guerra Mundial. Espalhava-se que Hitler dizia que o Brasil só embarcaria no dia em que as cobras brasileiras fumassem cachimbo.⁵²

1.4 Aceso o cachimbo: o Brasil chega à Europa

As dificuldades de criação da FEB foram de uma forma ou de outra superadas, bem da maneira como disse o Marechal Cordeiro de Farias: “A FEB espelha bem o Brasil, com quase nada de planejamento e tudo quase de improvisação”.⁵³ Esta improvisação para resolver os problemas da força se refletiram no preparo da tropa.

A FEB embarcou para a Europa em cinco escalões, com aproximadamente 5 mil homens cada, de julho de 1944 à fevereiro de 1945. Como

previsto nos acordos realizados entre os governos do Brasil e Estados Unidos, a tropa brasileira deveria ser armada e treinada pelos americanos, porém houve demora na entrega dos equipamentos de guerra para os brasileiros, atrasando o treinamento. A FEB chegou à Itália para suprir a falta de efetivo causada pela invasão da França pelos aliados. O comando aliado deslocou do teatro de operações italiano sete divisões (quatro francesas e três americanas) para poder concentrar forças no ataque à França. Devido a isso, houve atraso na entrega de material aos brasileiros. O general Confúcio relata que na Itália, não se teve suprimento também. Quem tinha prioridade para receber suprimento era a tropa que ia tomar parte na invasão do sul da França, em Marselha. Nós tínhamos prioridade dois ou três. Começamos a quebrar o galho e resolver problemas.⁵⁴

Após a regularização do material e da instrução por parte dos americanos, a impressão dos brasileiros em relação à organização do exército estadunidense é uma constante nos relatos dos ex-combatentes. O general Alacyr Frederico Werner relata:

“No apoio logístico, ressalta a desburocratização americana. Num posto de suprimento de combustível, por exemplo, bastava trazer um camburão vazio para receber outro, cheio. A munição era estocada próxima da estrada, com fácil acesso, e, para apanhá-la, havia um mínimo necessário de controle burocrático. O

⁵¹ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 105.

⁵² MCCAN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995, p. 294.

⁵³ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 123.

⁵⁴ MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 107.

suprimento, quer fosse em latas, quer em gêneros, era perfeito.”⁵⁵

O general Sebastião José Ramos de Castro também recorda da fartura de meios disponibilizados pelos americanos:

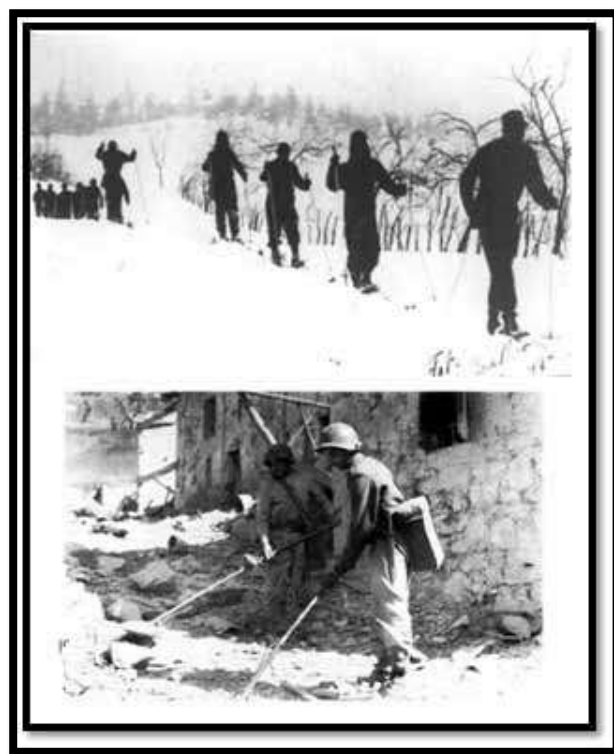
“Para demonstrar a situação em que nós nos encontrávamos, cito o meu exemplo: eu nunca tinha lançado granada de mão defensiva ou ofensiva como cadete. Tendo que praticar, fui para um espaldão e perguntei ao sargento: “Quantas atiro?” Ele disse: “O senhor atira tantas até se sentir cansado e não ter mais medo de lançar granada”. Então lancei muitas granadas em um só dia. Havia muita fartura, empregando-se todas as armas da infantaria.”⁵⁶

As boas impressões continuam. O general Helio Portocarrero de Castro afirmou que *“a guerra deles era de rico. Os agasalhos que nós recebemos, a alimentação, enfim, tudo de exército necessita em campanha foi abundante e de primeira qualidade”*.⁵⁷

O soldado brasileiro se adaptou bem rápido à realidade da guerra e às novas tecnologias dos armamentos aliados, circundados sempre pela eficiente logística norte-americana. Os brasileiros apreenderam de tudo: a lançar granadas, a andar de esqui, a operar rádios, a utilizar detectores de minas, a atirar de bazuca, tudo que uma guerra moderna e de ricos pode oferecer. A figura na coluna ao lado mostra militares brasileiros operando detectores de minas e realizando

patrulhas com esquis de neve. Mas tudo que foi utilizado pelos brasileiros não partiu da benevolência, nem do altruísmo norte-americano, pois foi pago pelo governo brasileiro e custou bem caro. Os Estados Unidos da América gastou com a mobilização de 12 milhões de homens, suprindo seus aliados com apetrechos de guerra, aproximadamente US\$ 350.000.000.000 entre 1939 e 1946.⁵⁸

O congresso norte-americano aprovou em 11 de março de 1941 a Lei de Empréstimo e Arrendamento, e autorizava o Presidente a vender, transferir, trocar, arrendar, emprestar ou, de qualquer forma, dispor de qualquer artigo de defesa em benefício de qualquer nação cuja defesa ele considerasse vital para a segurança dos Estados



Brasileiros utilizando equipamento americano.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

⁷⁸ MOTTA, A. M. (Coord.) *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 38.

⁵⁶ Ibid., p. 59.

MOTTA, A. M. (Coord.) *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 81.

⁵⁸ VIDAL, Germano Seidl. *A guerra prosrita*. Rio de Janeiro: Razão cultural, 1999, p. 26.

Unidos.⁵⁹ Através dessa lei se deu o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, em 01 de outubro de 1941, modificado em 03 de março de 1942, conhecido como *Lend-Lease*.⁶⁰ A Lei de Empréstimos e Arrendamento, que permitiu a revitalização das Forças Armadas brasileiras, o equipamento da FEB e a sua manutenção em campanha, custou US\$ 361 milhões aos cofres brasileiros, sendo a última parcela paga em 01 de julho de 1954, em cerimônia realizada no Departamento de Estado Americano.⁶¹

O general Confúcio relata sobre o material de guerra fornecido pelos americanos:

"Considere-se que o americano entrou na guerra milionário, e saiu arquimilionário, tudo era vendido. Quem está falando é um capitão que foi oficial de suprimento de material bélico, que recebeu 84.910 peças e

conjuntos e forneceu 25.226, além de todo o material de limpeza e conservação necessário à manutenção do material distribuído. Os americanos forneciam, mas tudo nós pagamos; não foi nada de graça (...).

*Na guerra o americano supriu tudo. Basta perder, e dar uma parte para receber a reposição de um canhão, morteiro, metralhadora etc. Além do armamento, foram distribuídos centenas de binóculos, bússolas, relógios, tabelas gráficas etc. (...) Agora nada de graça, tudo pago, não se pense que eles deram um alfinete para o brasileiro, nós pagamos toda a guerra."*⁶²

É claro que, sem o fornecimento pelos americanos de material para a FEB, é bem provável que os brasileiros não obteriam as vitórias em terreno europeu. O Brasil foi à guerra atrelado ao Exército Americano. Sua participação e atuação foram determinadas pelo comando do V Exército dos Estados Unidos dentro da hierarquia militar, onde um militar de menor patente responde ao seu superior imediato. Mas claro também está que o material, por mais moderno e caro que seja, sozinho não ganha guerra alguma. O que aconteceu foi devido a atuação dos homens. Homens que nunca haviam visto neve e tiveram os menores índices de pés de trincheira da guerra; homens simples, muitos analfabetos que obtiveram vitórias em batalhas como Forno, Monte Castelo e Montese.



Moisés Bastos é Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO e Professor da UNINILTON.

⁵⁹ VIDAL, Germano Seidl. **A guerra proscrita**. Rio de Janeiro: Razão cultural, 1999, p. 28.

⁶⁰ Ibid., p. 28.

⁶¹ VIDAL, Germano Seidl. **A guerra proscrita**. Rio de Janeiro: Razão cultural, 1999, p. 29.

⁶² MOTTA, A. M. (Coord.) **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 123.

Ensaio

IDADE MÉDIA – UM MUNDO DE CRENÇAS, RITOS E SERES SOBRENATURAIS

Por Claudio Lourenço



Imagine viver em um mundo repleto de seres sobrenaturais. Imagine um mundo onde havia uma batalha constante entre deuses, entre seres da luz e seres das trevas e o resultado dessa batalha determinaria o destino de todos os homens. Um mundo em que as florestas fossem locais perigosos, onde haviam animais perigosos, duendes, fadas e lobisomens. Ruínas abandonadas seriam moradia de fantasmas e alguns locais seriam amaldiçoados causando morte e desespero de quem dali se aproximasse. Espíritos errantes que não encontram o descanso vivem vagando pelo mundo, trazendo medo e apreensão e demônios vivem atacando as pessoas que não estão protegidas nem mesmo dentro de suas próprias casas, pois à noite esses demônios poderiam vitimá-

las em suas próprias camas. Mesmo dragões poderiam estar escondidos dentro de seus covis. Ao subir uma montanha, poderia se topor com um gigante e atravessar o grande mar, nem pensar! O mar era a morada de monstros terríveis, como serpentes gigantes, krakens, sereias e outras coisas mais.

Neste mundo repleto de perigos, a proteção viria de itens mágicos, talismãs, conjurações, bênçãos. Aliás, haviam homens e mulheres que podiam manipular as forças da natureza a seu bel prazer. Pessoas que tinham dons sobrenaturais. Não há médicos, e nem se precisa deles. Se uma pessoa adoece, vai procurar uma bruxa que, com seus conhecimentos sobre ervas e magia, prepara uma

poção ou um encantamento para devolver a saúde à pessoa. Ou também pode procurar um clérigo que com seu poder divino exorcizaria a causa da doença. E, lembrando bem, bruxos e clérigos não se dão. Os bruxos acusam os clérigos de querer o poder só para eles e de impor suas crenças às pessoas, impedindo que elas tenham livre escolha. E os clérigos acusam os bruxos, e magos, de tirarem seu poder de fontes obscuras e malignas. A batalha é grande.

Fantasmas, monstros, espíritos malignos diversos, povoavam o mundo. Mesmo os mortos poderiam a qualquer momento levantar de suas tumbas para atormentar os vivos. Mas no meio de todo esse terror havia um poder divino central, que contava com uma equipe de sacerdotes e monges que incessantemente se posicionavam contra as forças das trevas executando seus ritos e orações. Um grupo de guerreiros poderosos combatiam o mal fosse qual fosse a forma que ele assumisse. E reis com poder outorgados pela divindade conduziam os homens sob sua proteção.

Parece cena de um filme, de um romance de fantasia ou de um jogo de RPG? Pois saiba que estamos falando de um mundo real! Ou, pelo menos, era assim que acreditavam os homens da Idade Média.

HISTÓRIA DAS MENTALIDADE E PSICOLOGIA

A História das mentalidades é o ramo da História que busca analisar a forma de o homem pensar, a forma de ele sentir e como ele interage e se comporta em seu meio social e natural ao longo do tempo histórico. Dentro das Mentalidades, o estudo do imaginário, do conjunto de símbolos e imagens que o homem cria para se comunicar,

transmitir ideias, construir modelos, assume aspecto importante e fascinante.

Mas o que levou os homens da Idade Média a acreditarem em fatos sobrenaturais, em tantas coisas sem lógica? A Psicologia pode nos ajudar a compreender isso.

O conhecimento da psicologia humana é fundamental para o estudo das mentalidades em História. Se se quer compreender como os homens pensam, sentem e o porquê de suas atitudes em um dado momento histórico ou mediante a algum acontecimento, faz-se necessário o conhecimento e compreensão de como o ser humano funciona psiquicamente. Sem essa compreensão, o homem será relegado ao estado de um simples objeto nas mãos das forças naturais e dos fenômenos políticos e econômicos.

As postulações do psicólogo Carl Gustav Jung formam uma ampla base de meios de se compreender o imaginário humano, com suas simbologias e expressões culturais. Jung demonstra que o ser humano tem dois níveis de funcionamento psíquico, um consciente e outro inconsciente. O nível consciente está relacionado às funções voluntárias e à mente racional e analítica. Já a mente inconsciente, o chamado subconsciente relaciona-se às funções involuntárias e aos níveis mais profundos da consciência humana. A psique inconsciente divide-se em duas camadas. A primeira, mais superficial, é de caráter pessoal, surgida das aquisições individuais através das experiências vividas ao longo da existência. É conhecida como *inconsciente pessoal*. A segunda camada é mais profunda e é comum a todos os indivíduos, sendo conhecida como *inconsciente coletivo*. Ao contrário do inconsciente pessoal que é particular de cada indivíduo, o inconsciente coletivo é comum a todos os homens, sendo

formado por um conjunto de estruturas que concede aos seres humanos características próprias humanas. Tais estruturas são chamadas de *arquétipos*.

Os arquétipos são conteúdos primordiais, universais. São modelos surgidos e registrados na psique humana desde o surgimento do homem no planeta. Tais modelos geram formas de expressão comuns, naturais, em qualquer tempo e lugar.

Os arquétipos manifestam-se através de símbolos e imagens, que representam estruturas, ideais, modelos de manifestação. Todas as manifestações culturais do homem são expressões da própria estrutura psíquica humana. Tudo aquilo que o ser humano cria é um reflexo e uma adaptação de suas estruturas arquetípicas.

UM MUNDO DE FANTASIAS, SERES IMAGINÁRIOS E MODELOS ARQUETÍPICOS REAIS

O que é a realidade? Se formos analisar pela Física e pela Biologia, é um conjunto de informações coletadas pelos nossos cinco sentidos do mundo exterior e submetida ao cérebro para serem interpretadas. Na verdade, o mundo é formado por um número infinito de micropartículas submetidas a vibrações e que se organizam para formar tudo que existe. No fundo, todo o universo é apenas partículas e vibrações. É o nosso cérebro que consegue decodificar essas vibrações, e nossa mente que consegue analisá-las e dar um sentido, formar uma ideia.

A Psicologia entende que as coisas só existem para nós quando entramos em contato com elas e a ideia que formamos sobre algo é o que este algo será para nós. Ou seja, aquilo que definimos como realidade depende da interpretação de cada um,

pois cada ser humano possui uma condição interpretativa única e entenderá o universo de acordo com suas estruturas mentais. A realidade será aquela que estiver dentro de nossas mentes. O europeu medieval realmente acreditava nos conceitos, dogmas, rituais e seres que as crenças de seu tempo promoviam e era através dessas crenças que ele entendia o mundo.

Quando se fala em mentalidade medieval é necessário entender-se que a sociedade medieval foi formada pela ação e desenvolvimento do pensamento cristão, porém esse pensamento interagiu constantemente com o imaginário pré-cristão, uma mistura de elementos celtas, nórdicos, gregos e romanos. Seja considerando o imaginário popular ou filosófico, os conceitos desenvolvidos por esses povos deram corpo ao imaginário europeu medieval.



A MÃE, MARIA E A SANTA MADRE IGREJA

O arquétipo da Mãe relaciona-se à feminilidade, à natureza, à geração e manutenção da vida. Seus símbolos são as deusas, a lua, o mar. Suas manifestações são todas aquelas que representam a organização, o apoio, a proteção e o crescimento, como a Igreja, a religião, qualquer templo, a casa, a universidade. Em um nível mais profundo, a Mãe é a própria mente subconsciente.



Diana e Maria – duas imagens do arquétipo da Mãe.

Após as invasões germanas e queda do Império Romano do Ocidente, o ocidente europeu entra em uma fase de confusão, desfragmentação e caos político. A insegurança toma conta das rotas comerciais e cidades, florestas crescem onde antes haviam campos cultivados e as pessoas se agrupam em torno da propriedade de um senhor que poderia lhes conceder alguma proteção. Mas em meio a tamanha confusão, uma instituição mantinha uma organização secular, servindo de farol em meio à escuridão, guiando os homens ao caminho do bem e da salvação, limitando o poder dos senhores e organizando através de suas leis espirituais a sociedade. Essa instituição era a Igreja.

A Igreja ditava as normas sociais, as normas da política e culturais. Sendo os letrados da época, os clérigos perpetuavam os conceitos cristãos. As igrejas e mosteiros eram os pontos de concentração de todos para o culto e eventos, como festas religiosas, batizados e casamentos. Era a mãe de todas as pessoas.

Logo projeta-se a imagem de Maria, a mãe de Deus, em substituição às antigas deusas e como símbolo do arquétipo materno. Mas a imagem dessa mãe era agora voltada para os aspectos

maternais e protetores, em detrimento aos aspectos sexuais e reprodutivos. Enquanto a imagem de Ártemis em Éfeso apresentava-se com muitos seios e deusas como Freya e Afrodite eram extremamente sensuais, Maria era representada quase sem seios, muito vestida e imaculada.

O HERÓI

O arquétipo do Herói representa um modelo de personalidade, atitude e postura que se deseja atingir. O herói pode ser o santo, um homem honroso, o chefe, o rei, o guerreiro. A imagem do herói é vista em ícones, como o rei Arthur que era aquele modelo de rei que todo rei deveria ser. Também é o santo que luta contra o mal, como São Jorge, padroeiro dos cavaleiros medievais.



São Jorge mata o dragão - Note que a dama na imagem está em posição de súplica. O herói com o poder dado por Deus irá salvá-la. Essa mulher representa a virtude.

Fosse o cavaleiro de um romance, ou o cavaleiro do senhor, o herói inspira e serve de ícone a ser imitado. Os senhores e seus cavaleiros eram vistos como os ícones da sociedade medieval. Trajados com armaduras, empunhando espadas, lanças e escudos, faziam parte do imaginário de todas as pessoas.

MONSTROS, FANTASMAS, DEMÔNIOS E SERES MITOLÓGICOS

O imaginário medieval era repleto de seres fantásticos. Espíritos, fadas, elfos, duendes, sereias, anjos, demônios e santos povoavam as florestas, as ruínas, as igrejas, as residências e os campos. A qualquer momento poderia se topar com um desses seres e relatos desses encontros eram comuns. A própria concepção de sobrenatural não se aplica à mentalidade medieval, pois a crença na existência de tudo aquilo que se define como espiritual, mágico e miraculoso era comum aos homens. Para eles, o mundo era habitado por homens, lobos, pássaros, fadas, elfos, anjos e demônios.

As pessoas durante a Idade Média viviam em constante contato com a morte. Devido às más condições de higiene, falta de conhecimentos sobre as causas das enfermidades, dificuldades em se manter uma dieta saudável, a vida se tornava frágil. Além disso haviam os perigos constantes nas estradas e florestas, como bandidos e animais ferozes, as guerras e epidemias. Ao nascer uma criança, não se sabia se ela viveria por mais de um dia ou se chegaria aos cinco anos. Os adultos viviam em média até os 35 anos. Essa proximidade com a morte inundava o imaginário com figuras de gente morta e fantasmas.

Um fator que deve ser considerado é o medo a que as pessoas estavam submetidas no ocidente medieval. A insegurança se impôs naquela sociedade. Invasões e guerras se fizeram frequentes. As estradas eram dominadas por ladrões e as florestas habitadas por animais ferozes. O medo desestrutura a mente e tudo passa a ser visto pela lente do medo. A realidade ficou distorcida, a sombra projetada por uma vela passou a ser um espírito, o rosnado de um animal passou a ser o rugido de um monstro.

Um outro tipo de medo era o que o clero alimentava nas pessoas para que a Igreja mantivesse o controle sobre elas. Recordava-se sempre a ação dos demônios, dos espíritos maléficos das florestas e o poder da intercessão dos santos e dos anjos.



O que se precisa levar em consideração é o imenso poder que a mente humana possui de tornar objetivos elementos que só existem subjetivamente nela mesma. O processo de cognição é a interpretação de fenômenos pela mente humana e ela interpreta cada fenômeno de acordo com sua estrutura, de acordo com suas crenças. E se a crença em algo for forte o suficiente, é possível que uma pessoa veja aquilo em que ela acredita, mesmo que aquilo não exista concretamente.

Os seres fantásticos eram imagens correlacionadas a modelos arquetípicos e estruturas (ou desestruturas) mentais. O dragão é, talvez, o símbolo mais complexo da Idade Média. Representa a ancestralidade – os celtas

acreditavam na existência de dragões e viam esses animais como seres mágicos, símbolo do poder e misticismo – e a magia, tendo sido utilizado como símbolo de várias casas nobres europeias. Por outro lado, o Cristianismo via os dragões como símbolos do mal, da ganância, agressão e paganismo. A imagem do cavaleiro São Jorge matando um dragão é bem sugestiva.



Imagem de um dragão em um bestário medieval. Os bestiários eram livros descritivos de animais. Os animais fantásticos eram apresentados junto aos naturais, pois se considerava real a existência deles.

Haviam, também, os seres femininos, como fadas, sereias, dríades e ninfas. Esses são símbolos da alma, o princípio da estrutura feminina. Já os duendes e elfos, que eram espíritos das florestas para os celtas, passam a representar seres maléficos, capazes de todas as diabruras, como azedar o leite, agredir animais e sabotar equipamentos.

Talvez os mortos fossem a preocupação mais constantes das pessoas no medievo. Acreditava-se piamente que os espíritos dos mortos pudessem

retornar do além-túmulo, fosse para assombrar ou transmitir uma mensagem. A constante presença da morte – devido às condições de alimentação, perigos e doenças, a expectativa de vida era de 35 anos, se a criança sobrevivesse até os cinco – levava o homem a viver a realidade de que iria morrer. Essa crença era tão forte que as igrejas passaram a construir os cemitérios ao seu redor, para que, sendo enterrados em solo sagrado, os defuntos não pudessem retornar para aterrorizar os vivos.

Também havia os demônios, os arautos do mal, inimigos de Deus que buscavam desviar os homens para tomar posse de suas almas. Os demônios são um capítulo à parte na psicologia. São vistos como projeções de distúrbios sexuais e desejos reprimidos. São expressões das deformidades da psique humana. Com a repressão sexual exercida pela Igreja – o professor Hilário Franco Júnior diz que “a vida sexual ideal passou a ser a inexistente” –, foi natural que a libido direcionasse-se para



Imagem do demônio em um livro medieval

rumos desarmoniosos e se manifestasse através de imagens e atitudes deformadas.

Mas haviam armas contra o mal. Embora combatida pela Igreja, pelo menos em sua forma pagã, a magia era uma constante na realidade medieval. Havia conjuros, encantamentos, simpatias, ritos, talismãs, fetiches. E os próprios sacerdotes da Igreja eram poderosos no combate às forças do mal com suas orações, benzeduras, águas bentas e exorcismos.



Os santos eram figuras centrais do culto cristão e para as pessoas da Idade Média

E haviam os santos. Homens especiais, dotados de grande virtude e a quem Deus concedeu a Graça. Os santos são heróis do imaginário, que servem de modelos e combatem o mal. Havia miríades de santos aos quais as pessoas podiam recorrer para resolver qualquer problema. E esses homens santos haviam deixado para trás neste mundo alguns restos, as *reliquias*, que guardavam poderes sobrenaturais. Toda igreja ou mosteiro para ser grandiosos e atrair fiéis e peregrinos precisava possuir uma relíquia. Multidões vinham em

peregrinação para tocar as relíquias – e faziam doações ao templo – e obter bênçãos e cura.

O imaginário medieval continua a nos influenciar até hoje. Os mitos, crenças e rituais surgidos e estruturados na Idade Média são constantemente evocados como temas de filmes, games, contos e nas atividades do Cristianismo. Quando Roma cai e hordas de povos invasores tomam o território romano, onde antes havia unidade agora havia uma fragmentação extrema. Em meio ao caos do fim de um período, o homem teve que renascer, teve que se reinventar. Foi da mistura entre as instituições e imaginário romano e bárbaro que surge a mentalidade medieval. Foi essa mentalidade que impulsiona o homem às Cruzadas e à expansão marítima, que levariam tal mentalidade para o mundo. Foi na Idade Média que o homem ocidental estruturou sua cultura e sendo fruto dessa cultura, é natural que a expressemos até hoje.

Claudio Lourenço é graduado em Licenciatura plena em História pela Universidade Cândido Mendes e pós-graduando em História da África pelas Faculdades Integradas Simonsen.

REFERÊNCIAS:

- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo, SP. Globo, 2006.
- BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Coimbra, Portugal. Edições 70, 2009.
- BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Coimbra, Portugal. Edições 70, 2009.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. São Paulo, SP. Brasiliense, 2006.
- HILL, Jonathan. *História do Cristianismo*. São Paulo, SP. Edições Rosari, 2008.
- JUNG, C.G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru, SP. Edusc, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

Artigo

INCONSCIENTE E IDENTIDADE BRASILEIRA

Por Diego da Rocha Viana Muniz

A fim de responder a questão “Quem somos nós?”, os pontos centrais tocados nesse texto terão como referência as associações entre identidade brasileira e o inconsciente, direcionados pela comunicação do psicólogo Ricardo Augusto Alves de Carvalho no encontro “Refletir Brasil: diálogos sobre a brasilidade”.

Ricardo dá sua contribuição sobre o tema em evidência, afirmando de começo que “o brasileiro adora o inconsciente”,¹ é ele que contém o ego, os reflexos cruciais das relações paternas durante a infância, os fortes impulsos e instintos reprimidos de sexualidade, agressividades, afetos, desejos, sonhos, sublimações, atemporalidades,

confusões contextuais, além dos traumas que a psicanálise promete descobrir a origem e se possível curar “O obscuro”, “O que a gente não sabe.” Essa gama de informações pode desembocar tanto nas maiores irracionalidades e confusões, quanto nas soluções mais geniais diante de crises que “sambam” frente às barreiras. Coexiste também com outro conteúdo menos problemático relacionado à memória, para que não necessitemos pensar de maneira tão ativa e constante, num mundo com tantas informações. Sendo o consciente limitado e sensível no armazenamento e processamento, seleciona-se o que se pode junto às informações mais inteligíveis, enquanto o inconsciente intervém

¹ Ricardo A. Alves de Carvalho no encontro “Diálogo sobre a Brasilidade. Refletir o Brasil”. Trabalho apresentado em Paraty, dia 20/03/2011. Disponível em http://paraty.com/doc/refletirbrasil/02_mesa1.mp3.zip. Ricardo é graduado em Psicologia pela Pontifícia

Universidade Católica de Minas Gerais, 1984 e Doutor em Sociologie des Mutations pela Universidade de Paris VII, França, 1996. Ex-professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), e desde 2006 atua como professor e pesquisador da Fundação D. Cabral.

com uma influência extremamente relevante sobre o consciente.

Ricardo nessa pesquisa não se interessa pela verdade, mas trabalha com o imaginário que determina certos tipos de comportamento. Uma vez que para ele constantemente se vive de ficção, se interessa em quanto a ficção alimenta o espírito e designa a prática humana.

O brasileiro tem uma identidade cultural irreverente e informal, arrumando sempre um “jeitinho” para lidar com os protocolos. É sensualizado e sexualizado. Se a expressão sexual em público é proibida como tabu, religioso, político, cultural etc. a sensualidade é liberada e expressa como uma reação socialmente aceita, que provoca a moral e o puritanismo.

Além disso, sem ignorar os tradicionalismos, essa fricção sexual é extremamente frutífera para arte (como campo autônomo) quando pela criação da sensualidade, respeita suas fronteiras, uma vez que a violação passa a ser fruto de acusações que permeiam termos como banalização, pobreza intelectual, animalidades etc.

O erotismo ressaltando os órgãos sexuais do corpo provoca e cria fantasmas culturais.

Historicamente, a erotização do rosto vem após a censura do trato genital. Traços infantis pré-sexuais da fase oral, anal e genital, são reproduzidos na idade adulta pela sensação do gosto do beijo, a valorização dos seios, das nádegas e do sexo. Sendo importante salientar que este último tem na sedução uma íntima ligação com o amor.

Algumas vontades individuais não podem ser facilmente satisfeitas nas relações urbanas, com ênfases pautadas na objetividade. A evasão aparece como aventura, falta de inibição e na liberdade íntima com relação aos instintos possíveis de serem mostrados nos domínios privados. Sua profanação é frequentemente ligada à embriaguez, drogadição e qualquer forma artificial, compartilhada em momentos de êxtase.²

O brasileiro prega peças, é imprevisível, brincalhão e a qualquer momento pode ser traiçoeiro ou dar as respostas mais criativas e irreverentes possíveis. Uma vez que após a dominação portuguesa a terra não é nossa, cria-se uma condição histórica onde se “come pelas beiradas”. O povo brasileiro, assim, se acomoda sob a tendência de não se apropriar do Brasil, mas comumente se apropria da transgressão à norma.

Para toda crise, existe a facilidade de dar um “drible” imaginário, de forma com que os “sonhos” encontrem uma saída alternativa diante de sistemas e racionalidades burocráticas e impeditivas. Se instituiu aqui a normatização do sonho, como uma alternativa à regra. Parece um consenso que a criatividade nasce do desvio, da ambiguidade, da torção do “estar dentro, estar fora”. Se o sonho vem justamente do inconsciente e serve de alimento à criatividade, aqui é um excelente lugar para brotar as ideias, local esse, onde elas fazem o possível para negociar a realização das vontades interiores. Uma vez que a criatividade mescla basicamente fantasia e concretude, a desorganização e a imaginação com ânsia de tornar o sonho real parecem achar

² Ver MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo I: Neurose. 9ª ed. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

socialmente e com relativa facilidade comparativa, uma boa saída.

O inconsciente arruma uma forma de aparecer apesar de toda restrição externa: a casa e as relações afetivas tomam a rua, as vontades interiores reinam despoticamente por associações e perseguições irracionais e desmedidas, num frequente abuso moral e de poder. O costume da familiaridade com o outro desconhecido, nos torna escravos das relações afetivas, marcadas por detalhes subjetivos de uma relação imprevisível e instável. Há o culto individual do ego, manifestado em cima de relações pessoais que incluem proteção, bajulação e sensualidade, tomando as esferas mais diversas da vida.

Na ficção, o Brasil não tem um Super-Herói. É difícil achar um modelo ideal de conduta que nos parece negar sua própria existência e concretizá-lo de maneira “tortuosa”, onde moralmente e frequentemente, o certo convive com o politicamente incorreto. Saci Pererê, o Malandro, Macunaíma (e eu acrescento o Capitão Nascimento) formam o nosso possível quadro de “heróis” em forma de “anti-heróis”.

Houve um convívio íntimo e hierárquico entre as “raças”, cuja miscigenação aconteceu como estratégia portuguesa de ocupação de um território tão imenso (numa solução de caráter sexual) e como solução de conflitos por um intercâmbio social, possibilitando maior intercâmbio entre os diferentes estratos e etnias. De modo geral, o português teve caráter plástico, frequentemente contraditório e indefinido para se adaptar às diferentes situações que se aventurava. Portugal é geograficamente localizado “na porta oceânica” da Europa, e bem antes da chegada à América já se caracterizava

pela miscigenação com os mouros e africanos. Ao longo do processo colonizador, as fantasias sexuais permearam o imaginário com relação aos mouros, índios e negros, facilitando a ocupação e o hibridismo partes da formação brasileira, que é reconhecida mundialmente não apenas pela diversidade de genótipo e fenótipo, como por serem bons anfitriões estrangeiros, sem largar de mão características particulares. A cabeça dividida está na raiz da cultura brasileira, que por não se saber muito bem quem é, permite-se ser várias coisas.

No imaginário histórico, o brasileiro não é essencialmente ninguém, e justamente por ser multifragmentado e se reconhecer na interação, que se constitui pela antropofagia, como a incorporação do diferente.

Por não conseguir encontrar fáceis respostas sobre “quem eu sou”, diante do espelho, desiste da essência, num jogo de esconde-esconde, mas se pauta sob o exercício da interação.

Nossa herança ibérica faz o tempo passar lentamente e sem pressa. O brasileiro é ocioso, goza do prazer em viver, lúdico, afeiçoado às festas e à música como manifestações que exigem relativo planejamento, preparação, dedicação, trabalho, preenchimento das expectativas e reafirmação dos costumes e rituais que as circundam. O gosto pelo lazer, a fama de ter os melhores carnavais do mundo e a diversidade de ritmos musicais são facilmente notados. Tem visível dificuldade de lidar com regras, formalidades, prescrições, planejamentos em médio ou longo prazo, bem como com as relações objetivas, simbolicamente emergentes na cidade.

Há diversos empecilhos da invasão do privado na esfera pública, onde as relações objetivas se enchem de subjetividade, refletindo no

imperativo do patriarcado, de um culto individual e personalista. Destacando-se a emergência de um homem cordial, no sentido que se relaciona pelos ritmos do coração.³

Apesar dos resquícios coloniais, o Brasil não é Portugal: Ele se sente é melhor que Portugal. Ricardo cita Roberto da Matta para dizer que o brasileiro não é nem sólido, nem líquido: é pastoso.

Merece o mínimo de menção, o fato da criação desse universo particular mestiço, historicamente ter forte influência portuguesa, em suas complexas formas de se relacionar com o “outro”, já citadas anteriormente. Enquanto de um modo geral os países europeus precisavam constantemente reafirmar suas raízes diferenciais para demarcar a própria identidade, Portugal que já era mais aberto aos forasteiros, gera no Brasil um país ainda mais complexo. Como herança desse trato, faz parte da cultura brasileira, por exemplo, se ver pelos olhos do estrangeiro. Valendo relativizar que essa constatação também é comum em diversos sistemas culturais, não se pretendendo nesse caso nenhum caráter exclusivista, mas singular.

Foi principalmente a cultura afrodescendente que para fugir de uma moral cristã, transformou as possibilidades reprimidas da comunicação com o corpo, explorando a sexualidade, na sensualidade que criativamente se naturalizou na dança como um campo autônomo da arte. Nessa ambivalência da arte, por exemplo, a capoeira esconde a luta, pela música e a dança.

No sincretismo religioso ocorrido, é na cabeça vazia que baixa o santo.⁴ Se os braços estão cansados do trabalho, dança-se ou luta-se com os membros inferiores, aproveitando para usar toda sensualidade e sexualidade de maneira provocante, como relação de poder.

Se para a elite europeia a música boa era necessariamente sublimada. Diversas manifestações das danças afro, por exemplo, chamavam atenção por serem subversivas, coisas da classe baixa e sexualizada, que movia muito mais os membros inferiores que os superiores.

Os escravizados jogaram historicamente a manutenção da própria herança, com a adaptação a uma nova sociedade. Foi uma forma de usar a cultura para dar a volta por cima, buscando reconhecimento, veneração e aplauso.

Se a cultura, o hábito e o julgamento se naturalizam defensivamente na disputa de capitais culturais simbólicos que mantêm naturalmente as divisões de classe,⁵ tais características se protegeram como símbolos dos grandes substratos afrodescendentes, que progressivamente se integraram à cultura brasileira.

Relacionando a pós-modernidade à multi-brasilidade (as identidades pós-modernas são múltiplas, coincidindo justamente com a herança histórica do Brasil), como legado histórico, pode-se dizer que espontaneidade; a sensualidade; a “liberdade” sexual; a facilidade e o estímulo da comunicação corporal; o hibridismo e a ambivalência; o gozo e a liberação dos instintos nas festas; o império popular; a informalidade; a

³ Ver BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 13ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

⁴ Ricardo afirma que o célebre francês Pierre Verger, em conversa com Gilberto Gil, diz que numa cultura cartesiana, com dois mil anos de história, “o santo não quis baixar”.

⁵ Ver BORDIEU, Pierre. A Distinção - Crítica Social do Julgamento. São Paulo: EDUSP. 2006. p. 556.

flexibilidade; fugacidade; o imprevisto; a suscetibilidade à mudança; o hibridismo cultural; a miscigenação; o interesse local em diálogo com o global; o gosto e o refúgio pelo inconsciente; o potencial criativo; a proximidade do diálogo do topo com a base da pirâmide social e o caráter “escorregadio” (no sentido de pouco rígido) tão valorizados na sociedade pós-moderna, dialogam de maneira convergente com a cultura brasileira.

Como pontos possivelmente negativos, a hierarquia acontece em contraposição ao “horror” à igualdade, à desorganização do espaço público e às constantes irracionalidades e ingenuidades de olhar para si, por ser mais voltado para o exterior que para o interior; os erros, afetos, a exposição e as feridas abertas fruto da dificuldade de resolução de questões humanamente dolorosas e insuportáveis, bem como a ambivalente fuga à definição, podem ser contrapontos ambíguos que fazem a cultura brasileira andar na contramão de valores que exigem maior formalidade e democracia. Tais observações não desmerecem nenhum dos pontos anteriormente citados, mas se relacionam com eles.

Apesar das menções de Freud, Sérgio Buarque, Freyre, da Matta, Bruno Latour, de Masi, Gil, Darcy Ribeiro, entre outros, Ricardo prioriza a forma particular com que lida com a própria pesquisa, como uma propriedade intelectual. Assim, esse exercício de reflexão proposto pelo intelectual, que damos continuidade, se mostra prático, fino e promissor nos fazendo compreender de maneira irreverente, as complexidades pelas quais o povo brasileiro mantém essa “rebeldia” que ainda que complexa

e comumente seja visto como sofrido, se posiciona quase sempre em primeiro lugar como “o povo” mais feliz do mundo (com prevalência particular de algumas cidades como o Rio de Janeiro). Não apenas os índices de felicidade presente como dominando os índices de felicidade futura,⁶ o que deixa os mais rígidos e racionais “desconcertados” e os planejadores com uma admiração desconfiada, atestando segundo ele, uma dimensão da irracionalidade medida, que constata que sempre deixamos para trás nações que muitas vezes nos espelhamos por serem mais eficientes, estáveis, respeitadoras e organizadas.

Em época de crise do planejamento e da racionalidade como a que passamos ao final da primeira década do século XXI, olha-se novamente para o Brasil, pela plasticidade e a possibilidade de rápida reinvenção identitária. A falta de essência e definição são reconsideradas no mundo pós-moderno. O Brasil se particulariza e ganha destaque, diante da falência das matrizes de um modelo tecnocêntrico, racional e funcional, que aqui deu lugar a contornos singulares.

A gente não para diante de uma máquina que para de funcionar. Transforma “gambiarra” em recurso técnico. Na falência das empresas só resta o sonho; e o empreendedorismo e a criatividade, vêm do sonho e da não acomodação à regra e à definição. (DE MASI, 2000; 2002)

Com o que lhe é peculiar, a história entra em cena quando integra uma formação nacional que confunde passado, presente e bases de perspectivas futuras.

⁶ Ver http://www.cps.fgv.br/ibrecps/vot/Vot_apres_i.pdf & <http://economia.uol.com.br/ultimas->

[noticias/infomoney/2012/03/08/brasileiros-tem-o-maisalto-indice-de-felicidade-futura-do-mundo.jhtm](http://noticias.infomoney.com.br/2012/03/08/brasileiros-tem-o-maisalto-indice-de-felicidade-futura-do-mundo.jhtm). Acesso em 20/02/2013

Em entrevista, da Matta diz que apesar de mudanças sutis, os principais dilemas do Carnaval, da casa e da rua e do trânsito, são os mesmos de cinquenta anos atrás.⁷

Entretanto, vale lembrar que intervenções racionais e críticas a muitas abordagens dos estudos sociais que se pautam pela irracionalidade, claramente os “mataria”: essa linha ensaística, objetiva entender de uma maneira prática, espiritual e relativa, como nos constituímos, somos avaliados, nos vemos e tendemos a sermos vistos pelos outros, inclusive pelos principais modelos mundiais. Como o imaginário contribui e direciona a ação.

O uso com bom senso, como qualquer ensaio deve exigir, torna o tratamento das fontes mais versátil e possível por uma associação múltipla. Apesar da base em dados autores ser fundamental para ajudar a pensar, se torna pouco produtivo se amarrar a eles como uma âncora que prende uma embarcação sem a liberdade de navegar (possibilitando erros previsíveis que coroam “a graça” da condição humana). O avanço da discussão sobre Identidade Brasileira, dado pela associação do inconsciente com as demais ciências sociais não desmerece o feito dos grandes autores, mas é pautado numa associação estratégica de superação, garantindo o ofício que leva à premissa básica de continuidade e atualização científica. Como toda identidade, não se deixa parar.

Diego da Rocha Viana Muniz é Graduado em História pela UERJ, autor do livro “Que swing é esse?! A Formação do Caldeirão de Ritmos da Axé Music”, Membro do grupo “O Som do Lugar e o Mundo” da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e Membro da IASPM- LA (International

Association for Studies of Popular Music – Latin America).

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.
- DA ROCHA, Diego. *Que swing é esse? A formação histórica do Caldeirão de Ritmos da Axé Music*. 2013. 141 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DE MASI, Domenico. *Fantasia e Concretude*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002
- _____. *Ócio Criativo*. São Paulo: Ed. Sextante. 2000, 307 p.
- FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 34ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.
- GUIDDENS, Anthony; *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MLODINOW, Leonard. *Sublimar: Como o inconsciente influencia nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar, Introdução e Cap. I. 2013.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo I: Neurose*. 9 ed. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997
- _____. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo II: Necrose*. 3. ed. Trad. Agenor Soares dos Santos. Rio de Janeiro: Forense Universitárias, 1999.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 280p

⁷ Programa Cientistas do Brasil – Entrevista com Roberto da Matta. Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=-t7tynCToiw>. Acesso em 31/06/2013

Coluna:



Fotografias da História

Fotografias Post Mortem: O Retorno do morto

Por Fernando Gralha



Entender as intenções de grupos sociais ou indivíduos que fazem fotos de seus mortos, fotografias “*Post Mortem*,” é entender inicialmente um dos “porquês” de uma necessidade de fixação das imagens. Uma das principais utilidades e necessidades que dão sentido a uma fotografia ou série delas é o desejo de se preservar e construir uma memória, congelando no tempo e espaço determinados acontecimentos, preservando a aparência e os hábitos de pessoas, espaços e do tempo fixado na efígie. Ela sintetiza no documento um fragmento do real visível imobilizando o correr do tempo e modificando a sensação do movimento na construção da imagem.¹

Segundo Barthes² “(...) o que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”. Na intenção de se perpetuar através da imagem há sempre uma necessidade, um desejo de igualdade³ como o belo e o bom, de apresentar uma realidade construída. Isto leva ao retratado portar-se diante da lente como uma personagem, caracterizado somente para o ato da fotografia, na qual representa uma condição imaginada, desejada e multifacetada:

“Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exibir sua arte”.⁴

Esta ação dialoga diretamente com o historiador Boris Kossoy que afirma que os retratos são ‘*ambíguos*’, visto que, o fotografado sempre “*representa*” um novo indivíduo diante da câmera.⁵ Assim, percebemos o decisivo papel cultural das



imagens,⁶ e é neste papel que se estabelece a memória social, conservando as lembranças e referências de um sujeito, preservando os hábitos, ofícios, tradições, valores e etc. de uma sociedade e assim fixando-os na “memória histórica”. Desta forma podemos considerar que as fotografias surgem ligadas ao “universo das mentalidades” de uma determinada sociedade ou grupo, visto que, são usadas como fonte de informações e condição de pertencimento tanto para, reavivar e preservar a memória de um grupo como para investigações teóricas.

A fotografia apresenta-se como uma mensagem que se estende pelo tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento.⁷ Uma única imagem carrega

¹ KOSSOY, Boris, *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 101.

² BARTHES, Roland, *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castanõn Guimarães - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984. p. 13.

³ Idem, p. 109.

⁴ BARTHES, 1984, p.27.

⁵ KOSSOY, Boris. *Os Tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Ateliê Editorial, 2007.

⁶ Idem, p. 35.

⁷ MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da Imagem: a fotografia e a produção dos códigos de representação social da classe dominante na primeira metade do século XX, na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História



informações de um determinado momento, fazendo uma ligação entre o passado e o presente, reativando a memória e destacando um fragmento vivido. A pose, vestuário, monumentos, simbolismos, as aparências e rostos elaborados pelos personagens são congelados em um simples pedaço de papel com intenções diversas, inclusive a de reviver os mortos.

Assim, dentro da breve perspectiva de análise de um dos usos e funções da fotografia apresentada até aqui, a nosso ver, enquadram-se perfeitamente as fotografias *post mortem*, nossa questão é: afinal o que motiva a preservação de entes queridos? De mortos anônimos? Mortos de guerra? Da estética da morte? A preservação da memória, do fascínio e

curiosidade que a representação da morte impacta em todo ser humano, nos dá uma ideia da importância, do como e por que esta forma de representação imagética exerce tanto enlevo. É o que trataremos a seguir: as imagens da morte, sua construção e preservação.

Os Retratos *Post Mortem*

*"fixar para a eternidade o prestígio do morto e dos seus familiares que ficam, para a comunidade à qual pertencia. [...] Fotografias que consolidavam não apenas o prestígio social, político e econômico do morto, mas a sua continuidade através da família"*⁸

A visualidade óbvia apresentada nos artefatos fotográficos não é sua única característica. O olhar mecânico resultado da ação do fotógrafo se

Social da Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 1990. p. 141.

⁸ KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Você fotografa os seus mortos?. Imagem e memória – ensaios em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-86.

constitui também a partir das intenções de memória do autor e do contexto ao qual ele está inserido. Buscar compreender os conceitos que levam à elaboração das fotografias *post mortem* nos leva a entender os processos de construção da memória social e da fotografia enquanto monumento.

As fotos *post mortem* se enquadram nos fundamentos teóricos da fotografia e de sua relação com a historicidade de sua criação, desenvolvimento, uso e apropriação na manutenção da memória de sua existência passada, pois ao buscar reconhecer o significado da memória fotográfica implícita nas imagens *post mortem* percebemos elementos constitutivos da coesão social de grupos familiares e de transmissão e manutenção de suas memórias. Estudos da análise fotográfica estabelecem a fotografia como monumentos que revelam valores, ideias, tradições e condutas que contribuem para a identidade familiar e social, e norteiam formas de ser e de agir. Enquanto objeto de memória, a fotografia age como artifício de legitimação da memória familiar e social. Atuam como meio de gênese da memória conformando o sentimento de pertencimento à família, a um grupo, a um certo passado que, talvez, em vida não tenha sido possível de preservar, provar. A fotografia age desta forma como um testemunho de que aquele momento já passou, que já não existe, porém cria laços afetivos e de pertencimento entre o observado e o observador,

não sobrevivendo apenas a um grupo, mas para muitas gerações.

Não se pode afirmar quando as fotografias mortuárias nasceram, nem citar o dia de sua criação. Segundo Jay-Ruby,⁹ as imagens mortuárias já eram antes fixadas no papel por meio de pinturas. A invenção do Daguerreótipo,¹⁰ somente facilitou e popularizou a sua perpetuação. O fascínio pela morte e pelo morto sempre existiram antes da máquina criada por Daguerre e Niépce, mas com a sua criação os daguerreotipistas promoveram ainda mais este fascínio.

Com a popularização da imagem e a cada vez mais rápida captação e fixação da mesma, o retrato se torna algo de fácil manuseio e acesso. Com isto o *post mortem* segue essa tendência e acaba se



⁹ RUBY, Jay. *Secure the shadow: death and photography in América*. USA: The MIT Press, 1995.

¹⁰ Imagem produzida pelo processo positivo criado pelo francês Louis-Jacques-Mandé Daguerre (1787-1851). No daguerreótipo, a imagem era formada sobre uma fina camada de prata polida, aplicada sobre uma placa de cobre e sensibilizada em vapor de iodo, sendo apresentado em luxuosos estojos decorados - inicialmente em madeira revestida de couro e, posteriormente, em baquelite - com

passo-partout de metal dourado em torno da imagem e a outra face interna dotada de elegante forro de veludo.

Divulgado em 1839, esse processo teve, na Europa, utilização praticamente restrita à década de 1840 e meados da década de 1850. Aqui no Brasil continuou sendo empregado até o início da década de 1870, enquanto nos Estados Unidos - onde a daguerreotipia conheceu popularidade maior até do que em seu país de origem - continuou sendo muito popular até a década de 1890.

tornando algo comum no pensamento humano de se guardar a morte, (re)lembrando o seu *memento mori*.¹¹

Recentemente, esta técnica de fotografias mortuárias tem sido pouco difundida no Brasil, sendo assim escasso em alguns casos fontes que possam exemplificar e demonstrar a prática produzida. Um trabalho de grande valor foi realizado por Mauro Guilherme Pinheiro Koury (2001), no qual faz um levantamento quantitativo e qualitativo da prática das pessoas de fotografar seus mortos nas capitais brasileiras.

Koury em seus estudos sobre a utilização das fotos mortuárias, conclui que atualmente ainda encontramos indivíduos que praticam fotografar a morte. Outros estudiosos como Bourdieu (1967), Jay-Ruby (2001), entre outros, também pesquisaram sobre este assunto na Europa e no E.U.A respectivamente.

Ao nosso ver, quem melhor classifica as fotos post mortem é Jay-Ruby (1995), principalmente se considerarmos apenas as imagens mortuárias no contexto familiar, e são estas que aqui nos interessam, a família que fotografa seus mortos. Na já citada classificação são apresentadas seu estudo três categorias na qual eram retratados os mortos,

e nelas podemos perceber as intenções e grau de inserção do morto em determinada memória familiar.

O primeiro que escolhemos para exemplificar é o mais óbvio o **"O morto como morto"**, nele o que se observa é o morto representado em sua real condição, a de que de fato, está morto, geralmente são fotos com o retratado dentro do caixão e no entorno todos os elementos que condizem com os rituais e ambientes fúnebres (caixão, velas, véus,

covas, cruzes, etc.). Nesta categoria não existiam recursos, retoques no negativo para supostamente "tentar" a vivência do fotografado, mas sim relatar que ele estaria caído em sucumbência.



Morto como morto

¹¹ "Memento mori" é uma frase em latim que significa: "Lembre-se que você irá morrer", que tinha como objetivo lembrar as pessoas de sua mortalidade e as possíveis punições

que os transgressores iriam receber após a morte por transgredir regras religiosas em vida.

No segundo, intitulado de *"O último Sono"*, geralmente o corpo é fotografado descansando, encenação de uma morte romântica, serena. Na foto abaixo, a título de exemplo, vemos um modelo desta organização da representação do morto, nele podemos observar a fotografia fúnebre de uma menina usando um alegre vestido, estampa totalmente fora das representações tradicionais dos mortos (que geralmente usam preto ou branco), o cabelo cuidadosamente encachado aparentando naturalidade e vivacidade e a falecida tem sobre si cuidadosamente arranjado, um livro fechado, sob os dedos de uma das mãos, assim a imagem, em vez de remeter inteiramente à condição de morta, simula que a menina acabou adormecendo enquanto fazia uma leitura.



O último sono

E por último a tipologia na qual se encaixa na categoria de post mortem talvez mais intrigante que é denominada de *“Vivo, embora Morto”*, nela a imagem não deveria representar a realidade da qual se encontrava - morto, mas sim eternizar a sua figura como se estivesse ainda presente. Nestas imagens pretende-se eternizar a figura do morto como se, na verdade, estivesse vivo; não dormindo, mas posando para a objetiva como uma pessoa viva. Nesta categoria, a aparência e a pose do cadáver se constitui em fator muito importante e – seu rosto deve transparecer serenidade e tranquilidade diante da morte, demonstrando que sua alma estaria em paz.

Mas o que levaria uma família a simular uma condição já passada e sem retorno? Não há dados concretos sobre os motivos, mas podemos especular, o morto poderia não ter nenhuma foto em vida, e seus familiares gostariam de lembrá-lo nesta condição, na condição de vivo e a fotografia simulada seria a única forma de recordação que lhes restaria. Em muitas dessas imagens podemos encontrar crianças, e adultos sentados em cadeiras ou apoiados no instrumento escolhido pelo fotógrafo. A busca pela naturalidade da vida era tão ávida que chegava-se a retirar os globos oculares com uma colher de chá para melhor posicioná-los na busca de um olhar “vivo”.¹²

Percebemos, aí, a importância da bela aparência do defunto e da associação da morte com o sono dentro da mentalidade ocidental sobre a morte no século XIX. Ora, estas imagens cumpriam um papel no processo de elaboração do luto e, neste sentido, fazia-se necessário cuidar para que o último registro visual da pessoa morta reforçasse nos



“Vivo, embora Morto” - Fotografia tradicional para representar o post mortem. A menina que está de pé é a que se encontra morta. Podemos identificar pela diferença de coloração de seu rosto para suas mãos. O truque usado para sustentar o seu corpo era o de utilizar apoios de madeira.

sobreviventes a crença de que seu ente querido desfrutava de uma boa morte.

Assim podemos concluir que as fotografias mortuárias estão intrinsecamente ligadas à preservação e construção da memória individual e coletiva de um indivíduo ou grupo. Imortalizar a sua imagem era necessário para o seu status e para vencer o *rigor mortis* imposto pelo próprio corpo, vencendo a condição anterior, a de não perpetuar-se no tempo e na memória social de um grupo.

Fernando Gralha é editor da revista Gnarus e autor de *“A BELLE ÉPOQUE CARIOCA: Imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920). (UFJF).*

¹² RIERA, Alberto. Introducción a la fotografía post mortem. (2006). Disponível em

O DESAMPARO DOS LIVRES.

Por Pedro Henrique Mello Abraham Fernandes

É notadamente interessante discutir os motivos que influenciaram o movimento abolicionista no Brasil. José Murilo e Carvalho, diria que a forte influência dos movimentos abolicionistas inglês e americano, no Brasil, seriam um dos fortes fatores da libertação dos escravos,¹ mas que, por assim sendo, o nosso processo de libertação se daria mais de forma política e humanista.² É nesse contexto político que surgem as primeiras leis abolicionistas, que gradativamente iriam modificando os hábitos da sociedade Brasileira escravista. Como todo processo histórico, esses movimentos tiveram uma consequência. Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi sancionada, e o impacto popular desta lei não só conferia nova visibilidade à Princesa Isabel, mas como a toda Monarquia,³ contudo, essa manobra política não impediria o iminente fim que



Lei Áurea

o reino de Bragança teria, já que a família real perderia todo o apoio político dos fazendeiros do vale do Paraíba.⁴ Logo, o fim da escravidão implicaria no rompimento das relações entre fazendeiros e à monarquia; Esta, por sua vez, enfraquecida, daria espaço a um novo modelo de governo.

Um erro comum e até ingênuo, é acreditar que a abolição fora uma manobra única e exclusivamente política da família real. Não foi. É necessário entender o contexto histórico e as migalhas históricas deixadas, a mudança gradativa das mentalidades que foram alimentadas pelas ousadas lutas dos

movimentos abolicionistas, aliás, ousadia foi a tônica de atuação dos negros que lutavam contra a escravidão, inclusive s vésperas da abolição.⁵ Hoje possuímos obras de historiadores que evidenciam essa luta, inclusive de

¹ CARVALHO, José Murilo. O papel das religiões: Como as igrejas influenciaram os movimentos abolicionistas no Brasil. Revista de História da Biblioteca Nacional: A era da escravidão, edição de bolso. Rio de Janeiro, volume 2, p.83-p.84, 2009.

² Idem.

³ SCHWARCZ, Lilia. Abolição como dádiva! Popular, a lei áurea deu nova visibilidade a Princesa Isabel e à Monarquia. Revista de História

da Biblioteca Nacional: A era da escravidão, edição de bolso. Rio de Janeiro, volume 2, p.88-p.90, 2009.

⁴ Idem.

⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra Resende. Cor que faz diferença: O fim da escravidão não foi algo decidido apenas pelos senhores brancos e doutores do império. Revista de História da Biblioteca Nacional: A era da escravidão, edição de bolso. Rio de Janeiro, volume 2, p.91-p.93, 2009.

brancos que ajudavam, em casos, a fuga de negros. A abolição se tornara iminente na segunda metade do século XIX, o que fez com que muitas pessoas procurassem empregados ou anunciassem vagas de serviços, buscando honestidade, fidelidade, habilidosos neste ou naquele serviço, não importando, tanto, a cor da pele. Gilberto Freyre foi um dos primeiros estudiosos brasileiros a explorar os anúncios de jornais como fontes históricas em suas pesquisas. Destaco um anúncio em particular que exemplifica o citado acima:

“Precisa-se de um cozinheiro, de conduta afiançada; branco ou de cor, livre ou escravo, para a casa do Dr. Eloy Ottoni, na Rua da Imperatriz, n. 8.” (O Farol, Juiz de Fora, Minas Gerais, 04/10/1883)

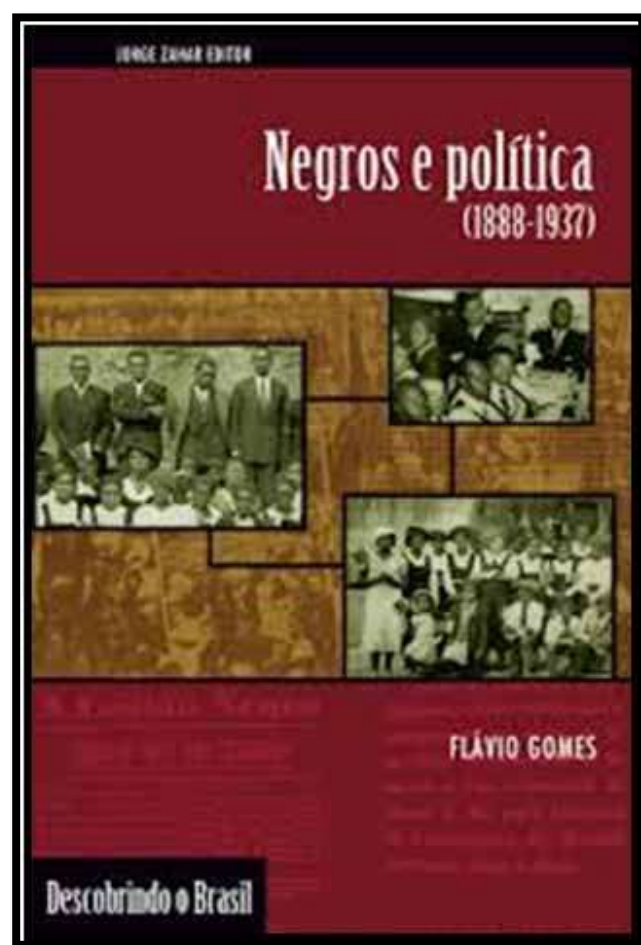
Ao observar o anúncio, notamos que o senhor busca um funcionário que atenda um mínimo de exigências “morais”, relevando, nesse caso, a cor da pele. Se notarmos ainda a data do anúncio, veremos uma proximidade com o ano em que a abolição fora sancionada, podemos concluir a ideia, anteriormente exposta, da mudança nos hábitos e na mentalidade da sociedade brasileira.

Entretanto, um dos maiores dilemas dos escravos recém libertos, seria a questão dos direitos civis, pois, sem a compreensão de que a abolição seria um “movimento coletivo”, os libertos permaneciam atados aos jogos das relações pessoais, suas contraprestações e deveres: Chave do personalismo e próprio clientelismo,⁶ Ou seja, criou-se uma nova versão para uma estrutura antiga em que as relações privadas se impunham sobre as esferas públicas de atuação. Diversos projetos abolicionistas foram expostos no final do século XIX.⁷ A historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho cita o de André Rebouças, engenheiro militar, que participou da luta pelo abolicionismo no final do século XIX. Rebouças acreditava que a libertação dos escravos, por si só não seria suficiente, a abolição deveria ser uma etapa inicial, seguida de uma necessária eliminação do monopólio da terra, pois a autonomia individual só seria possível com a transformação do ex-escravo em pequeno produtor independente.⁸

Nota-se a necessidade de uma política assistencialista a esses ex-escravos que ao serem libertos, não estavam “despreparados” para a liberdade como afirma Florestan Fernandes em sua obra *‘A integração do negro na sociedade de Classes’*,⁹ e sim, desamparados por ela.

Pedro Henrique Mello Abraham Fernandes: É graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Cândido Mendes de Santa Cruz.

Quer saber mais? Leia:



⁶ SCHWARCZ, Lília. Abolição como dádiva! Popular, a lei áurea deu nova visibilidade a Princesa Isabel e à Monarquia. Revista de História da Biblioteca Nacional: A era da escravidão, edição de bolso. Rio de Janeiro, volume 2, p.88-p.90, 2009.

⁷ CARVALHO, Maria Alice Rezende. Liberdade é terra: O projeto radical e abolicionista de André Rebouças. Revista de História da

Biblioteca Nacional: A era da escravidão, edição de bolso. Rio de Janeiro, volume 2, p.85-p.87, 2009.

⁸ Idem.

⁹ FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

Artigo

O PATRIARCALISMO PRESENTE NA SOCIEDADE IMPERIAL

Por Mariana Xavier

No seio do século XIX, o Império do Brasil "nasce". "Nasce", pois não de um ímpeto, da necessidade popular de um país, mas, basicamente de um acordo. D. Pedro I iniciaria a dívida externa brasileira com a Inglaterra para pagar o preço da Independência à D. João VI. O Ipiranga não ouviu um grito de independência ou morte, porém, o seguinte discurso: *"As Cortes [Portuguesas] me perseguem, chamam-me com desprezo de 'rapazinho' e 'brasileiro'. Pois verão quanto vale o rapazinho. De hoje em diante, estão quebradas nossas relações. Nada mais quero do governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal"*¹.

Na realidade, pressionado pelos movimentos separatistas espalhados pelo país e pelas tropas e realza portuguesas, que rebaixariam o título de D.

Pedro de regente de Portugal a delegado das Cortes, a Independência foi implantada. Como passava pelo rio Ipiranga a caminho de São Paulo, ao chegar nesta cidade - e, posteriormente, ao Rio de Janeiro - foi recebido com festa "nas ruas e no salão" pelo povo, que vestia em laços as cores verde, simbolizando a Casa de Bragança, e amarelo, simbolizando os Habsburgo, família da, até então, princesa Leopoldina. Segundo Mary del Priore, o país independente tornou-se Império pelo seu vasto volume de terras e pela gratidão do povo, conferida no trecho descrito pelo diplomata britânico Henry Chamberlain:

"O povo estava tão decidido a demonstrar sua gratidão a Sua Alteza Real por haver anuído em permanecer aqui, salvando-o de todos os males da anarquia [...] que a ideia de conferir-lhe o título imperial propagou-se com a rapidez do fogo logo que se tornou pública e difundiu-se por todo o reino num

¹DEL PRIORE, Mary. *A Carne e o Sangue: A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 91.

*instante, não deixando outro caminho senão aceitar a medida.*¹²

A partir de um Império implantado, a sociedade imperial brasileira também não nasce de fato - porém, perpetua-se. A sociedade no Brasil-Império traz novidades de processos já consolidados desde a Colônia. No final do século, Silvio Romero caracterizava o período da seguinte forma: *"Este banqueirismo governativo não passa de uma aristocracia do dinheiro, de um patriarcalismo do capital, a mais viciada e bastarda de todas as aristocracias."*¹³

Apesar das um tanto radicais palavras de Romero, a sociedade imperial não era só isso. Com forte influência da Igreja Católica - religião oficial do Império - o sistema patriarcal vigente, especialmente na elite, explica-se com a hierarquia burocratizada do poder. A família nuclear liderada pelo gênero masculino - geralmente o pai - previa mulheres - esposa e filhas - e homens - filhos, e até mesmo agregados - idealizados e subordinados ao *pater*¹⁴. A Igreja validava o patriarcalismo regido pelas famílias elitistas, ampliando seu poder sobre toda a população (incluindo pobres, mulheres e escravos - todos esses sem direito ao voto até então).

Mariana Muaze, num estudo de uma fotografia familiar do Segundo Reinado, simboliza o patriarcalismo vivido em toda a sociedade imperial a partir da imagem gerada da família nesta fotografia. Segundo a autora, a hierarquia familiar era reproduzida de acordo com a disposição dos personagens fotografados:



*"O pai, elevado à autoridade máxima em primeiro plano. A mão em seu ombro, colocada por José Maria, denotava respeito, admiração e confiança do filho para com ele. A viscondessa, ao fundo, era a que tinha visão total de todos os personagens, assim como deveria proceder uma boa esposa e mãe no espaço doméstico da intimidade familiar."*¹⁵

Os mesmos papéis são reparados na pintura familiar do Barão de Nova Friburgo, datada de século XIX, em que o próprio barão aparece sentado de maneira imponente e confortável enquanto a baronesa, de pé e atrás, repousa sua mão sobre o ombro do marido; ou ainda a pintura de John Heaviside Clark, retratando uma família brasileira em 1822, onde o senhor aparece à frente

¹² Idem, p. 99.

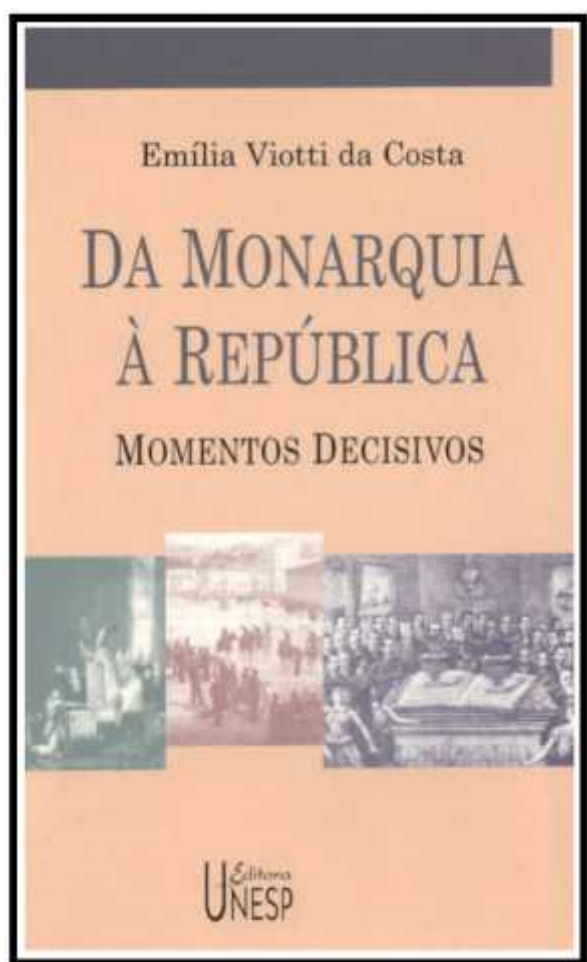
¹³ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 16.

¹⁴ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 39-52.

¹⁵ MUAZE, Mariana. **As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, pp. 171-172.

dos filhos e da mulher, evidenciando superioridade aos últimos através de um gesto que impedia passagem dos mesmos, e a mulher, como na fotografia estudada por Muaze, está atrás de toda a família⁶ - demonstrando o patriarcalismo desde o Primeiro Reinado, período conferido a esta pesquisa. Como citado em passagem anterior do livro *As Memórias da Viscondessa*, Muaze afirma que a elite valorizava o poder do patriarca, que organizava sua honra em torno da família, fortuna e patrimônio.⁷

O gênero feminino tem um papel muito bem definido dentro do sistema familiar patriarcal



vivido pela sociedade oitocentista. A mulher deveria ser educada de modo a especializar-se nas funções sociais de zelar pela vida doméstica, o governo da casa e a criação dos filhos através da educação formal, onde aprenderiam a ler, escrever e entreter, falando algum idioma estrangeiro ou tocando o piano (instrumento musical considerado sofisticado no período oitocentista), para eventualmente receber convidados do marido em sua casa, e também através de jornais e revistas específicos para a mulher, com assuntos selecionados para uma mulher de boa conduta na sociedade (exemplo expresso nos periódicos *Astro de Minas* e *O Mentor das Brasileiras*⁸). Já a maternidade era consagrada pela Igreja Católica como função divina. Segundo o Código Civil, o homem era responsável legal da mulher e deveria gerenciar, deste modo, seus bens jurídicos, materiais e morais⁹.

Segundo Emilia Viotti da Costa, "*Continuando a tradição colonial, subordinaram a Igreja ao Estado e mantiveram o catolicismo como religião oficial, se bem que, numa concessão do pensamento ilustrado, tenham autorizado o culto privado de outras religiões*"¹⁰. As outras religiões citadas pela historiadora eram cultuadas a partir do sincretismo religioso, sistema que permitia o culto das religiões africanas dos escravos adequadas à lógica católica, para que também os escravos estivessem sob poder católico e, consequentemente, patriarcal e imperial.

Nesta sociedade vivida na primeira parte do século XIX, destaca-se a relevância da propriedade.

⁶ CLARK, John Heaviside. **A Brazilian Family**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 1822. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or8884i6.jpg. Acesso em 30 jan 2014.

⁷ Idem, p. 165.

⁸ JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp. 13-15.

⁹ MUAZE, Mariana. **As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, pp. 166-172.

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 9.



Propriedade essa não somente expressada pelas fazendas da elite, mas também pela posse de escravos. Era muito comum no Império brasileiro um indivíduo ter apenas um escravo, fosse na cidade ou no campo, para ter posse de uma propriedade. Quanto maior o plantel escravista do senhor (ou senhora), maior seria o seu prestígio na sociedade. É importante frisar, ainda, que a relação senhor-escravo não era padronizada. Isso significa que cada relação era individualizada, podendo o escravo até mesmo gerar renda própria a partir de excedentes de venda, dependendo de sua relação com seu senhor¹¹.

Politicamente, o poder moderador fazia do Imperador um absolutista regendo os outros três poderes. Viotti resume a função desses poderes da

seguinte forma: *"A adoção do princípio de vitaliciedade para o Senado e o Conselho de Estado assegurou continuidade às elites políticas que se perpetuaram no poder graças ao sistema de clientela e patronagem"*¹².

O Imperador concedia títulos à elite em busca de aliados via troca de favores, e a elite buscava prestígio social. Não sendo os títulos de nobreza hereditários neste país, o Império tinha autonomia de titular ou não os filhos dos nobres em troca de riqueza e/ou poder local. Deste modo, o Império conseguia manter o sistema político vigente financeiramente e com apoio da sociedade, além de obter controle também local. O sistema dos títulos de nobreza funcionava da seguinte maneira:

¹¹FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**. Niterói: Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense em concurso para Professor Titular em História do Brasil, 2004, pp. 143-160.

¹² COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 10.



“O título de Barão estava reservado, desde a época de D. João, aos proprietários rurais que se projetavam por sua riqueza, mas não por suas participações nos altos postos do governo do Império. Títulos mais elevados, como os de Conde e Marquês, estavam destinados aos que compunham a elite política imperial. [...] A nobreza era emblema do sucesso, mas a atuação política dos barões e seus familiares se restringia ao nível local. A participação em cargos administrativos, como os de juízes, vereadores, delegados de polícia etc., nenhum deles remunerado, trazia vantagens importantes, seja na votação de leis municipais e no estabelecimento de preços, ou na resolução de problemas legais e criminais das parentelas.”¹³

D. Pedro I concedeu no Primeiro Reinado 134 títulos. A exemplo da troca de favores para obtenção de título está o caso de Manoel de Aguiar Vallim, grande fazendeiro do café da cidade de Bananal, no estado do Rio de Janeiro, que solicitou título de Barão do Bananal em troca de uma doação de quinze contos de réis (preço equivalente ao de

cerca de trinta escravos jovens) ao Hospício Pedro II¹⁴.

Deste modo, podemos listar como características principais da sociedade imperial: o patriarcalismo, a influência da Igreja Católica, a importância da propriedade, mão-de-obra escravista, a relevância política da concessão de títulos de nobreza e a mulher na função de mãe, esposa e organizadora da vida doméstica.

O gênero feminino oitocentista no Brasil é arraigado pelo sistema patriarcal familiar que dava às elites uma boa imagem. Grande responsável pela boa conduta, a mulher deveria ser educada para ocupar um papel específico idealizado dentro da sociedade imperial: o de esposa, mãe e troféu. Esposa, porque a mulher era educada desde menina para tornar-se esposa obediente e cuidadora da casa e da vida doméstica; mãe, pois a maternidade era algo divino, além de fato repetido diversas vezes nas vidas particulares destas mulheres

¹³ FIGUEIREDO, Luciano (org.). **História do Brasil para ocupados: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens**

fascinantes que fizeram o nosso país. Rio de Janeiro: Casa da Palavras, 2013, p. 159.

¹⁴ Idem, p. 163.

casadas (as “esposas-mães”); e, finalmente, troféu pela imagem gerada a partir desta mulher-modelo idealizada pela sociedade. O marido e senhor patriarcal via na mulher e na família regida por ele (entretanto responsabilidade dela) propaganda para seus negócios e prestígio social.

Durante todo o século XIX, ocorreram mudanças quanto à vida feminina. No início do período imperial, a sociedade ainda era muito influenciada pelos conceitos coloniais. A mulher, desde criança, era educada de modo a somente sair de casa acompanhada, e aos domingos para a missa. Portanto, a mulher do Primeiro Reinado ainda era totalmente ligada à casa de sua família e aos preceitos religiosos, que validavam esta conduta. Na segunda metade do Império do Brasil, já era mais comum à mulher frequentar eventos fora de casa acompanhada do marido, como festas e idas ao teatro - o que acarretou, também, numa educação feminina com mais requinte e sofisticação. A partir da pesquisa feita para este trabalho, é possível observar pioneirismo na mudança social na vida da mulher oitocentista a

partir da observação da vida de Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos.

Ao contrário de algumas literaturas, a mulher da elite do século XIX era sim bem educada. Entretanto, não era comum no começo do século haver escolas. A educação era feita em casa, através de uma governanta ou pessoa contratada para tal (como Maria Graham foi contratada para ser responsável pela educação das princesas imperiais). Neste caso, era privilegiado o ensino de idioma estrangeiro, como a língua francesa e/ou inglesa, regras de etiqueta, organização da casa e da família e leitura especializada. Com a evolução do século, as meninas também poderiam frequentar escolas femininas ou continuar com o ensino domiciliar, mas sua educação estender-se-ia ainda a aprender instrumento musical (o piano era o preferido da sociedade oitocentista, visto que toda casa rica deveria ter um), a conhecer alguns dos leitores clássicos do pensamento, como Rousseau (um dos escritores prediletos da Imperatriz Leopoldina) e aos jornais e revistas para mulheres, que continham assuntos como a criação





dos filhos, governo do lar, receitas de culinária e dicas de como receber convidados de maneira polida para uma mulher de boa conduta.

Mônica Yumi Jinzenji elucida a questão da educação feminina da seguinte forma:

"Até 1814, as mulheres brasileiras estiveram fora da escola e poucas recebiam mesmo uma educação básica em casa. Esse aspecto [...] seria alterado pela vinda da Corte. Entre os costumes gradativamente modificados esteve a adoção de uma atitude mais moderna com relação ao lugar da mulher na sociedade. Essa mudança implicaria a necessidade de um certo nível de ilustração que possibilitasse à mulher fazer boa figura nos salões, teatros e reuniões que então passaram a ser parte da vida social do Rio de Janeiro."¹⁵

Em discussão sobre os diferentes papéis familiares de atuação no século XIX, Mariana Muaze caracteriza os gêneros feminino e masculino de acordo com o patriarcalismo vivido social e politicamente no Brasil imperial, reconhecendo as especificidades das funções de cada um desses gêneros. A autora concorda com a visão dada neste

texto até agora, e ainda adiciona algumas características:

"De uma maneira geral, o papel masculino, tanto na sociedade quanto família oitocentista, se manteve arraigado à esfera da produção como realizador e mantenedor da riqueza e do patrimônio. Continuou como a figura de comando no circuito familiar e na sociedade e seu principal apoio estava no Código Civil, que o colocava como gerenciador dos bens femininos e seu principal responsável perante a sociedade. Entretanto, no interior do núcleo familiar, as tarefas desse gênero se estendiam a zelar pela educação física, educação moral e instrução dos filhos. É claro que a esposa gerenciava os assuntos diretamente ligados à criação, como cuidar da higiene, controlar os horários de estudos, contratar e fiscalizar os professores e tutores particulares. Todavia, [...] fazia parte das funções paternas dar exemplo de boa conduta moral e educação aos filhos, além de supervisionar as orientações femininas."¹⁶

Muaze ainda encontra influência medieval católica no patriarcalismo brasileiro trazido pelos colonos portugueses, cujo vigora a noção de inferioridade intelectual da mulher, sua propensão a gastar irracionalmente os recursos da casa, sua

¹⁵ JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 13.

¹⁶ MUAZE, Mariana. **As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, pp. 166.

debilidade nas tarefas de comando e, principalmente, sua tendência à infidelidade¹⁷. Em análise do livro *A Mulher na Idade Média*, de José Rivair Macedo, é possível observar as convergências entre o sistema patriarcal brasileiro do século XIX e as características da constituição feudal de família a partir dos prismas feminino, conjugal e familiar.



Segundo Macedo, no feudalismo as famílias eram alinhadas de acordo com o pai, chefe de família. Era ele quem enavava e as funções de sua esposa e prole. As mulheres, assim como as mulheres do Primeiro Reinado, teriam como dever obedecer e submeter-se ao chefe de família, que, na ausência do pai, seria o irmão ou parente mais próximo e, depois, o marido.

As estratégias matrimoniais organizavam e sustentavam as relações sociais. (...) [À mulher] Sua principal função, dentro e fora do casamento, deveria ser a obediência, a submissão. Solteira, era identificada como filha de, soror de. Casada, passava a ser personificada como uxor de. Filha, irmã, esposa: os homens deveriam ser sua referência¹⁸.

A partir do trecho acima, é possível traçar um paralelo fundamental para a compreensão desta análise de semelhanças: a Imperatriz Leopoldina, em cartas para Maria Graham ou para sua família austríaca, demonstra - e explicita - saber seu lugar dentro de seu casamento, sempre obedecendo às vontades do marido, ainda que estas não lhe agradassem. Ilustração clara de sua submissão revela-se na não demonstração de seu próprio repúdio ao D. Pedro I nomear a Marquesa de Santos ao cargo de dama de companhia da Imperatriz,

mesmo que esta demonstração aparecesse em sua correspondência particular. Outra função que Leopoldina assumia de maneira exemplar - além da óbvia identificação de tratamento (antes de casar-se, era Leopoldina filha de Francisco Habsburgo da Áustria e, depois, Imperatriz) - era ao chamamento titular de seu marido: senhor. Em cartas enviadas à irmã

Maria Luísa, a palavra *senhor* relacionada ao Imperador aparece em significativa quantidade de vezes. Na Europa medieval do século XII, a mulher era uma espécie de vassalo de seu marido. Uma vez que a esposa era, na realidade, funcionalmente subordinada, devia chamá-lo *senior*, assim como o homem também era *senior* de seus empregados¹⁹.

Portanto, é observado na vida cotidiana da sociedade imperial o patriarcalismo de forte influência feudal, uma espécie de "medievo à brasileira". No sistema patriarcal oitocentista, as funções características por gênero eram distintas e específicas, sendo a mulher educada desde criança para tornar-se modelo exemplar de mãe e esposa e o homem, para tornar-se responsável e mantenedor dos negócios e, também, pela mulher. É importante ressaltar que todas as referências aqui usadas são destinadas de maneira geral à elite, tendo-se consciência que nas classes não-abastadas utilizavam outros modos de sobrevivência (apesar do patriarcalismo também estar presente nestas classes).

Mariana Xavier é graduada em Licenciatura Plena em História na Universidade Candido Mendes – Santa Cruz.

¹⁷ Idem, Ibidem.

¹⁸ MACEDO, José Rivair. *A Mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 20

¹⁹ Idem, pp. 19-34.

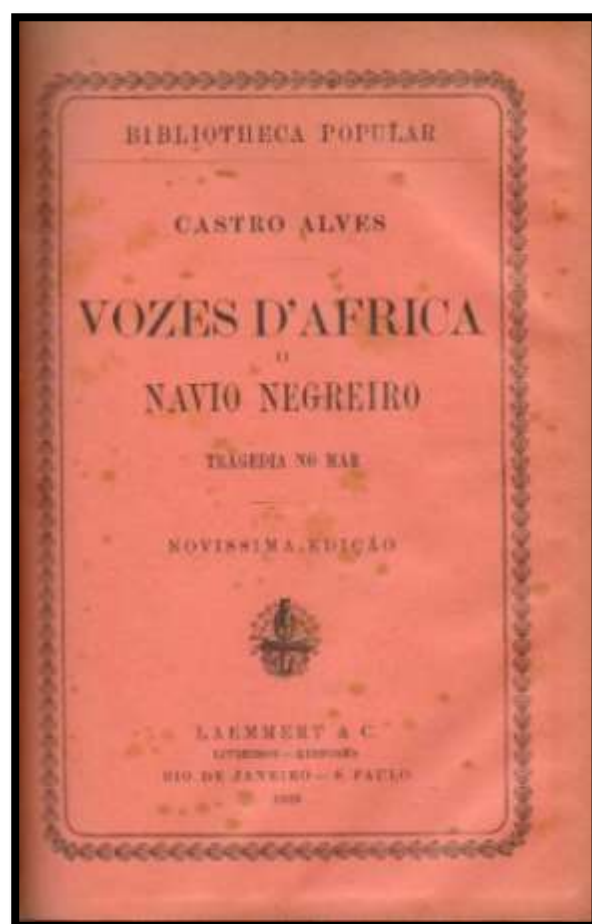
Artigo

“ENTÃO NÃO SABES O QUE É SER ESCRAVO!”

Por Rodrigo Amaral

O poeta brasileiro Castro Alves (1847-1871) nascido numa fazenda na Bahia e imortalizado por poemas geniais, emprestou seu pensamento e escrita ao tema da escravidão. Apaixonado pela causa abolicionista inspirou-se para denunciar os sofrimentos no sistema escravista. Em “*Vozes d’África*”¹ a América foi retratada como a ave da escravidão que se nutria do sangue africano. Em “*Bandido Negro*”² e “*A Mãe do cativo*”³, sangue e morte, cadeia sombria, irmãs desonradas e esposas conduzidas “ao leito devasso do próprio senhor” aparecem pintando uma escravidão desgraçada. Em “*O Navio Negreiro*” essas mesmas “Negras mulheres, [estão] suspendendo às tetas magras crianças, cujas bocas pretas rega o sangue das mães”.⁴

Se colocando na condição de escravo, Castro Alves responde algumas perguntas no poema “*Desespero*”. Na verdade o poema é iniciado antes e passando por outras composições conta a história



¹ ALVES, Castro. Coleção encantada, volume V, organizado por Angela B. R. Amoroso. Editora encantada, s/d. pp.226-232.

² Idem, pp.168-172.

³ Idem, pp.201-204.

⁴ Idem, pp.209-222.

de uma escrava que teve um filho com seu proprietário. Ao falecer ela pede ao filho que não se vingue do pai. “*Desespero*” começa com uma resposta à uma oculta indagação: Seria crime o escravo matar um senhor que o maltrata?

“Crime! Pois será crime se a Jibóia morde silvando a planta, que a esmagara?” (...) “Sim! Nós somos répteis... Qu’importa a espécie?” (...) “E vens falar de crimes ao cativo? Então não sabes o que é ser escravo!...”⁵

Para nosso deleite, o poeta que nunca foi cativo, no alto de sua epopéia apaixonada, nos explica:

“Ser escravo – é nascer do alouce escuro, dos seios infamados da vendida... Filho da perdição no berço impuro sem leite para a boca ressequida... É mais tarde, nas sombras do futuro, não descobrir estrela foragida... É ver – viajante morto de cansaço – a terra – sem amor!... sem Deus – o espaço!”

“Ser escravo (...) [é] ver que aqui ou além nada o espera, que em cada leito novo há mancha nova... no berço... após no toro... após na cova!...”

“Crime! Quem te falou, pobre Maria, desta palavra estúpida?... Descansa! Foram eles⁶ talvez?!... É zombaria... Escarnecem de ti, pobre criança! Pois não vês que morremos todo dia debaixo do chicote que não cansa? Enquanto do assassino a fronte calma não revela um remorso de sua alma?”

“Não! Tudo isso é mentira! O que é verdade é que os infames tudo me roubaram... Esperança, trabalho, liberdade... (...)”.⁷

Para Castro Alves, traços marcantes de ser escravo era “ver que aqui ou além nada o espera”, “que em cada leito novo há mancha nova”, era, em suma, viver sem o fruto do próprio trabalho, sem liberdade e sem esperança. Não podemos esperar

que um ativista de uma causa tão nobre como o fim da escravidão reconhecesse nela mais que maldade e sofrimento. Essas eram suas armas de luta! Mas cabe discutir aqui algumas impressões deixadas por Alves: Viver nas sombras do futuro, ou seja, sem proteção, sem Deus, sem amor, marcaria a escravidão como um sistema social baseado apenas na ameaça e na aplicação da violência. Como tal, consistiria em retirar do cativo toda a esperança. Uma vez que o sistema durou em nosso país três séculos e quase nove décadas é improvável que tenha se apresentado para todos os escravos desta maneira.

A historiografia sobre o assunto já convenceu os leitores menos apaixonados e preocupados apenas com a análise historiográfica do sistema escravista que na verdade existiam “variados mundos da escravidão”⁸, existiam “diversas formas de ser escravo”⁹. Essa variedade da condição escrava era produto de quatro situações complementares: o tempo, a política, a economia e a geografia. Dito de outra forma, a variedade na condição cativa estava ligada ao fato de as unidades produtivas serem diferentes entre si, de se localizarem geograficamente em regiões de clima, possibilidades produtivas e períodos diferentes; ao fato de os ritmos de trabalho variar de acordo com sazonalidades agrárias ou diferenças de trabalhos em relação às diversas ocupações exercidas pelos escravos que dividiam o mesmo espaço; ao fato de haver diferenças entre um escravo que estava há muito tempo ao lado de um senhor e por isso podia dominar os códigos de condutas locais e outros não;

⁵ Idem, pp.277-281.

⁶ Acredito que nesta passagem Castro Alves estivesse se referindo possivelmente aos senhores, mas também pode ser estendido aos escravistas em geral, contrários à causa abolicionista.

⁷ Idem, p.279.

⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995

⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

ao fato de haver uma política senhorial, e também escrava, nesta relação.

Estamos falando, e isto deve ficar claro, de uma relação, e como tal benefícios e danos eram aprendidos e compreendidos pelos atores sociais dentro dela. Ao compartilhar o mesmo espaço, homens proprietários e homens propriedade ensinavam e aprendiam sobre uns e outros. Vejamos teoricamente de que forma isto se iniciava. Para tanto precisamos discutir duas questões fundamentais do “ser escravo” e como elas se aplicavam e se moldavam na sociedade em estudo, são elas a dessocialização e a despersonalização. Segundo Claude Meillassoux:

“Retirados do seu meio social de origem pela captura, os indivíduos ainda não eram ‘escravos’. Inicialmente, eram apenas ‘prisioneiros’, ‘capturados’ ou ‘captivos’. Seu estado e sua condição definitiva de escravos só se manifestariam quando de sua inserção no meio recebedor, seu *estado* sendo ligado à sua situação de ‘estranhos’ dessocializados nesse novo meio e sua *condição* à posição que lhes era atribuída no processo geral de produção e de reprodução do sistema.

A relação escravagista deve pois ser analisada sucessivamente nestes dois planos:

1. as circunstâncias nas quais um indivíduo aparecia como um ‘estranho’ em uma sociedade;
2. as modalidades de inserção desse estranho nas relações orgânicas no seio dos sistemas escravagistas observáveis.”¹⁰

Dessocialização era o processo de aniquilação das relações sociais por que passava um escravo ao ser removido de seu meio social, uma vez que no exato momento em que é metido na diáspora perderia, ao cabo, todas as relações existentes até então.¹¹ Essa

era uma realidade da escravidão brasileira apresentada a africanos. Mas tal faceta não impedia a recriação de laços sociais duráveis na sociedade de destino. Isso seria papel da despersonalização. O escravo deixava de ser uma pessoa pelo fato de se transformar completamente numa mercadoria, “*bens de uso e patrimônio*”, ou seja, “*objetos*”, condição imposta a todos, africanos e crioulos. Ressocializar-se, desta forma seria a um só tempo, “improvável e impossível”¹², uma vez que o estado e a condição de *escravos=mercadoria* seria superior¹³ à condição de *escravos=pessoas*. O fundamental é que o senhor poderia, por exemplo, separar famílias a qualquer tempo, valendo-se do seu poder de proprietário, superior ao estado de pai, mãe ou filho que um escravo poderia ter ou alcançar. Isso teoricamente. Na realidade, no dia-a-dia das relações sociais, jogar com o poder de despersonalização era uma ferramenta de domínio utilizada por senhores. Neste caso a escravidão consistiria em um jogo político, onde o senhor procurava dar a possibilidade de o escravo desarraigado retomar as relações sociais e os recursos perdidos que a condição de *escravos=mercadoria* reclamava, buscando com isso, legitimar seu domínio perante os mancipios. Criava-se assim uma hierarquia intra-grupal entre os cativos, uma vez que o senhor distribuiria os recursos de forma desigual hierarquizando seus escravos.

Mas como isso era feito? Para responder esta questão teremos que transitar por caminhos já percorridos, mas através deles buscaremos avançar em direções inéditas. Começemos formulando duas questões norteadoras: Qual o significado e de que forma era possível a um escravo ressocializar-se no

¹⁰ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e o dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p.79.

¹¹ Idem. p84

¹² Idem. p.85

¹³ Até que leis protegessem os cativos, proibindo, por exemplo, a separação de famílias na segunda metade do século XIX.



Transporte de escravos na África. Gravura de 1890.

Brasil escravista? De que forma um mancebo enfrentava sua despersonalização, buscando evitar a associação direta com uma mercadoria?

Segundo o Antropólogo Roque de B. Laraia:

*"(...) Os africanos removidos violentamente de seu continente (ou seja, de seu ecossistema e de seu contexto cultural) e transportados como escravos para uma terra estranha habitada por pessoas de fenotípia, costumes e línguas diferentes, perdiam toda a motivação de continuar vivos. Muitos foram os suicídios praticados, e outros acabavam sendo mortos pelo mal que foi denominado de banzo. Traduzido como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia."*¹⁴

O que Laraia está demonstrando – apesar do exagero generalizante –, é o poder da cultura nas sociedades humanas. O homem adquire desde o seu nascimento informações culturais legadas por

seus antepassados, aprendidas pelo convívio com os seus contemporâneos na sua sociedade de origem. Ao ser retirado dela, haveria um transtorno impactante, onde a pessoa do escravizado sofreria de diversas maneiras. Este sofrimento poderia levar até a morte. Por outro lado, Laraia observa que a "cultura também é capaz de provocar curas de doenças, reais ou imaginárias". Neste caso, estas "curas ocorrem quando existe fé do doente na eficácia do remédio ou no poder dos agentes culturais."¹⁵ Se levarmos esta interpretação para os africanos, que uma vez adoentados pela saudade e tristeza de sua condição tornar-se-iam virtuais suicidas¹⁶, o oposto (a opção pela vida e não pela morte) também poderia ocorrer, desde que existisse alguma informação em sua sociedade (cultura) de origem – que estivesse presente na sociedade de destino – para acreditar que existia

¹⁴ LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1986. p.75. Grifo meu.

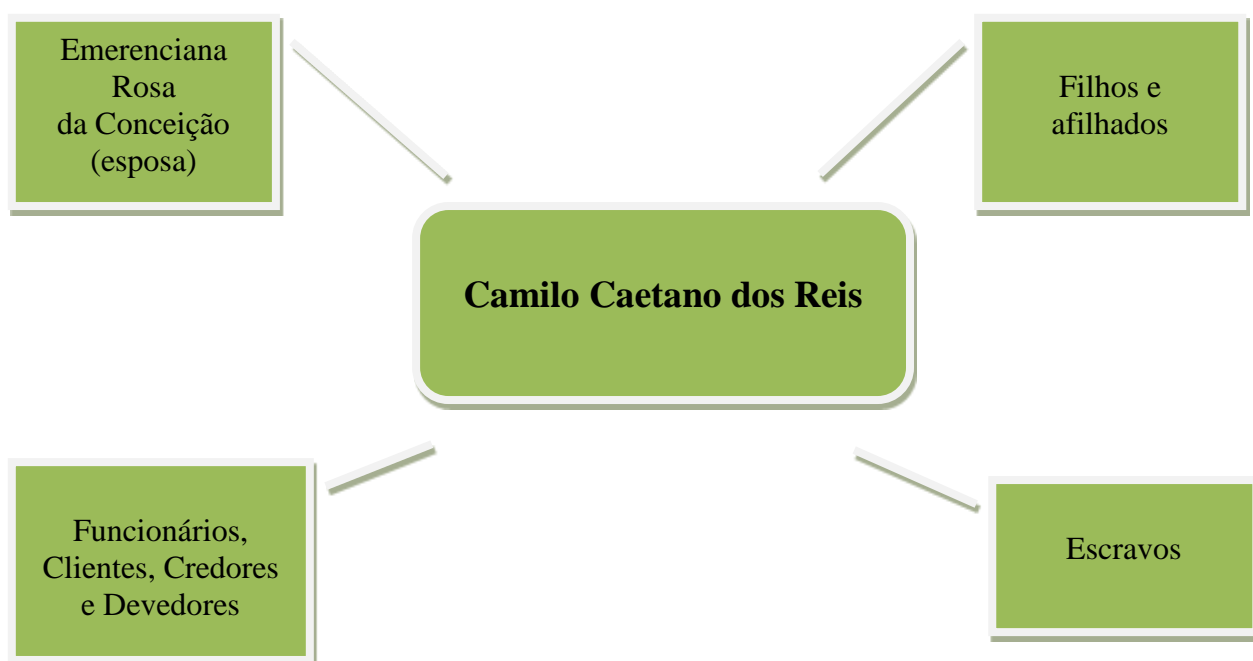
¹⁵ Idem, p.77.

¹⁶ Acredito que o suicídio foi situação limite, certamente que este ato foi cometido proporcionalmente por pouquíssimos escravos.

remédio para sua triste condição. Para Laraia, a morte através do suicídio ou decorrente de males psicossomáticos apresentar-se-iam quando a apatia, ou seja, a *falta de energia*¹⁷ para a vida vigorasse no escravo. Certamente não eram escravos sem energia que os senhores queriam para fazer os serviços desta ou daquela unidade produtiva. Somente escravos com dose cavalgar de apatia sucumbiriam nas esquinas da escravidão, ou dela tentariam afastar-se de forma violenta

atentando não necessariamente apenas contra si próprio. O que poderia fazer as coisas mudarem de figura? Pensemos a vida social nesta coletividade escravista através da inserção em redes de proteção. Camilo Caetano dos Reis estava inserido em algumas delas, como podemos ver na imagem abaixo:

Imagem 1: Relações sociais de Camilo Caetano dos Reis



Fonte: Inventário post-mortem, ANRJ, 1817, Camilo Caetano dos Reis.

Este senhor era casado, tinha sete filhos e vários outros dependentes, entre eles escravos e funcionários de um bar e padarias. Um de seus filhos encontrava-se, no ano de 1817, casado e estabelecido “na Corte de Lisboa”. Camilo possuía uma vasta cadeia de entregadores conectados a sua padaria a lhe conceder crédito, um deles fazia entregas de carvão e farinha, muitas vezes fiado.

Camilo Caetano estava protegido por diversas relações sociais, suas conexões e a manutenção delas geravam acesso a prestígio, produção, poder, esperança e bens materiais. Cabe afirmar que esta escala relacional era variável e nada era dado para sempre, ou seja, não havia estabilidade vitalícia, eram as ações cotidianas de Camilo Caetano que o protegia através das relações sociais que mantinha.

¹⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004. p.129.

Nelas, ele tinha benefícios, mas também obrigações.¹⁸

O motivo de o encontrarmos neste grau de proteção ao fim da sua vida são vários: seu inventário é uma fotografia precisa de seus últimos anos de vida e nos permite apontar que durante vários anos jogou com os valores sociais esperados pelos outros, foi isso que o fez ocupar tal posição. Camilo Caetano soube jogar com sua posição social numa sociedade com traços estamentais¹⁹ e dentro dela soube agir de acordo com o status de cada ator social de sua rede. Por isso podia contar com uma gama imensa de colaboradores de qualidades superiores, iguais ou inferiores a sua: fornecedores, familiares, inquilinos, agregados, empregados e escravos.

Do seu inventário podemos atribuir três momentos sintomáticos onde refinou estratégias que serviram de cimento para relações sociais e acesso a prestígio social, são elas: o casamento com Emerenciana Rosa da Conceição, o fato de ser pessoa de “honra e verdade” por pagar suas dívidas com correção, sendo por isso reconhecido pelo negociante Joaquim Alvez de Araújo e a alforria concedida a preta Chatarina Conga.²⁰

Frutos de sua relação com Emerenciana, seus filhos trabalhavam com ele na padaria em

Imagem 2: Relações sociais de Antônio Congo



atividades de extrema confiança, como fechar o balanço, pagar empregados, alugar escravos etc. Sua mulher – com a ajuda dos filhos – assumiu a gerência das atividades comerciais após sua morte em 1814 e era sua inventariante. Seu filho casado em Lisboa abria ou garantia relações de prestígio e alianças sociais para além do Atlântico. Seus escravos, alforriados antes e depois de sua morte lhes prestaram serviços obedientes e produtivos durante anos e continuavam prestando vassalagem para com seus herdeiros. Tinha crédito perante os comerciantes locais, peças fundamentais para o funcionamento de sua padaria, e o faziam porque sabiam que ele – ou postumamente sua família – arcaria com as dívidas. Usava, assim, seu status de marido, pai, senhor, comerciante rico e patrão com sucesso diante dos dependentes de sua extensa rede.

Em suma, este homem estava protegido, pois um conjunto vastíssimo de relações sociais assegurava a esperança de dias melhores, de uma boa vida. Bem diferente era a vida de pessoas menos abastadas: como isto se apresenta para um escravo?

Vejamos na imagem 2 uma situação onde um cativo estava vivendo uma realidade completamente distinta da de Camilo Caetano.

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Gazeta do Rio de Janeiro*, dia 2 de novembro de 1814. Nº.88.

¹⁸ Inventário post-mortem, ANRJ, 1817, Camilo Caetano dos Reis. Todas as informações referente a família Reis provém deste inventário.

¹⁹ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989.

²⁰ Idem, ibidem.

Antônio Congo nasceu na África por volta de 1799, alguns anos mais tarde, provavelmente como prisioneiro de guerra, foi viver cativo na sua diáspora. No momento de sua venda no Brasil, a escravidão se apresentara na vida de Antônio com toda sua força. O congolês perdera todas as suas relações sociais anteriores. Pai, mãe, tios, amigos, tudo ficava para trás. Sacramentava-se neste momento sua “morte social”, gravado no seu novo nome português e cristão: Antônio. O tumbeiro que foi obrigado a entrar zarpou para o Brasil, mais precisamente aportou no porto do Rio de Janeiro em 1814. Exposto no mercado de escravos como uma peça foi comprado por Joana Rosa Balduino Ferreira e levado para a Rua da Cadeia nº 24, vizinha de Camilo Caetano, que morava na mesma rua na casa de nº 3.

O primeiro dado que chama atenção é a diferença entre o arraigo de Camilo Caetano e o desarraigo de Antônio Congo. Enquanto Camilo encontrava-se protegido por relações sociais que somavam dezenas de pessoas das mais diversas condições sociais, Antônio contava, inicialmente, apenas com a sua senhora. É curioso que os dois agentes sociais que estamos comparando não apenas moravam na mesma cidade, mas na mesma rua. Se não se conheceram, foi por que Camilo faleceu em junho e o tumbeiro que trouxe Antônio aportou em outubro. Na verdade, Antônio não ficou muito tempo ali, no auge de seus 15 anos de idade fugiu da casa de sua recente senhora. No anúncio publicado na Gazeta do Rio de Janeiro, dia 2 de novembro de 1814, Rosa prometia pagar “competentes alvíçaras” a quem entregasse seu escravo, evadido desde o dia 10 de outubro e que

havia “chegado a esta cidade na última embarcação que veio de África”.²¹

A inexistência de relações sociais que protegessem Antônio e o medo do desconhecido foram, certamente, os motivos principais que o fizeram romper uma relação não escolhida por ele, e que ele não queria, a que obrigatoriamente teria a partir de então com Joana Rosa. Do caso percebe-se que por discordar de algo, escravos poderiam dizer **não**, pois era exatamente isso que Antonio dizia a Joana Rosa, e quando a senhora resolveu dispor de “competentes alvíçaras” para ter de volta seu cativo podemos compreender como surgia a primeira tensão no cativo. Os escravos eram uma mercadoria curiosa: sentiam. Guardemos esta explicação para mais tarde, mas apontemos que a **esperança** teve um grande impacto na escolha de Antônio: Fugir ou ficar? Eis a questão.

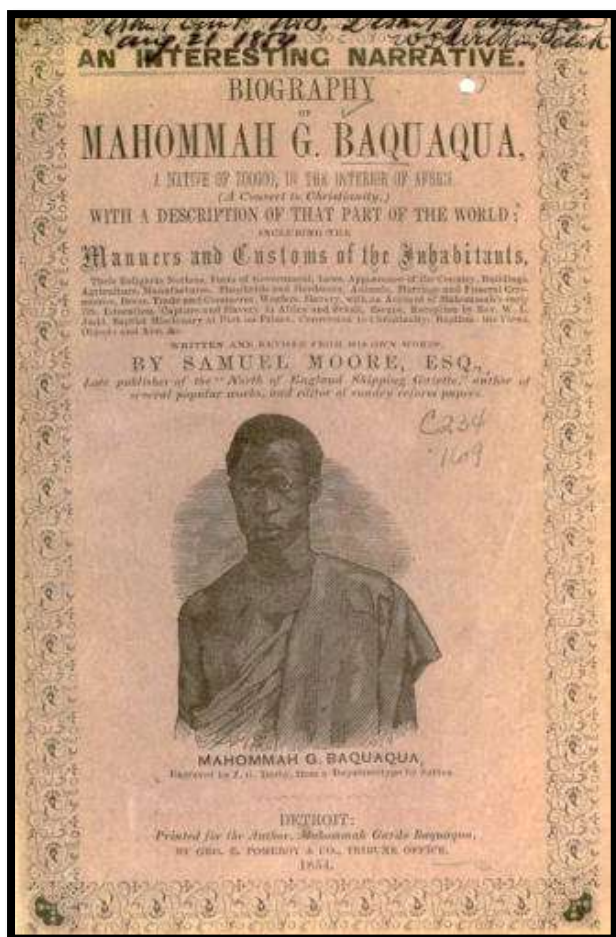
Podemos trazer Mahommah Gardo Baquaqua para esta linha de análise, pois sua biografia nos permite notar como agiam as relações sociais no sentido de proteção e o que podia apaziguar os ânimos quando esta faltava. Para conhecê-lo melhor, vamos à África central por volta de 1835, lá:

“(…) Os escravos são apanhados no interior e levados à costa onde são trocados por rum ou fumo e outras mercadorias. Este sistema causa muito derramamento de sangue e leva à miséria. Mahommah uma vez foi feito prisioneiro e vendido, mas foi resgatado (...)”²²

A história que se sucedeu nos permite compreender como africanos ou crioulos recém-chegados em locais onde fossem “estrangeiros”,

²¹ Gazeta do Rio de Janeiro, dia 2 de novembro de 1814. Nº.88.

²² BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia e narrativa do escravo afro-brasileiro*; Brasília, 1997. p.55.



encaravam a “morte social” causada pelo estado de escravização.

Na África, esta situação marcava profundamente o ser escravo quando de seu aprisionamento, mas não era definitiva, passando a sê-la somente quando a família do recém-cativo perdia todas as oportunidades de resgatar seu parente. Por conhecermos a vida de Baquaqua e sua trajetória anterior e após a escravização, podemos fazer comparações em relação à sua situação relacional antes e depois dela e reunirmos dados para entender a ressocialização como um jogo político que ocorria numa sociedade escravista. O que se

busca neste caso é problematizar a morte social, sem negá-la, mas observar na trajetória deste africano qual era o valor que o incentivava a negociação na vida em cativo.

Como estamos na África, vamos para a região centro-ocidental, cidade de Djugu, segundo quartel do século XIX, foi lá que Baquaqua nasceu por volta de 1824.²³ Temos notícia de que além de pai e mãe vivos, Baquaqua tinha um irmão e três irmãs. Tinha também um tio que era ferreiro do Rei, chegou inclusive a morar com ele e aprender alguns segredos do ofício. O tio de Baquaqua era também comerciante, e por isso viajava para Sal-gar, onde tinha uma propriedade que devia servir de repouso, num lugar que contava com um animado comércio de ouro, prata, latão e ferro. Os dois primeiros serviam para fazer pulseiras, brincos e anéis – ornamentos muito apreciado em diversas regiões da África²⁴ que podiam denotar prestígio, ascensão social, além de práticas mágicas.²⁵ Foi numa dessas viagens que o tio de Baquaqua morreu, deixando a casa de Sal-gar para sua mãe. Mas a morte de seu tio não terminou com a possibilidade da família conviver com o Rei. O irmão de nossa personagem era uma espécie de adivinho e era consultado pelo Rei em tempo de guerra. A importância do irmão de Baquaqua era central, tendo sua função como oráculo o poder de alterar a escolha do Rei em fazer a paz ou a guerra.²⁶ Pode-se imaginar o prestígio que a família tinha na comunidade diante desta relação próxima ao agente social mais importante de Djugu.

²³ Todos os eventos narrados a seguir ocorreram entre 1824 e 1845. A primeira data, ainda que não precisamente confirmada, é a do nascimento de Baquaqua, a segunda, de sua chegada em Pernambuco como escravo.

²⁴ Idem, pp.57-60.

²⁵ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora

UFMG. 2001. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

²⁶ BAQUAQUA, 1997, op.cit. p.62.

Neste tempo ocorria uma guerra em Daboya²⁷, que ficava a uma distancia de 17 dias a pé de Djugu, Baquaqua narra de forma vivaz os eventos. Conta que com falta de comida no front, se juntou ao irmão, soldados e ao Rei. Carregou, junto a outros, por mais de duas semanas “sacos de milho nas cabeças” para socorrer o grupo com mantimentos. Logo depois da chegada de Baquaqua os confrontos estouraram, mas os inimigos “usaram armas de fogo naquela ocasião, muito mais que arco e flecha”. A surpresa não atingiu apenas Baquaqua: “a guerra ficou quente demais para o rei, quando ele, junto com seu conselheiro, fugiu para salvar a vida.”²⁸

“Meus companheiros e eu corremos para o rio, mas não pudemos cruzar. Ficamos escondidos no capim alto, mas veio o inimigo e nos encontrou, fizeram-nos todos prisioneiros. Fui amarrado muito apertadamente, puseram-me uma corda no pescoço e levaram-me como eles. Viajamos pelo mato e chegamos a um lugar do qual nunca me esquecerei, cheio de mosquitos! Mas eram mosquitos de verdade, nada de moscas pequenas, mosquitinhos e tais (...) esses eram grandes bichos famintos (...)”

Enquanto viajamos pelo mato, encontramos o meu irmão, mas nenhum de nós falou, nenhum pareceu conhecer o outro, ele desviou-se de mim sem despertar suspeitas. E então ele foi para algum lugar e trouxe alguém para comprar-me. Se tivessem sabido quem era eu, teriam insistido num preço muito alto pelo meu resgate, mas foi só uma soma pequena para me libertar. (...)”²⁹

As relações sociais de Mahommah Gardo Baquaqua na África quando tinha *18 anos de idade*³⁰ estabeleciam proteção para ele. Familiares, amigos e até o rei entravam no grupo de pessoas

com quem ele podia contar. O resgate de Baquaqua é sintomático dessa proteção. Seu irmão, importante conselheiro do Rei, fugiu com sua majestade quando a “guerra ficou quente”, mas voltou. Sabendo da derrota e do destino que tomaria seu irmão, deve ter pedido ao Rei para voltar e procurar pelo parente, no que foi atendido. Em seguida se embrenhou mato adentro a procura de Mahommah. Ao encontrá-lo, um terceiro personagem aparece na narrativa: “alguém para comprar-me” entrou no jogo de estratégias de Baquaqua e seu irmão na tentativa de não valorizar seu preço, o que denota uma aliança social através de amizades fora do parentesco consangüíneo. A questão do aumento do preço é importantíssima, pois demonstra o valor da proximidade das relações sociais existentes. Foram elas – com um toque de inteligência – que protegeram e resgataram Baquaqua.

Sorte diferente teve Gardo Baquaqua quando de sua segunda escravização. Vamos à história: resgate feito, Baquaqua, irmão e amigo regressaram a Djugu. Lá, nossa personagem teve o reconhecimento pelos serviços prestados, afinal de contas não era qualquer um e fazer um serviço pesado e tão importante naquele momento – carregar comida na cabeça por 17 dias para alimentar Sua majestade e a tropa –, o tornava digno de receber privilégios. Seu irmão também deve ter ajudado, aproveitando-se de sua proximidade para lembrar ao Rei dos serviços prestados por Baquaqua. Daí, Mahommah foi nomeado *che-re-coo*, foi morar com o Rei e tornou-se uma espécie de seu guarda-costas: “era o

²⁷ Pelos eventos narrados por Baquaqua esta guerra ocorreu no início da década de 1840.

²⁸ Idem, p.64.

²⁹ Idem, pp.64-65.

³⁰ Não se sabe ao certo a idade de Baquaqua, mas sabe-se que ele nasceu por volta de 1824, adotando este ano como de seu

nascimento ele teria 21 anos quando chegou ao Brasil. Calculo – com risco de errar – que ele tinha 18 anos neste momento, pois só cairia definitivamente na rota do tráfico alguns anos depois.

terceiro abaixo do rei". Acima dele somente o *Ma-ga-zee* e o *Wa-roo*. A partir deste momento, sua elevada posição social subiu à cabeça, Baquaqua nos conta que se tornou excessivamente mau.³¹ Motivo de inveja e vingança, Baquaqua foi enganado e vendido como escravo:

"(...) Ia um dia à cidade para ver minha mãe quando fui seguido por música (o tambor) e chamado pelo nome. O tambor marcava o ritmo de uma canção que parecia ser composta em minha honra. A causa, pensava eu, seria minha elevada posição junto ao rei. Isso me agradou muito, e senti-me lisonjeado; e fiquei muito liberal, dei dinheiro e vinho à gente, eles cantando e gesticulando o tempo todo. Quase a uma milha antes da casa de minha mãe, serviram-me uma bebida forte chamada *bah-gee*, feita do milho *harnee*. Nesse ponto reparei que eu tinha bebido muito da *bah-gee*. Bastante bêbado, persuadiram-me a ir com eles para Zar-ach-o, mais ou menos a uma milha de Zoogoo, para visitar um estranho rei que eu nunca tinha visto.

Ao chegarmos lá, o rei fez muito caso de nós, preparou uma grande festa e deu-me muita bebida, e todos pareciam beber despreocupadamente.

Quando me levantei ao amanhecer, era prisioneiro e todos os meus companheiros desapareceram. Horror! Então descobri que tinha sido traído pelas mãos dos meus inimigos e vendido como escravo. Jamais esqueço dos meus sentimentos naquele momento; lembranças de minha pobre mãe me atormentaram muito, e a perda da minha liberdade e da honrosa posição junto ao rei afligiram-me muitíssimo. (...) "³²

Ao ser preso Baquaqua marchava acorrentado junto a outros em direção à costa. Passando por um povoado chamado Ar-u-zo "que era um povoado grande", o africano avistou amigos, o próprio relata:

"Ali encontrei alguns amigos que sentiram muito por minha situação, mas que não

tinham condições de me ajudar. Só ficamos lá uma noite, pois meu dono queria apressar-nos, por eu ter dito a ele que eu iria fugir e ir para a casa. Ele então me levou a um lugar chamado Chir-a-chur-i, onde também eu tinha amigos, mas não pude vê-los, pois era vigiado de perto, e ele sempre parava em locais preparados para guardar escravos em segurança. Havia buracos nas paredes em que colocavam nossos pés (...) "³³

Após caminhar meses e meses a fio cruzando rios, matos, cidades e ser vendido sucessivamente, Baquaqua finalmente chegou no litoral, foi alimentado, cuidado, medicado, ganhou peso e recuperou saúde para adentrar o navio negreiro. Ao desembarcar em Pernambuco em 1845 estava despersonalizado e dessocializado, ou seja, não tinha mais família, nem amigos, uma vez que havia sido retirado de sua sociedade.

Quanto contava com *21 anos de idade*, Baquaqua era um dos escravos recém-chegados que vivia no Brasil. Ele se encontrava desprotegido de qualquer relação social, portanto, dessocializado. Mesmo após ser aprisionado, ao passar por Ar-u-zo e Chir-a-chur-i, ele ainda tinha amigos em quem confiar, eles só não intercederam por ele, pois estavam impedidos pela vigilância e organização existente no tráfico de escravos dentro do continente africano, como contou o recém-escravizado. Em Pernambuco, no ano de 1845, a vida de Baquaqua aproximava-se da de Antonio Congo. No entanto, eles tiveram vidas distintas, um fugiu logo-logo, o outro permaneceu ao lado do senhor por mais tempo.

O que pode ter feito Baquaqua não fugir? A esperança!

³¹ Idem, pp.65-67.

³² Idem. pp.71-72.

³³ Idem, p. 73.

Exposto como coisa, uma “peça” no mercado, Baquaqua conhecia muito bem qual era sua situação: “Só sabia que era escravo, encadeado pelo pescoço, e que tinha de submeter-me imediatamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse.”³⁴ Comprado por um padeiro português “dei a entender que eu faria tudo que ele precisasse”.³⁵ Escravo recém-chegado, fazia o pior serviço em relação ao que faziam os outros mancípios deste senhor. Baquaqua deve ter lembrado da dureza de carregar milho na cabeça por 17 dias, e talvez ter pensado na recompensa que teve ao ser designado homem de confiança do Rei de Djugu. No Brasil, ao invés de milho, foi posto a carregar pedra, já que seu senhor estava construindo uma casa.

Baquaqua percebeu que havia dentro do sistema escravista, diferentes formas de ser escravo. Sem ter com quem contar, posto que completamente dessocializado, depositava sua esperança na única pessoa que tinha poder para lhe conceder oportunidades de uma vida melhor: seu senhor. Foi justamente por isso que Baquaqua preocupou-se em aprender rapidamente o idioma do senhor e a “contar até cem”³⁶. Inicialmente sua estratégia teve sucesso, após carregar pedra, passou a carregar pão. Tornou-se escravo de ganho nas ruas de Pernambuco. Algo o fez agir de forma diferente da de Antonio Congo, enquanto este resolveu fugir, aquele passou a ser produtivo e obediente:

“Meus companheiros na escravidão não eram tão confiáveis quanto eu, sendo dados à bebida, assim não eram tão rentáveis ao meu senhor. Aproveitei-me disso para elevar-me na estima dele, por ser bem atento e obediente.”³⁷

A mudança de um serviço pesado para um melhor deu a Baquaqua a esperança de que naquela relação era possível – caso cumprisse com suas tarefas – ter uma vida melhor, daí optar por não fugir naquele momento, ao contrário ser “bem atento e obediente”.

Conclusão

Comparando como se iniciou a vida em cativeiro no Brasil para esses dois africanos (Baquaqua e Antônio) que tomaram opções iniciais tão diferentes, podemos afirmar que a esperança era um valor central no cativeiro. Como afirma Laraia, as “curas ocorrem quando existe fé do doente na eficácia do remédio ou no poder dos agentes culturais.”³⁸ Ou seja, a viabilidade do trabalho escravo só era possível quando o senhor produzia o “remédio” que fizesse com que o “doente” acreditasse na “cura” de seus tormentos. Logicamente que utilizamos remédio, doença e cura de forma metafórica. Trocando em miúdos: a busca de se afastar de ser uma situação inicial de completo desarraigo para os africanos só tornava aquela relação possível quando uma dose concreta de esperança era oferecida pelo senhor. Sem essa condição móvel, o sistema escravista seria inviável.

Um caso curioso lembrado por Koster: o do “comprador de escravos”, um sujeito que vivia numa “propriedade na Mata” em Pernambuco nos ajuda concluir como a questão da esperança podia estar atrelada a uma política de domínio senhorial. Koster percebeu que este senhor aplicava uma metodologia para o domínio dos escravos. Ele era conhecido como comprador de escravos, porque aceitava comprar cativos “por peores que fossem

³⁴ É o que Baquaqua diz quando é aprisionado na África. Idem. p.83.

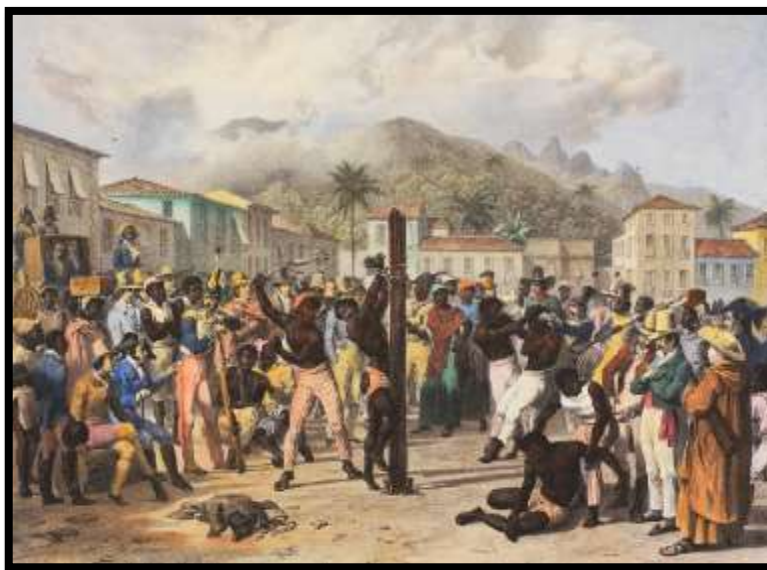
³⁵ Idem, p.89.

³⁶ Idem, p.90.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Laraia, 1986. op. cit. p.77.

seus caracteres” desde que por um “preço abaixo do usual”. Neste caso, escravos que “conduzem mal” eram comprados por este senhor e uma vez em sua fazenda passavam a viver em “tranquilidade”.³⁹



seus mancebros: tronco para quem tiver maus costumes, o privilégio do conforto para quem trabalhar.

Certo dia, houve uma briga nesta fazenda onde o Feitor foi ferido por um escravo. O enérgico senhor

Koster certamente foi uma pessoa muito observadora e curiosa, afinal de contas, estava vivendo numa terra distante da sua, tendo que se adequar a algumas formas de ser e agir, inclusive para se relacionar com os escravos que ele próprio comprou. Num desses dias de observação e interrogações, o inglês encontrou-se com o “comprador de escravos” e o tal contou qual era a sua fórmula estratégica. Assim Koster o descreveu:

“É homem de caráter enérgico. Quando chega um desses novos escravos, leva-o a prisão e lhe mostra o ‘tronco’, as cadeias, o chicote, etc., dizendo: – ‘Aqui está o que debes esperar continuando os maus costumes!’ Entrega ao escravo uma choupana, roupas e outros objetos de conforto, todos em estado de perfeito asseio, possuídos em maior quantidade que nos demais domínios. (...)”⁴⁰

Do caso podemos notar as estratégias de domínio utilizadas pelo “comprador de escravos” e afirmar que seu sucesso em dominar os cativos não vinha apenas de seu caráter enérgico, mas pela hierarquia interna que apresentava com clareza aos

mandou prender o escravo imediatamente e investigou o caso, descobriu que o culpado era o Feitor, homem livre, que foi logo despedido. O cativo “sofreu certos castigos por ter agredido a um superior mas ultimamente foi nomeado Feitor, havendo antes ocupado um posto inferior. (...)”⁴¹

A imagem muito bem captada por Koster e bem contada por este senhor fundamenta a visão de múltiplas hierarquias nesta sociedade. Senhor, Feitor, escravos com postos inferiores ao de Feitor e por fim, escravos. Nesta hierarquia nada era cristalizado, dado para sempre, era a experiência no dia-a-dia dos atores sociais que fazia com que eles tivessem uma vida melhor ou pior. O tronco ou o conforto eram as duas opções de vida dadas por este senhor, mas elas não eram acionadas de qualquer jeito. Para manter a “tranquilidade” daquela fazenda, o senhor garantia o acesso aos escravos a posições de maior ou menor conforto de acordo com seus bons ou “maus costumes”. Julgava os casos ocorridos dentro de seu domínio com justiça, justiça equitativa, mantendo seu domínio de forma incontestável. A própria surra que deu no

³⁹ KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco. 1942.

⁴⁰ Idem. p.519.

⁴¹ Idem. pp.519-520.

escravo demonstra claramente sua política de domínio atrelada a cultura política da diferença onde um desigual jamais deveria agredir a um superior. O mancípio apanhou, pois agrediu “um superior”, mas foi recompensado porque falava a verdade, prestando um bom serviço ao verdadeiro senhor daquela fazenda.⁴² Nesta relação senhor-escravo duas coisas estavam muito bem definidas: (A) a hierarquia social: superiores e inferiores; (B) o acesso a melhoria nas condições estaria disponível a todos os escravos, desde que soubessem respeitar esta hierarquia e fossem bons escravos, ou seja, desde que fossem trabalhadores, fiéis e obedientes.

O senhor tinha uma fórmula para o conforto e a punição, os subalternos se aproximariam do conforto agindo com bons costumes e do castigo com os maus. Outra questão que o texto esclarece é a exigência do comprador de escravos pelo respeito a hierarquia. O senhor buscava dominar os escravos de forma clara e incontestável, o castigo seria rígido, mas teria um lugar funcional na relação: corrigir os erros dos escravos.

O que estamos observando é que havia práticas costumeiras que sancionavam um tipo de comportamento: aquele que agia dentro das normas e expectativas senhoriais. Mas também havia a espera de uma contrapartida: reconhecer e compensar os escravos que merecessem, pois eram, ou pensavam ser obedientes, fiéis e trabalhadores o suficiente para receber a confiança do senhor, acessando assim os possíveis benefícios postos a mesa. Diante destas expectativas procurava-se distanciar das piores condições do cativeiro, dos piores serviços, como “carregar pedra” para Baquaqua. Os cativos assim ao costurarem acordos deixavam paulatinamente a condição completa de

desarraigo e de falta de recursos para trás subindo importantes degraus no cativeiro.

O poder se transformava em domínio quando os subalternos aceitavam, compartilhavam com os dominadores aquele tipo de relação. Um acordo. Este acordo não foi o do sonho de nenhum dos dois agentes sociais, foi o possível gestado entre conflito, negociação, busca por sobrevivência, melhorias materiais, pessoais e geracionais, além de manutenção e aumento da produção. Tudo isso bebia na fonte da hierarquia vigente, produzido por ela, mas reproduzindo-a no devir. Assim:

“(...) a submissão a uma pessoa ‘de mais qualidade’ estava diretamente relacionada ao domínio sobre outras, inferiores, e o aumento de poder só era concebido através de um registro que envolvia o consentimento e a concessão. As regras sociais pressupunham esta rede hierarquizada e o próprio modo das relações envolvia cerimônias e rituais que levavam em conta estas diferenças.”⁴³

Domínio e submissão eram assim, formas de participar da sociedade, onde havia comportamentos esperados dentro dessas regras sociais. É aqui que podemos voltar ao conceito de reciprocidade. O poder era exercido porque havia consentimento. Consentimento dos escravos alimentado por concessões senhoriais. Neste terreno, o que chamamos de reciprocidade, ou trocas desiguais, pode ser definido – por nós historiadores – da seguinte forma: trabalho, obediência e fidelidade *por* autonomia e acesso/manutenção de concessões. Uma vez quebrada as expectativas do senhor – deferência ao seu poder, trabalho morígero e comprovações práticas e simbólicas de seu domínio –, ou a dos

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ LARA, Sílvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. p.91.

escravos – proteção, respeito as suas conquistas e esperança de mais autonomia –, a situação podia mudar de figura.

Esta forma de olhar a noção de reciprocidade, entre desiguais, é bastante refinada. Não se pode pensar que senhores e escravos entendessem o cumprimento de suas funções ou obrigações para com o outro da mesma forma – como diz Maravall, a distribuição da honra segundo o que se pratica é desigual e está ligada ao grupo no qual a pessoa se inclui na sociedade⁴⁴ – mas ao interagir cotidianamente elite e subalternos revelavam seus desejos e limites, aprendiam com o outro e com o mundo a sua volta como jogar com as regras sociais impostas estruturalmente, mas condicionadas na conjuntura. Não obstante, é necessário levar em conta a prerrogativa senhorial de poder e mando.

Neste sentido era ele quem ditava as regras, dominava a situação, aos escravos uma via política bastante utilizada foi a submissão como estratégia, onde obedecer as regras do senhor não significava ser manipulado por elas, mas compreender de forma inteligente sua situação para alterar sua condição a partir delas. Esta é uma jogada política, pois o senhor dependia de contar não só com a aceitação dos escravos, mas com a sua colaboração, e só a força não dava conta disso. Os escravos conseguiam então interferir na ordem estabelecida

agindo não somente de forma rebelde, mas fazendo acordos por dentro dela.

Escravizar o outro pode ser na teoria⁴⁵ reduzir um indivíduo à condição de coisa, mas na prática tudo mudava de figura. A coisa era gente, sentia amor e ódio, raiva e satisfação, alegria e tristeza. O cativo trabalhava para o senhor, era seu empregado doméstico, seu capataz, seu recolhedor de café, seu barbeiro ambulante. O trabalho que o escravo exercia seja numa grande *plantation* ou numa unidade produtiva diminuta fazia o senhor dependente de sua cooperação, a sabotagem podia

mesmo ser a ruína da plantação ou de um pequeno senhor com poucos recursos. O escravo assim, não era o do desejo do senhor, e para trabalhar bem, queria algo em troca. O senhor também não era o do desejo do escravo, para lhe tratar bem, era necessário aceitar a



sujeição, trabalhando e exercendo sua condição submissa. Mas uma submissão sem passividade, estratégica, pois ao contrário dos belos poemas do senhor Alves, para então saberes o que era ser escravo é necessário pensar essas duas dimensões da relação: a esperança e a violência, os constrangimentos, mas também os incentivos.

Rodrigo Amaral é Professor e Coordenador do curso de História da Universidade Cândido Mendes – Santa Cruz, professor das FIS (Faculdades Integradas Simonsen) e Coordenador de Pesquisa e Iniciação Científica da FIS (Faculdades Integradas Simonsen).

⁴⁴ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honra e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989. pp-16-23.

⁴⁵ Ver uma discussão teórica sobre o espaço social do escravo em: FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

A CONSTRUÇÃO DA LUTA FEMININA: DOS ANOS DE CHUMBO À LIBERDADE DEMOCRÁTICA NO BRASIL

Por Geisa Maria de Oliveira

As mulheres de nosso tempo ocupam posições de destaque em inúmeros segmentos da sociedade, com cargos que anteriormente nem se pensava que ocupariam, pois de acordo com a lógica que se conhece desde que o mundo é mundo, o lugar da mulher seria no lar, cuidando de sua família, pensamento arraigado de preconceito que ainda permeia o modo de pensar de muitas sociedades ao redor do mundo.

O pensamento que coloca o homem em posição de superioridade em relação à mulher já desponta na antiguidade¹ e é reforçado com o surgimento da propriedade privada e seu modelo de sociedade patriarcal, porém não é correto afirmar que tal modelo seja um padrão em todas as sociedades, pois de acordo com suas necessidades, cada uma delimita a seu modo o que é o papel do homem e da mulher. Embora pelo mundo já houvesse movimentações por parte das mulheres, e muitos países já tivessem seus movimentos plenamente consolidados na segunda metade do século XX, o

que se viu no Brasil, foram tímidas movimentações ainda no século XIX, e no século XX uma movimentação com um caráter mais assistencialista, focado nas necessidades da classe trabalhadora como um todo, como melhores moradias, melhores condições de vida, entre outras reivindicações, porém em 1930 surge a ANL (Aliança Nacional Libertadora) que tinha em seu seio mulheres intelectuais e operárias, oposta ao governo Vargas, e este fato comprova que já surgia neste tempo uma maior conscientização política da mulher.

É verdade que a história da ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 até 1985 é uma história predominantemente masculina e ainda hoje é muito difícil delimitar a participação efetiva da mulher na resistência contra tal sistema, mesmo com todos os avanços com a Comissão da Verdade, e toda a documentação a que hoje se tem acesso, muitas mulheres que se engajaram na luta preferem

¹ PEDRO, Claudia Bragança, GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do

protagonismo social das mulheres. Londrina: UEL (Universidade Estadual de Londrina). 2010. p.2



o silêncio, devido às profundas marcas que esta luta as causou.

Cuba foi uma inspiração para a organização da guerrilha no Brasil, o que se tem conhecimento é que mulheres foram à Cuba para receber treinamento, e quando se fala em Revolução Cubana, encontramos um ponto de igualdade entre os dois movimentos de resistência, pois em ambos os casos, embora a mulher estivesse integrada em tal processo, ainda era tratada como desigual perante o homem.²

A mulher na resistência contra a ditadura

A constituição da mulher “sujeito político” já vinha despontando no Brasil desde a década de 1930, onde ocorre a conquista do voto, porém tal posição se consolida na década de 1960, onde a mulher já está inserida no mercado de trabalho e já é dotada de uma maior consciência política.³ Embora a necessidade de organização ocorra na década de 1960 o movimento feminista, que coloca em pauta questões concernentes ao universo

feminino só começa a despontar com força na década de 1970, e todo o contexto vivido no período em que o Brasil foi comandado pelos militares causou uma maior consciência da mulher em relação ao seu papel, onde ela começa a buscar o protagonismo social⁴. A partir deste momento, a mulher brasileira assume uma nova posição na sociedade, uma posição de transição por assim dizer, pois deixa de estar oculta e se engaja na luta contra a opressão, buscando liberdade política e de expressão.

Todo o contexto vivido por essas mulheres na década de 1960 serviu para fortalecer a consciência feminina e corroborar o sentimento de que necessitavam lutar para que a democracia pudesse novamente despontar e fortalecer-se no Brasil, isso Colling ratifica quando cita que:

[...]um contexto de efervescência política e cultural onde as mulheres assumem-se como militantes nas organizações clandestinas de esquerda [...] A decisão de assumir a militância política em tais organizações expressa a vontade radical das mulheres de se tornarem protagonistas ativas da história [...] As mulheres militantes

² ROLLENBERG. Denise. O apoio de cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro. Muad. 2009 p.10

³ COLLING. Ana Maria. Resistência da mulher à ditadura militar. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997. p.48

⁴ Idem. p.48

buscavam a construção de uma sociedade mais justa.⁵

Tal afirmação de Colling demonstra que em todo este contexto de luta, a causa feminina não estava em pauta e sim a luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos independente da questão de gênero, a autora ainda corrobora tal afirmação quando cita em seu texto que as mulheres não possuíam uma articulação que as permitisse lutar por uma causa própria e de peito aberto, enfrentarem sozinhas os perigos de ir contra um regime tirano e extremamente autoritário, e também que, as organizações de esquerda não valorizavam a causa feminina: “[...] Essa negligência em relação à mulher fica mais visível nos momentos mais significativos de nossa história. Por exemplo, às vésperas do golpe de 64 as mulheres em todo o país encontravam-se desorganizadas[...].⁶”

Portanto é correto afirmar que a mulher, para que se engajasse nos movimentos de resistência contra a ditadura militar necessitava adentrar tal espaço, negando sua causa, bem como a questão de gênero para que pudesse batalhar pelo ideal da sociedade igualitária e livre da opressão e da censura, e como, o militante tratava-se de um ser assexuado, a mulher negava suas características, em busca de aceitação por parte dos companheiros do sexo masculino:

“As mulheres assumiram a militância nas organizações de esquerda negando a sua condição de mulher. As organizações eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. Os homens militantes tinham posições diferentes porque viam as militantes também como mulheres.”⁷

Portanto, enquanto as mulheres negavam sua feminilidade em busca de aceitação, os homens por sua vez, continuavam a vê-las como mulheres, impondo certo preconceito baseado na visão machista arraigada em suas mentes. Tendo isso em vista é correto afirmar que o fato de que a negação mulher em relação a questão de gênero enquanto militante deu-se pela necessidade de aceitação em meio a organizações que, embora lutassem por liberdade, ainda carregavam consigo, um pensamento impregnado pelo machismo, e pela afirmação de inferioridade da mulher em relação ao homem, então, para que a mulher fosse aceita neste meio, embora notadamente em cargos inferiores ao do homem, era necessário que ela a princípio, guardasse para si suas fragilidades e seu desejo de luta por sua causa pessoal, para que estivesse neste meio e para que realmente pudesse colaborar nas frentes de resistência contra o governo militar instaurado no Brasil.



⁵ Ibidem. p.48

⁶ TELLES. 1993. pp63

⁷ COLLING. 1997. p.75

O contato feminino com a repressão

Entrar em contato com este mundo de lutas e resistência exigiu da mulher muita coragem e determinação, pois além do preconceito vivido por parte de seus companheiros de guerrilha, era necessário encarar os órgãos de repressão e a temida tortura. As salas de repressão que compunham órgãos como o DOPS e o DOI – CODI tratava-se de territórios onde a lei não mostrava a sua face, onde apenas a vontade do opressor, em remoldar comportamentos, não importasse o meio empregado para tal, imperava.⁸ Adentrar este território perigoso implicava em entrar em relações de poder altamente desiguais onde direitos não eram respeitados, e qualquer simples ato poderia ser caracterizado como subversão, estando o militante sujeito a punições severas, repletas de humilhações e violência.



Tendo em vista, que a mulher era vista como “desviante” por parte dos militares por estar imersa em uma esfera que não era a sua, para eles a mulher devia integrar apenas a esfera doméstica, não hesitaram em empregar também contra elas, métodos terríveis de tortura, Colling afirma isso quando diz que “[...] Era preciso que a mulher voltasse para sua clausura, onde a prática política não existia.”⁹

Em seu trabalho, Ana Maria Colling, para explicar este aspecto do contato da mulher com a militância, utiliza de entrevistas com mulheres que penetraram neste mundo, chegando à conclusão de que não se pode traçar um perfil definitivo e exato da mulher militante, o que é possível perceber é que os órgãos repressores eram dotados de certo conhecimento em relação às fragilidades e diferenças do homem em relação à mulher, uma vez que, sem generalização, a autora afirma que muitas vezes a nudez era imposta às mulheres como forma de ameaça, onde muitas eram colocadas em um canto de uma sala silenciosa, completamente nua calçando apenas sapatos e com vendas nos olhos:

“[...] o fato de deixarem a mulher nua e sem poder ver faz com que ela fique só consigo mesma, pois ninguém a vê e ela não vê ninguém. Somente ela sabe que é uma pessoa com aquele rosto, e o torturador não sabe porque ele só vê um corpo nu.”¹⁰

O que não se pode fazer, de maneira nenhuma em nenhum aspecto deste estudo, é generalizar, pois a mulher sofreu sim, e muito com violências das mais variadas, com a violação de seu corpo e com espancamento, sendo sujeitada às barbaridades impostas pelos órgãos designados para conter a ameaça representada pelas organizações de esquerda, “[...] a forma recorrente foi a ameaça de tortura física, de estupro, de prisão e tortura de familiares. Outras formas foram a humilhação, a tortura física, e uma técnica utilizada pela repressão: a nudez e a vendagem dos olhos [...]”¹¹

Tudo o que a mulher passou nestes anos de chumbo serviu para corroborar e fortalecer o caráter de sua luta, e inculcar em sua mente que ela tem sim a capacidade de lutar e contribuir para a construção de uma sociedade justa para todos onde suas causas possam ser explicitadas, livre do

⁸ Idem. p.75

⁹ Idem p.80

¹⁰ COLLING. 1997. p.83

¹¹ Idem p.81

preconceito e da censura, o que ocorre nesses anos de chumbo é a gênese do movimento puramente feminista brasileiro, que traz a tona questões relativas ao universo feminino.

Consolidações femininas pós ditadura

Percebemos através dos fatos expostos que o pensamento de um movimento feminista no Brasil surge no fim da década de 60, desponta neste período uma maior conscientização da mulher em relação ao seu poder de participação política, fato confirmado com a participação da mulher nos movimentos de resistência contra o governo militar que se instalara. Na década de 70 a mulher já é mais consciente de seu poder transformador nesta sociedade marcada por tantos abusos e injustiças, no fim da década de 70 e início da década de 80 ocorre uma nova transição no pensamento feminino, pois a mulher que num primeiro instante era aquela reclusa e submissa, e num segundo momento começa a despertar e requerer seu lugar, neste momento ocorre o seu real despertar onde acontece a consolidação do movimento feminista, este formado basicamente por dois grupos: As mulheres exiladas, que no exterior entram em contato com movimentos feministas plenamente consolidados e ativos, e aquelas que permaneceram no Brasil lutando e tiveram em suas vidas marcas profundas relativas ao contexto vivido entre 1968, início da luta armada, até o fim da década de 70.

O feminismo de 1980 passa a focar questões de gênero e a buscar canais de comunicação com o restante da sociedade, aliando-se a instituições das mais diversas e intitulando a mulher como objeto de estudo.¹² É neste exato momento que a mulher

sai da posição de inferioridade perante o homem e passa a estar em posição de igualdade, a constituição de 1988 foi determinante para isso uma vez que “[...]deu-se uma significativa alteração da condição da mulher[...] que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.”¹³



Em 1975, proclamado pela ONU o Ano Internacional da Mulher, uma nova linhagem surge na imprensa alternativa: as publicações feministas. Brasil Mulher é pioneiro e esteve nas bancas até 1980.

A mulher se olha através de seus próprios conceitos

Uma vez que a mulher se transforma em objeto de estudo, surge neste período da década de 80 a imprensa feminina, que busca focar em questões puramente pertencentes ao universo das mulheres, porém com a politização destas mulheres, as reivindicações tomam uma nova roupagem e uma nova linguagem, pois segundo Rago: “[...] as feministas esforçaram-se para dar legitimidade às suas reivindicações, para valorizar suas lutas e apresentarem-se como um grupo político

¹² SARTI. 2004. p.42

¹³ Idem, p.42



*importante digno de confiança [...]*¹⁴. A partir deste momento a mulher não se olha mais utilizando conceitos pré fabricados pela sociedade que ainda carrega o pensamento machista e sim passa a se olhar através de sua própria ótica, assumindo suas fragilidades, e exaltando suas capacidades que são iguais aos dos homens, sendo a mulher capaz de liderar, gerenciar e executar qualquer função desempenhada anteriormente exclusivamente por homens.

Conquistas femininas derivadas da consolidação do movimento

A partir da consolidação do movimento feminista a mulher colhe muitos frutos derivados de seus esforços e lutas, pois os grupos femininos passam a atuar livremente em muitos segmentos sociais, bem como ocorre o surgimento de muitos estudos que visam o entendimento do “ser mulher”. Porém Rago explicita que com a conquista pela igualdade a mulher passa a acumular uma dupla jornada, já que

além de mulher trabalhadora, é mãe e esposa, “[...] *as mulheres ainda pagam um alto preço por participarem da vida pública, como continuam a denunciar as feministas.*”¹⁵

A mulher embora tenha conquistado seu espaço e o exercício pleno de sua cidadania, necessita dia a dia lutar para consolidar suas conquistas, pois hoje o que se vê é um preconceito velado pois o pensamento machista ainda vigora em nosso meio.

Conclusão

Desde a Revolução Francesa a mulher vem lutando por participação na sociedade no aspecto público. Espelhando-se nas francesas e nas norte americanas as mulheres brasileiras batalharam pelo exercício da cidadania, pelo direito ao voto, e por melhores condições de vida, o que se percebe é que tais questões não povoam somente o universo feminino, mas sim figuram no quadro das necessidades da sociedade como um todo. As movimentações anteriores a década de 80 não podem ser consideradas movimentações feministas, uma vez que não levantaram questões pertencentes somente ao universo feminino e sim trataram de assuntos de interesse geral.

Todo o contexto vivido no período da ditadura militar serviu para o despontar da mulher na cena pública onde ocorre a sua politização com a inserção da mulher na luta armada, neste contexto acontece a negação de suas características femininas, única e exclusivamente por aceitação.

Uma vez mergulhada em toda esta atmosfera repleta de perigos, a mulher entra em contato com a prisão e a tortura, experiências que com certeza deixaram marcas profundas, e muitas até hoje

¹⁴ RAGO. 2003, p.3

¹⁵ Idem, p.9

preferem o silêncio, porém as que não se calaram, as que foram exiladas e as que aqui permaneceram na luta, foram as que influenciaram com suas experiências particulares o fortalecimento da causa feminina pós-ditadura, onde a mulher que antes não levantava suas questões peculiares, a partir deste momento levanta a sua bandeira, dando a impressão de que corre contra o tempo para recuperar tudo no que não conquistou anteriormente, se vê como realmente é utilizando seus próprios conceitos, em um contexto onde a mulher é o observador e o observado, rejeitando e criticando a sociedade que a excluiu por tantos séculos, busca apoio do Estado, não visando à legitimação e sim procurando abrir seus caminhos, podendo assim circular em qualquer segmento social livremente. O legado que estas mulheres deixam é uma trajetória de muito abuso, muitas marcas e persistência, pois se as mulheres de hoje têm sua liberdade, isso foi à custa de muito sofrimento das mulheres engajadas neste contexto apresentado. Tal conclusão não significa a certeza de que as conquistas da mulher estão plenamente consolidadas, mesmo no século XXI a mulher ainda é desafiada, e excluída, porém conta hoje com leis específicas que a ampara, e cabe ressaltar que a mulher ainda possui muito a conquistar e que o machismo e o preconceito figuram em nossa sociedade ainda que tenham ocorridos muitos avanços.

O que se conclui através de tudo o que foi exposto é que, a luta da mulher no Brasil através dos séculos

se resume em luta por cidadania. A mulher anteriormente lutava para ser vista pela sociedade como igual ao homem, e posteriormente todo o contexto pós 80 a mulher já ocupa o mesmo degrau que o homem, porém hoje ela quer discutir a questão de gênero, discutir não suas capacidades, mas suas peculiaridades frente ao homem, não quer mais negá-las, pois tais peculiaridades não a fazem menos capazes que os homens.

Geisa Maria de Oliveira é Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Candido Mendes (UCAM) de Santa Cruz.

Referências bibliográficas

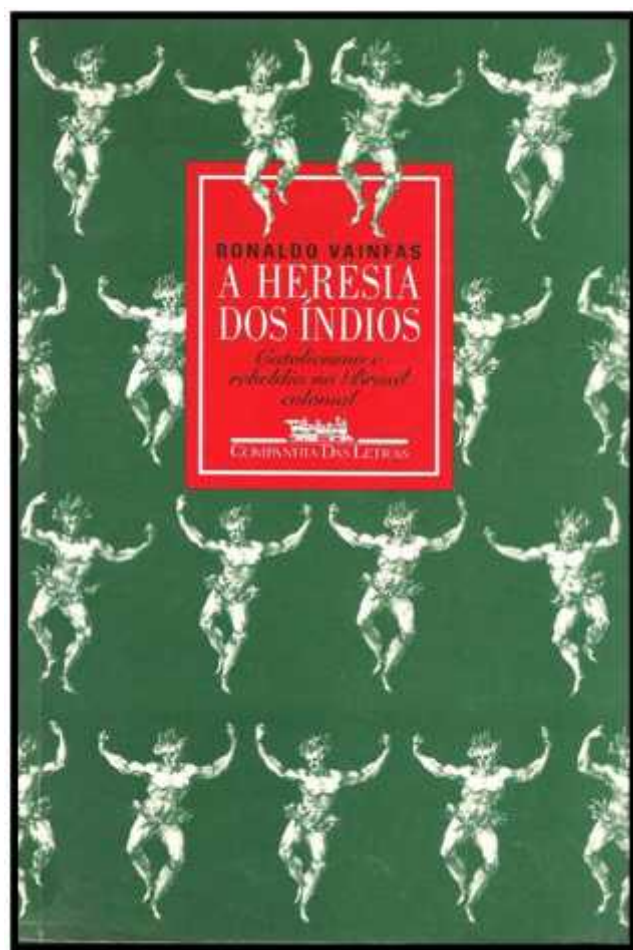
- PEDRO, Claudia Bragança, GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Londrina: UEL. 2010
- TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1993
- ROLLENBERG. Denise. **O apoio de cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Muad. 2009
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997
- SARTI, Cyntia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória** In **Revista de estudos feministas**. Santa Catarina: UFSC. 2004
- RAGO, MARGARETH. **Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global**. Labrys, Estudos Feministas, número 3, janeiro/ julho 2003.

Resenha

UM CONVITE À LEITURA DE “A HERESIA DOS ÍNDIOS”¹

Por Fernando Gralha

Em *A heresia dos índios* o Professor Ronaldo Vainfas² aborda, fundamentalmente, a documentação produzida pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, que na Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, encarregado de averiguar judaízações, bigamias, sodomias, entre outros pecados instituídos pela Igreja Católica, defronta-se com a denominada Santidade de Jaguaripe, movimento do tipo milenarista, composto em sua maioria por índios rebeldes à situação colonial nos idos de 1565. A questão central da obra é interpretar este fato assim como caracterizá-lo enquanto um fenômeno mais geral, de resistência indígena à colonização. Desta forma, o livro demonstra o que muitos insistem em negar, a participação e resistência dos índios frente aos colonizadores: a Santidade de Jaguaripe apresenta elaborações simbólicas produzidas pelos indígenas sobre o contato com vários agentes (fazendeiros, administradores coloniais e missionários). O autor busca desvelar uma área muitas vezes deixada de lado pela historiografia



¹ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

² Ronaldo Vainfas nasceu no Rio de Janeiro, em 1956. Formou-se em história pela UFF (Universidade Federal Fluminense), onde leciona desde 1978. Obteve o mestrado na mesma universidade, com a obra *Ideologia e escravidão* (Vozes, 1986) e o doutorado na USP, com *Trópico dos pecados* (Campus, 1989). É também autor de diversos livros e ensaios e organizador das coletâneas *História e sexualidade no Brasil* (Grael, 1986) e *América em tempo de conquista* (Jorge Zaar, 1992).

brasileira, a parte que cabe aos índios no processo de colonização, as razões e a forma como elaboraram o processo de contato com os brancos. Como base de sua análise, o autor aproveita-se da 'etnografia Tupinambá', construída por aqueles que narraram seus encontros com a cultura Tupi da costa. Entrecruzando acontecimento histórico e cultura indígena propõe uma interpretação complexa, considera estas variáveis e seus possíveis relacionamentos, método que faz de sua obra um verdadeiro exercício interpretativo ao mesmo tempo em que realiza uma crítica da cultura e da história.

A Heresia dos Índios é dividido em três partes. A primeira estrutura o contexto em que se desenvolve o material produzido pelo visitador do Santo Ofício referente à Santidade de Jaguaripe. Analisando, assim, questões como idolatria, demonolatria e a visão do europeu sobre os nativos. Trata da cultura tupi quanto à sua religiosidade, do profetismo, da busca da terra sem mal, até a formação da denominada Santidade de Jaguaripe. Na segunda parte Vainfas trata do material etnográfico sobre a Santidade, analisando sua morfologia social, símbolos e principais manifestações (o profeta e sua corte, os rituais do batismo, a igreja e os bailes), realizando assim, um trabalho de cunho histórico-antropológico de grande profundidade. Na parte final faz uma análise dos acontecimentos responsáveis pela constituição da Santidade de Jaguaripe. Segue a construção e finalização do inquérito, a partir das denúncias e confissões revelando, assim, novos aspectos da Santidade e de suas permanências.

O livro, que se originou de tese preparada para o concurso de professor titular em História, na Universidade Federal Fluminense, é uma obra de

extrema eficiência e sucesso. Primeiro, pela forma como sua narrativa é apresentada, em momento algum perde a coerência, segue o fio condutor que traça logo no início, instigando o leitor a acompanhá-lo na sua interpretação das fontes e do material apresentado. Em segundo lugar, por enfrentar um desafio crucial: analisar o material histórico a partir da etnografia Tupinambá. Neste sentido, uma de suas principais contribuições do autor é a de tentar (e conseguir) estabelecer pontes e diálogos com a produção da antropologia (Métraux, Hélène e Pierre Clastres, Florestan Fernandes) sobre os índios do século XVI.

Ronaldo Vainfas começou seu trabalho de historiador, no campo das ideologias, com uma orientação claramente marxista, inclusive no campo conceitual, em seu mestrado, sob a orientação do Profº. Ciro Flamarion Santana Cardoso, que resultou no livro publicado pela editora Vozes "*Ideias Escravistas no Brasil Colonial*", onde tratava das ideias gestadas pelos jesuítas no Brasil Colonial. A partir de então, decidiu estudar as moralidades e sexualidades a partir das fontes inquisitoriais, temática típica das Mentalidades. Aprofundou seus estudos através de leituras e releituras da historiografia francesa que foram desde Lucien Febvre até autores da chamada "terceira geração": Delumeau, Le Goff, Duby, Áries, Jean-Louis Flandrin e Focault. Porém a grande referência teórica de "*A Heresia dos índios*" é o italiano Carlo Ginzburg, ou seja, história cultural, com incursões pela micro-história.

O autor se utiliza do conceito de circularidade cultural, propondo como recíprocas as influências entre a cultura dos segmentos "dominantes" e "dominados", movendo-se de baixo para cima, bem como no sentido inverso. Neste processo percebe-se na obra do Profº. Ronaldo

Vainfas, a cultura popular se definindo, de um lado, pela oposição à cultura das classes dominantes; por outro lado, pelas relações que mantém com esta mesma cultura, filtrando-a de acordo com seus próprios valores e condições de vida. A cultura dominante, por sua vez, também filtra, de acordo com suas características, os elementos da cultura popular. Evidencia-se, assim, a preocupação do historiador em demonstrar o conflito e as relações de classe no plano cultural.

Por fim, de tudo que foi dito sobre a Santidade e de todo o vasto material que o autor analisou, o que mais chama a atenção é a nova forma de organização social surgida a partir do contato entre índios, negros e brancos, misturando

e reelaborando elementos, que comporiam o que se denominou “resistência ao colonialismo”. Neste sentido, na perspectiva do autor, as Santidades sobreviveram até os dias de hoje nos catimbós e nas umbandas que apresentam o caboclo, o tamandaré e os tupinambás... Apostando na produtividade desta ideia sincrética, o autor formula, com competência, através de um eloquente diálogo com as fontes documentais e uma eficiente pesquisa arquivista, sua interpretação sobre as origens da sociedade brasileira.

Fernando Gralha é Editor da Gnarus Revista de História, Professor das Faculdades Integradas Simosen, UCAM e UNIRIO.



Vainfas revela que o “mito da Terra sem Mal”, mostra o maior inimigo do índio: o homem branco, portugueses, a escravidão, a Igreja dos padres, a lei cristã, denotando um claro sentido anticolonialista.

O autor apresenta também um elemento paradoxal em sua pesquisa, a absorção pela santidade de algumas dimensões do catolicismo, chamando a atenção, por exemplo, da similaridade havida entre a Terra sem Mal e o paraíso celestial cristão: *“a igreja dos índios -- diziam -- era a verdadeira santidade para ir ao céu, porque a dos cristãos era falsa e não merecia que nela se acreditasse”*.

O fato é que grande parte do litoral da América portuguesa passou a conhecer o termo “santidade”, além de seu sentido. A busca da Terra sem Mal significava uma “guerra” contra os portugueses, contra a escravidão, etc. A mais importante destas santidades aconteceu no recôncavo baiano, conduzida por Antônio, nome de batismo de um ancestral dos tupinambás. Esse líder de Jaguaripe, foi resultado de uma das contradições da tradução feita pelos jesuítas do catolicismo para língua e o imaginário Tupi. Antônio entoava cerimônias de batismo, realizava bailes tribais, nomeava papas e fazia orações, sua mulher era chamada de Maria Mãe de Deus, encontrava-se, portanto, inventada uma prática religiosa baseada na fusão católica e indígena.

Pesquisa

Mito X História: Religião Africana no Brasil.

Por Júlio Cesar Rouberte

A muito temos observado que existem poucos trabalhos acadêmicos sobre o tema religião Africana no Brasil realizados por Historiadores iniciados no Candomblé. Qual a vantagem disso? O iniciado domina os segredos da religião enquanto o Historiador domina o meio acadêmico, a junção dos dois beneficiaria a Historiografia Brasileira. Com isso colocamos a disposição da Historiografia a nossa condição de Vodunon (sacerdote do culto Vodun a que fui iniciado no ano de 1988) devo salientar que meu olhar para o referido tema é de uma visão acadêmica e não sacerdotal.

Antes de começar a desenvolver o tema desse artigo faremos algumas explicações para que o leitor se familiarize com alguns aspectos do culto Vodun de liturgia Jeje Mahi de Cachoeiro de São Felix, BA. Menciono o Jeje Mahi Cachoeirano, pois existe o Jeje Mahi do Rio de Janeiro que apesar de ter sido trazido pelo finado Tata Fomutinho do kwe Seja Hunde também de Cachoeiro, tem muitas diferenças na sua liturgia, pois Fomutinho não fora consagrado sacerdote pela Seja Hunde, e ao chegar em terras cariocas Fomutinho somou aos seus

conhecimentos Jeje a liturgia de outras nações do candomblé, como o Angola e Keto fundando assim o Jeje do Rio de Janeiro. Nota-se essa junção de nações pelo título de Tata que ele carrega, título da nação Angola, pois se fosse no Jeje de Cachoeiro ele seria Hongbono Fomutinho de Osun(Oxum).

No Jeje Mahi os Voduns estão divididos por 3 famílias, a família Nagô, a família Kaviuno e a família de Dan.

- Família Nagô: Azansu, Ogun, Agué, Odé, Osun (Oxum), iyemoja (yemanjá), Oya (yanssan), Nãã e Olissa.
- Família Kavionu ou Kaviuno: Kpossu, Sogbo, Badé, Loko (Yroko), Avlekete (Averekete), Akronbé (Akarunbé), Bogun e Jokolatino, Aziri.
- Família de Dan: Bessen, Akotoguem, Guemguem, Jiku.

A família Nagô é considerada da terra, a Kaviuno do céu, e a de Dan faz a ligação do céu com a terra. Cada família possui um seu (exu) representante ou guardião, vejam bem, não estamos falando de exu de Umbanda, pois para o candomblé eles não são exus, são catiços. Estamos falando de seu (exu)

Vodun, são eles, legbara da família Kaviuno, Tiriri da família Nagô e Sorokwe (xoroquê) da família de Dan. Também temos o Vodun feminino Aizan ligado a ancestralidade.

Principais casas de Jeje Mahi.

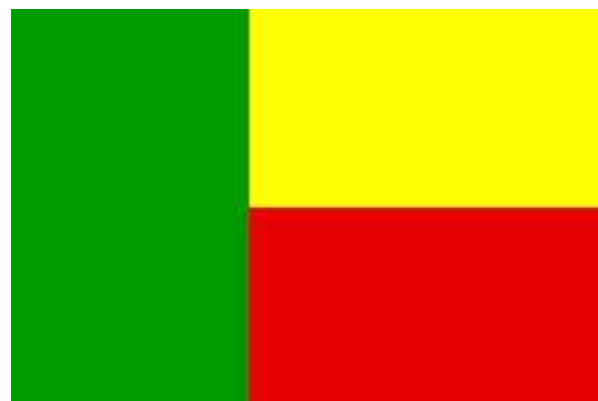
- Zo Godo Bogun Malé Hunde. Casa matriz fundada por Ludovina Pessoa Altamira em Salvador, BA.
- Kwe Sejá Hunde. Também fundada por Ludovina em Cachoeiro de São Felix, BA.
- Hunkpame Hunto Loji. Fundada por Maria Luiza (Gaiyaku Luiza).

Essas são as casas de referência da Nação Jeje Mahi. Esperamos que essas notas tenham ajudado um pouco a conhecer a História da Nação, que são passadas de geração em geração dentro dos terreiros de forma Oral, pois a religião Africana é Oralidade. Agora podemos adentrar no tema deste artigo.

A lenda de Agassu na África e sua relação com os Voduns da família Kaviuno no Brasil.

Segundo fontes do Museu de Abomey¹, o povo Fon. Tem a sua maior expressão Histórica através do Reino do Dahomey, e na diáspora Africana através do Vodun. Sua origem está relacionada ao Reino precursor de Adja-Tado que devido a inúmeras campanhas militares se expandiu muito, e cuja capital era Tado (atual togo). No Benim atual essa origem é conhecida como História da migração Aladaxonu, especialmente pela relação e forma Togoudo-Abomey instalada no planalto Gedevi.

Reza a lenda que durante o período de expansão a filha do Rei de Adja-Tado que se chamava Aligbono perdera-se com outras jovens na floresta, as jovens se depararam com uma Pantera (Kpó ou Pó em português), todas correram do animal. Mas Aligbono não conseguiu escapar da Pantera e não retornou a seus pais, só aparecendo bem mais tarde declarando que a Pantera havia lhe deflorado. Com o passar do tempo a princesa percebe que engravidara da Pantera. Dessa união ilícita, Aligbono dá à luz a um menino que fora chamado de Agassu (filho do adultério). Nesse exato ponto vemos uma influência direta da Religião do Vodun, já que no Togo a Pantera e a manifestação de Hevioso dentro da floresta. Então Aligbono não engravidara de um animal, tendo em vista que a fertilização seria impossível, e sim do Vodun Hevioso na forma de Pantera. Já para o Antropólogo Luís Nicolau Parés² afirma que Agassu seria marido de Aligbono e não seu filho. Contrariando os Historiadores do Museu de Abomey, que afirmam que Aligbono é mãe de Agassu. Ainda em seu livro, Parés tenta colocar a palavra “Jeje” como sinônimo de uma etnia ainda a ser descoberta, não levando em conta que o significado desta palavra de origem Yorubana quer dizer “estrangeiro”, como sugere Vivaldo da Costa



¹ Contexto da criação do Reino de Danxomé. Arquivo pessoal: Documento enviado por e-mail pelo Museu de Abomey em 30/04/2013.

² PARÉS, 2007. p. 33.

Lima.³ Por exemplo: Jeje Mahi, que significa o estrangeiro de Mahi, ou Jeje Savalu, que significa o estrangeiro de Savalu.

Mesmo achando que a hipótese levantada por Vivaldo seja bastante convincente, Parés⁴ alega que as migrações de estrangeiros Adjás só se deram na área de Porto Novo, a partir de 1724 com a conquista de Allada por Agaja, após o surgimento do termo “jeje” no Brasil. O que Parés não percebe é que o termo “Jeje” sendo de língua yoruba tem a sua origem em Oyó situado no oeste da Nigéria, portanto anterior aos Adjás e até anterior ao surgimento de Porto Novo. O próprio Parés reconhece que suas alegações são inconclusivas⁵, pois em seu próprio livro, ele afirma que a origem etimológica do termo permanece em aberto precisando de estudos futuros para resolver o problema.

Voltando a origem de Agassu e o seu paralelo com a família Kaviuno no Brasil. Vejamos alguns Voduns desta família aqui no Brasil pela liturgia do Jeje de Cachoeiro de São Félix -BA: Kpossu (homem pantera ou filho da pantera) pai de Sogbo; Sogbo pai de Badé e de Avlekete; Loko vodun que reside em um Atinça ou árvore sagrada, considerado um Vodun Hunvé (Vodun vivo). Analisemos esse paralelo! Se Kpossu que é cultuado nos Candomblés da Bahia e do Rio de Janeiro é o mesmo Agassu filho de Aligbono então os filhos de Agassu teriam que ser Sogbo e Loko e seus sobrinhos seriam Badé e Avlekete. Agassu ou Kpossu na África é considerado um Vodun étnico fundador sobrenatural de um clã os Agassuvi ou Kpovi⁶.

A importância de se estudar a origem de Agassu e o seu paralelo com os Kaviunos no Brasil vai além de sua importância religiosa, pois um guerreiro mítico fundador de um clã que seus descendentes foram fundadores de vários Reinos na África, como por exemplo o Dahomey e Allada, merecem a nossa atenção, pois segundo os Historiadores do Museu de Abomey, essa migração dos descendentes de Agassu renderam muitos escravos para os Portugueses, e que provavelmente foram trazidos para o Brasil. Qual relação de seus filhos com os Voduns do Jeje de origem de Cachoeiro? Será que o Vodun Aziri também Kaviuno seria alguma princesa descendente de Agassu?

Voltamos nosso olhar acadêmico para as lendas contadas pelos antigos do culto que foram passadas de geração em geração, muitas dessas lendas não batem quando as cruzamos com as Histórias do continente Africano. Nossa visão de Vodunon não nos impede de enxergar a realidade das divergências encontradas na nossa pesquisa, muito ao contrário, através desses contextos pretendemos chegar mais perto possível dos processos de culto ao Vodun. Uma dessas divergências é sobre o Vodun Avlekete que aqui no Brasil é masculino, e para a nossa surpresa quando conversamos com Alfred Kossa, um dos Historiadores do museu de Abomey nos mandou uma foto de um Vodun feminino de nome Avlekete. Avlekete no Brasil é masculino tido como pescador. Como na África é um Vodun feminino? Como ocorreu essa inversão de gênero aqui no Brasil? Outro fato confuso é com o Vodun Sogbo, no Jeje Mahi ele é masculino e no Jeje mina ele é feminino como sugere Pereira nunes⁷. Quem está certo? E se levarmos em

³ Parés, 2007.P. 50.

⁴ Parés, 2007.P.50.

⁵ Parés, 2007.P.52.

⁶ Contexto da criação do Reino de Danxomé, 30/04/2013

⁷PEREIRA, 1979.

consideração que na liturgia Jeje Mahi ele é filho de Kpossu, qual dos filhos de Agassu ele seria? Uma outra consideração a ser abordada, é se Nã Agotimé foi a fundadora da casa das Minas como sugere Pereira nunes⁸ e Ferretti⁹, como Nã Agotimé não saberia o gênero de Sogbo e de Avlekete se ela pertencia ao Clã dos Agassuvi sendo Mãe de Guezo? Para Alberto da Costa e Silva Nã Agotimé talvez não fora mãe de Guezo, pois em outras tradições ela figura como ama de leite e em outras como sua protetora mas fora por esse chamada de Kpojító ou Rainha-Mãe por ser a mais importante esposa do Rei na hierarquia de seu arem¹⁰.

As divergências não param por aí, novamente com Alfred kossa, colocou em sua página do Facebook uma foto de um homem incorporado com Aizan uma divindade masculina, conhecida como o Rei do comercio no Benin. Novamente ficamos surpresos com a informação, pois Aizan é uma divindade



Avlekete Vodun sereia espírito mural Daagbo Hounon Dodo Palace Ouidah, Benin. (Will Way)

cultuada no Jeje de uma forma completamente distinta. Nas casas de Jeje Mahi Aizan tem o seu



Vodunci incorporado pelo Vodun Aizan.

⁸ Idem, Bidem.

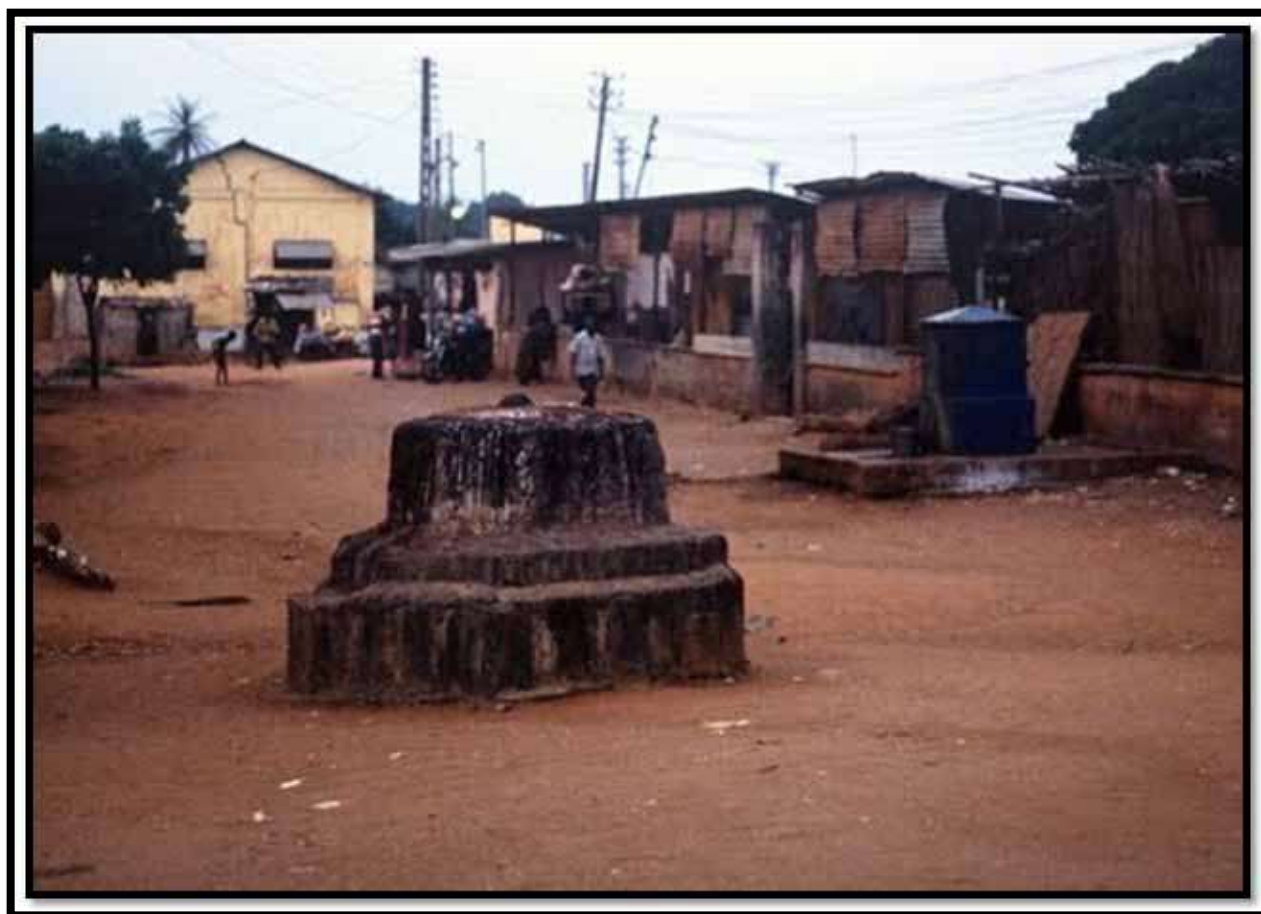
⁹ FERRETTI, 1996.

¹⁰ SILVA, 2004. p.103.

Otutu ou assentamento sagrado no tempo, em céu aberto dentro do terreno da casa de santo, vinculado aos ancestrais da casa, tem uma grande importância no culto. Aizan é na liturgia conhecida como a senhora do comércio, esposa de Legbara, em que ponto da História Aizan mudou de gênero masculino para o feminino? Como surgiu o fato de ele ser considerado esposa de Legbara aqui no Brasil? Para alicerçar a informação de Kossa, Alberto da Costa e Silva faz uma referência a Aizan como o Rei Amar¹¹ impôs em setembro de 1704, que Franceses, Holandeses, Ingleses e Portugueses o respeito a Huedá proibindo que trouxessem a guerra de sucessão, e ameaçou com fortes multas e expulsão de quem rompesse com a neutralidade de comércio. Graças a Amar Huedá se tornou um

grande centro comercial cosmopolita. Então a informação de que Amar (Aizan) é o Rei do comércio, confirmando assim o equívoco da liturgia Jeje no culto de Aizan. Outra divergência no culto de Aizan, é que aqui no Brasil nos é ensinado de que não se incorpora com Aizan, esta alegação cai por terra com a foto postada por Kossa de um homem incorporado pelo vodun. Quem trouxe essa informação para o culto aqui no Brasil? Se Aizan é considerado o Rei do comércio e seu Otutu em Ouidá fica no centro do comércio. Porque no Brasil ele é ligado a ancestralidade e não ao comércio?

No Brasil o ritual ligado a Aizan é chamado de Zandró, que reverenciam a memória dos familiares e antepassados do culto. O Zandró é composto por cânticos, evocações, e muitos preceitos específicos.



Otutu de Aizan no centro do comércio de Ouidah, Benin.

¹¹ SILVA, 2004. p. 45.

As danças nos rituais do Zandró são feitas sempre de joelho e tocado com Atabaques e cabaças ornadas com lágrimas de Nossa Senhora, este eventos são feitos sempre no dia anterior os festivais abertos ao público.

Cânticos de Aizan:

"Aizan eee ó Vodun
Aizan bereo
Aizan eee ó Vodun
Aizan bereo
Aizan mono jepona
Hungbono é gonoko
É Vodun konokun
Aizan eee ó Vodun
Aizan bereo."

"Po gélé aeeeotuut
Aizan po gélé aaa
Aizan mako izan."
Po gélé
Mere na do elo
Po gélé aee aee
A lku belô.

Cânticos de Zandró:

"Valu vava
Valu nu kwe lo
Valu nu kwe lo"

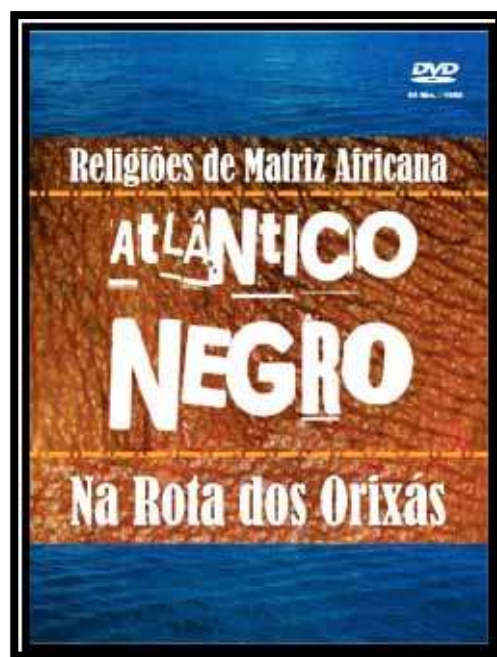
"Valu vava huntó
Manho vaia ye mixó
Manho vaia ye mixó
Manho vaia gan kutó"

Detectamos mais divergências, pois apresentamos algumas encontradas apenas na Nação Jeje Mahi, encontramos também divergências em outras Nações. Uma questão que entendemos de suma importância, é o domínio do sexo feminino no controle do culto em terras Brasileiras, diferente de como é na África, que a grande maioria é do sexo masculino. Como aconteceu esta inversão? Será que ela tem a ver com os padrões de alforria muito maiores para as

mulheres. Intencionamos continuar a pesquisar estas questões. Para que possamos juntos com os Historiadores do Museu de Abomey, trazer uma nova ótica da religião Africana no Brasil.

Júlio Cesar Rouberte é graduando em Licenciatura em História pelas Faculdades Integradas Simonsen.

Quer saber mais? Assista:



Em 1998, o cineasta Renato Barbieri e o pesquisador Victor Leonardi percorreram o caminho trilhado pelos africanos feitos escravos no Brasil e conceberam o filme que mostra as afinidades existentes entre comunidades separadas pelo Atlântico.

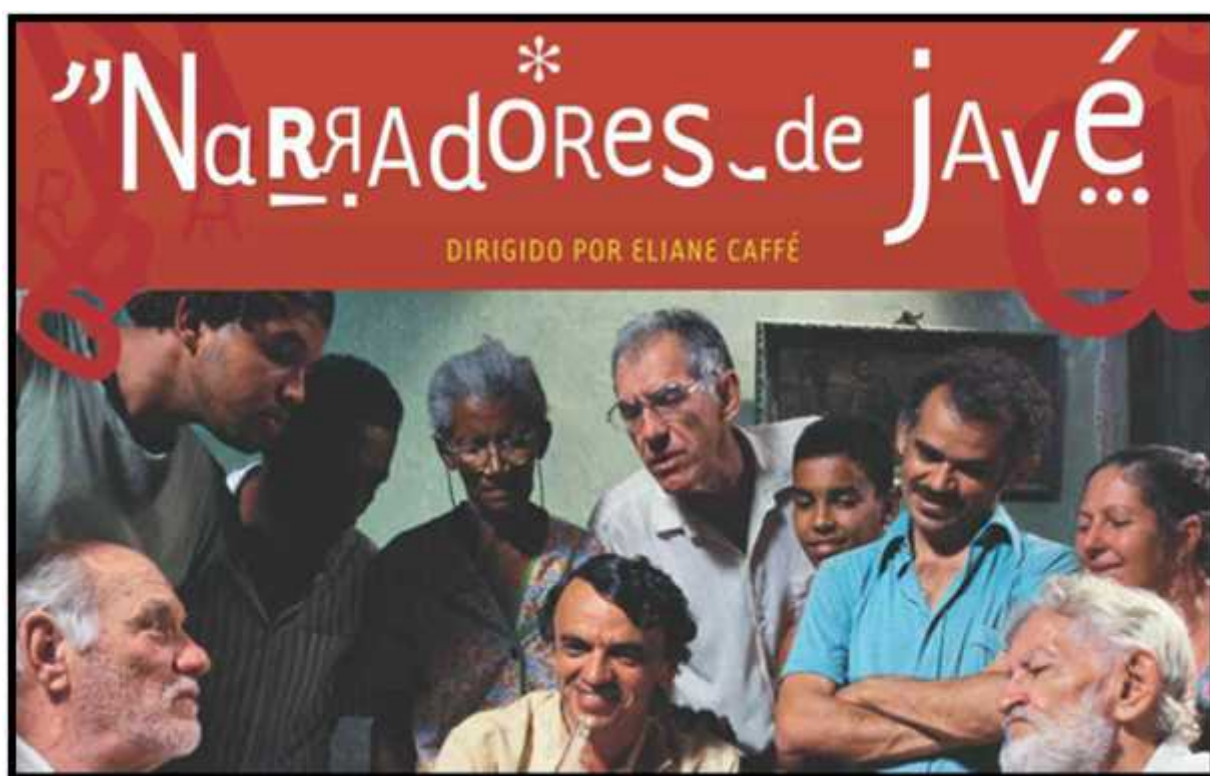
Referências:

- PARÉS, Luis Nicolau. A formação do Candomblé: História e ritual da nação Jeje na Bahia. Campinas: Unicamp, 2007.
- SILVA, Alberto da Costa e. Francisco Felix de Souza, mercador de escravo. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2004.
- FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Querebetan de Zomadonu. Etnografia da Casa das Minas do Maranhão. São Luiz: EdUFMA, 1996 (1985).
- PRREIRA, Nunes. A Casa das Minas. Culto dos Voduns Jeje no Maranhão. Petrópolis: Vozes, 1979 (1947).

Artigo

NARRADORES DE JAVÉ: uma reflexão acerca dos conceitos de memória, história e identidade

Por Mônica Barbosa Cardozo



Narradores de Javé, produzido em 2003, tem como tema base a iminente inundação de um vilarejo conhecido como Vale de Javé. A narrativa tem início quando Zaqueu, um antigo morador de Javé, exalta, durante uma conversa de bar, a importância de saber ler. Para ilustrar a afirmação Zaqueu começa a contar a história “da maior desgraça que um povo pode viver pra ver” que se abateu sobre seu povoado de origem e do “rebuliço que um escritor foi capaz de fazer”.

Javé situa-se em um vale, às margens de um rio, e será inundada para a construção de uma represa que trará, segundo os técnicos, benefícios para a maioria, contando para isso, com o sacrifício de uns tantos, no caso, os moradores do vale que estava no caminho das águas. A indignação é geral. O estranhamento e o desconforto são visíveis nos semblantes dos moradores, na agonia, na inquietação, pois a ideia da quebra da situação espaço/temporal acarreta uma ruptura do sentimento de pertencimento, de unidade, de grupo.

“A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.”¹

A única solução que se apresenta é revestir Javé de importância histórica, científica, que justificasse um tombamento. Era preciso buscar nas origens do vale feitos heroicos, características culturais, traços únicos que os caracterizavam e que eram contados e cantados de pais para filhos. Porém, “ser” não era suficiente, era necessário provar, registrar, construir a História do Vale de Javé.

A sobrevivência do povoado, bem como a continuidade da coletividade que o constituía dependeria, a partir de agora, da estruturação da memória coletiva do grupo, pois segundo Jedlowski “a função primordial da memória coletiva é, na verdade, dar coesão a um grupo social e manter sua identidade.” E ainda, “As representações coletivas do passado social objetivam dar legitimidade às crenças sociais e inspirar os projetos dos grupos”. Logo, Javé precisava de uma produção documental que não só legitimasse sua importância e consequentemente sua existência, mas que também garantisse a preservação das características sócio-culturais e da identidade do seu grupo.

“a memória é sempre vivida, física ou afetivamente. No instante em que o grupo desaparece, a única forma de salvar as lembranças, para os grupos existentes, são exteriores. Daí fixá-las em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.”²

Fixar, estruturar, pôr no papel de forma científica, verdadeira, incontestável tudo aquilo que atribuisse valor ao povoado. Para tão

importante feito, seria necessário alguém que dominasse a escrita, coisa rara no lugar. A exceção era Antonio Biá. Cidadão letrado, funcionário do posto dos correios local, viu seu emprego ameaçado pela falta de alfabetização da população. Então, para garantir o emprego, aumentando a circulação de correspondências, criou uma verdadeira rede de notícias, o detalhe é que as informações por ele compartilhadas diziam respeito exclusivamente à vida particular dos moradores de Javé, e não satisfeito, dando asas à imaginação, com a destreza de um “intelectuário”, ele tratava de recheá-las com acréscimos picantes, alguns detalhes sórdidos, patranhas e difamações. Tanta habilidade e engenhosidade garantiram a Biá o emprego. Mas, logo todos ficaram sabendo, e Antonio Biá foi banido para longe do povoado. Porém, para doença grave, amargo remédio. O povoado precisava do letramento e da criatividade de Biá para dar vida, para “parir”, um documento histórico, a certidão de nascimento do Vale de Javé, pois de acordo com Karnal e Tatsch (2009, p.21) “[...] um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época. [...] o documento existe em relação ao meio social que o conserva.”

Deu-se início a colheita. A tarefa de Biá era através dos relatos, dos vestígios que ficaram impressos no povo de Javé, costurar, dar forma a uma verdadeira colcha de retalhos, fazer emergir reminiscências, preencher lacunas.

Karnal e Tatsch (2009, p.18) citam um ditado popular francês “*le papier souffre tout*” (o papel aguenta qualquer coisa). Biá tem então a chance de se reintegrar ao grupo e, certo de seus talentos, põe mãos à obra. Mas as coisas não saem exatamente como Biá imaginava. Wally Salomão tem uma frase famosa: “a memória é uma ilha de edição”, é seletiva, passa por processos de refinamento, e o melhor de tudo, mostra que todos nós somos, na essência, editores, transformamos consciente ou inconscientemente o que trazemos dentro de nós. De acordo com Oliveira, não basta você entender a memória apenas pelo que foi

¹ POLLAK, 1989, p.1

² RIBEIRO, apud OLIVEIRA, 2002, P.24

manifesto, há que se entender por que aquela foi a forma escolhida para manifestar aquela memória. E segundo Halbwachs:³

“[...] a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como elemento construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, constantes mudanças. Embora sejam os indivíduos que se lembram, admite-se que a forma como se lembram, e o conteúdo do que lembram é socialmente determinado. Sendo assim, a memória é uma constituição simultânea, mútua e cruzada da memória individual e da memória coletiva.”

Quando os cidadãos de Javé ganham voz e espaço para evocar suas memórias, agem como atores de si mesmos, segundo Nunes:⁴

“Quando recordamos estamos confeccionando representações de nós próprios para nós mesmos e os que nos rodeiam. Acabamos sendo o que lembramos e se pudéssemos estudar os modos pelos quais nos lembramos, os modos pelos quais ordenamos e estruturamos nossas ideias, os modos como transmitimos nossas memórias descobriríamos que existe uma história nessas maneiras de proceder[...]”

Todos querem deixar sua marca, com isso, o registro da decantada fundação de Javé por Indalésio, ganha proporções gigantescas, detalhes, nuances, espaços, discursos tão numerosos quanto seus narradores. A construção textual imprime às memórias um status de perenidade, o que se diz passa a ter relevância histórica. Os objetos, as imagens, as palavras, nada mais é inócuo, tudo passa a ser usado para criar representações, escolhidas por sua relevância, bem como pela relação emocional que se estabelece com elas, logo, o “saiu fugido” dá lugar ao “bateu em retirada, de

forma estratégica”, a velha garrucha ganha status de relíquia, configurações narrativas exaltam etnias, gêneros, enfim, Biá se vê em meio a uma disputa, em meio a um “reveillon de muriçocas”. De acordo com Gondar:

“Dois perigos, entretanto, costumam ameaçar os territórios abertos e acolhedores do múltiplo: a ausência de rigor e o ecletismo ético. Conceitos em movimento podem ser rigorosos: eles expressam valores e estabelecem diferenças. Quando os conceitos e os valores se pulverizam ou se indiferenciam, somos conduzidos a uma espécie de *vale-tudo*, no qual todos os recortes e todas as abordagens se equivalem.”⁵

A situação sai do controle, não há um consenso, os ânimos se alteram e as disputas e tentativas de manipulação aumentam, está em jogo não só um ganho político, ideológico, mas também uma busca por ascensão de status social. Oliveira (2012, p.26) diz que “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” Nesse sentido, a tarefa de Biá estava a cada dia mais ameaçada pelas águas. Matos e Senna, no artigo História Oral como fonte: problemas e métodos⁶, escrevem:

“Peter Burke descreve a memória como uma reconstrução do passado, uma vez que lembrá-lo e escrever sobre ele não são atividades ingênuas e inocentes como julgávamos até bem pouco tempo atrás. Identificamo-nos com acontecimentos públicos relevantes para o nosso grupo e que por nós passam a ser incorporados e filtrados por nossas estruturas comportamentais; [...] Portanto, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado. Memórias individuais e coletivas se confundem; não somos ilhas e, portanto, estamos sujeitos

3 Apud OLIVEIRA, 2012, p.25

4 Memória e História da Educação: entre práticas e representações. Clarice Nunes. Disponível em: [www.ufjf.br/revistaedufoco/files/Memória-e-História-da-Educação.doc](http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/Mem%C3%B3ria-e-Hist%C3%B3ria-da-Educa%C3%A7%C3%A3o.doc). Acessado em: 15/11/2013.

5 GONDAR, p.11

6 História Oral como Fonte: problemas e métodos. Júlia Silveira Matos/Adriana Kivanski De Senna. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acessado em: 16/11/2013.

a influências, bem como a influenciar, os grupos a que pertencemos e com os quais nos identificamos.”⁷

O tempo corre depressa como as águas do rio. Os ventos confirmam os tempos das mudanças. Biá desiste da missão e foge, “Quanto às histórias, é melhor ficar na boca do povo, porque no papel não há mão que lhes dê razão”. Os engenheiros chegam, as pessoas saem. Muito se diz, pouco se faz, não há História para contar. As águas levam os mortos, não há mais onde chorar o passado, não há o badalar das horas do sino erguido outrora e a brisa que acompanha as estações num eterno retornar, não retorna mais atrás dos morros, tudo muda de lugar. A epopeia mítica de Javé são folhas em branco. Não foi possível provar “nos termos científicos” que sua origem vinha de um povo de coragem, homens, mulheres, índios, negros, brancos, loucos, desbravadores, um povo sobrevivente. Um povo sem registros, mas um povo com Memória, formada por marcas culturais que guiam códigos coletivos, expectativas, necessidades, desejos, fantasias. Segundo Nora (*apud* INDURSKY, 2011, não paginado) “A memória se enraíza no espaço, no gesto, na imagem, e no objeto”.

As águas subiram. Javé muda sua configuração no espaço. Seus habitantes passam a

representar a origem da nova Javé. Biá reaparece e decide começar a escrever a história do vilarejo, que como um Macunaíma já nasce velho e que se cria dia a dia ante a uma perspectiva do futuro com todas as cores do passado.

Mônica Barbosa Cardozo é Graduada e Letras/Inglês pelas Faculdades Integradas Simonsen e graduanda em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, pela UFRJ.

REFERÊNCIAS

GONDAR, Jô.: *Quatro Proposições sobre Memória Social*, in: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera. *O que é memória social*, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. *História Oral como Fonte: problemas e métodos*.

Disponível em:

<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acessado em: 16/11/2013.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*.

Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/re/article/view/2278/1417>. Acessado em 15/11/2013.

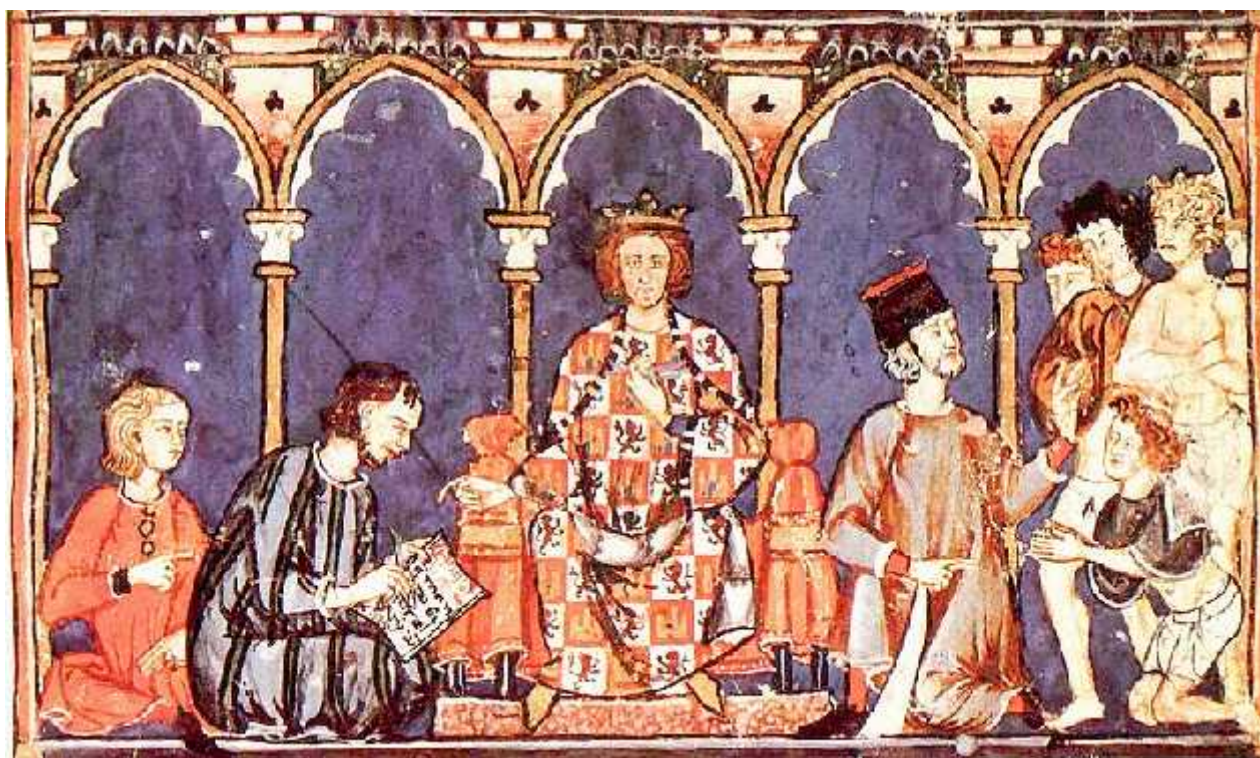


⁷ MATOS; SENNA, 2011, p.3

Artigo

ALFONSO X DE CASTELA – LEÃO (1252-1284) E A
“EPITOMA REI MILITARIS” (IV D.C) DE FLAVIO VEGÉCIO:
BREVE APONTAMENTOS ACERCA DE SUA POSSÍVEL
UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO MODELO DE
ATUAÇÃO MILITAR ALFONSINO NAS “SIETE PARTIDAS”

Por Rafael Costa Prata



Alfonso X, soberano de Leão e Castela entre 1252 – 1284, recebeu o epíteto¹ póstumo de “O Sábio”, por conta de todo o fomento e patrocínio à produção cultural característica de todo o seu reinado. Mais do que um mero “mecenas”, Alfonso X de fato distinguiu-se dos demais soberanos de sua época, por sua participação ativa na produção de uma variedade de gêneros literários, compondo obras que vão desde o caráter artístico, como as famosas “*Cantigas de Santa Mária*”, até as obras de conteúdo jurídico, como “*As Siete Partidas*”.

Tal predileção alfonsina pelas *letras* advem da educação diferenciada que recebeu em sua infância. Como era comum aos infantes medievais, ao completar 1 ano de idade, o pequeno Alfonso foi enviado a casa de um ayo, Dom García Fernández de Villamayor, na qual seria educado por toda a tenra idade na “arte da guerra, sobre os costumes cavaleirescos, as boas maneiras e sobre como tratar os súditos.”²

No entanto, seria no retorno a vida das cortes que o infante Alfonso aproximaria suas relações com as ditas *letras*, quando, por meio da educação fornecida pelos seus mestres em sua adolescência, passou a receber uma “formação humanística, característica da Idade Média, conhecida como as sete artes liberais”³, sendo educado então nos chamados *trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e o *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia).

Um aspecto deveras curioso em relação a sua educação se dá por um “paradoxo educativo” planejado por seu pai, o antigo soberano de Castela – Leão, Fernando III (1217 – 1252), o Santo. Este soberano, o qual conforme seu epíteto, fora um dos soberanos mais religiosos de toda a história hispanica, tendo sido, inclusive, canonizado posteriormente, de modo que, sendo o pai do infante Alfonso, se conjecturaria uma educação mais voltada a religião por conta de sua própria aptidão pessoal.

No entanto, como aponta o medievalista espanhol Salvador Martínez:

“El rey más religioso de la España medieval, y el único que ha tenido el honor de llegar a los altares, no quiso que su primogénito fuese educado al abrigo de un monasterio, o bajo la tutela de algún insigne prelado y ni siquiera por los grandes maestros de la escuela de artes o la Escolástica parisina. Por el contrario, todo parece indicar que la educación de Alfonso fue encomendada a figuras laicas, por cierto, más conocidas por sus virtudes guerreras, que como letrados.”⁴

Todo esse quadro de formação passado a Alfonso X acabou lhe conferindo os subsídios intelectuais para que aquele jovem infante se tornasse um soberano diferenciado, que soube em seu reinado se utilizar de todo esse quadro intelectual no planejamento e concretude de suas medidas administrativas.

Desse modo, mais do que uma educação apenas voltada às artes, Alfonso foi sobretudo educado para se tornar um homem de guerra, haja vista que, seu pai Fernando III, a despeito de toda a sua religiosidade, foi a figura mais notável e mais

¹ Os epítetos foram de natureza comum durante o Medievo, sendo muitas vezes utilizado, para além de diferenciar os diversos soberanos de mesmo nome, destacar alguma particularidade física ou adjetivá-los.

² REIS, Jaime Estevão dos. Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio, (1252-1283). Assis, 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdades de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade estadual paulista, p.26.

³ Idem.

⁴ SALVADOR MARTÍNEZ apud REIS, Jaime Estevão dos. Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio, (1252-1283). Assis, 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdades de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade estadual paulista, p.27.

importante durante o chamado processo de *Reconquista*⁵, tendo durante seu reinado, conquistado uma enormidade de territórios das mãos muçulmanas, em destaque, a conquista de Cordoba em 1236 e de Sevilha em 1248.

Alfonso, que participara desde os dez anos de idade nas atividades de reconquista junto aos exércitos de seu pai, fora então formado com o “fardo” de manter – e se possível alargar – os territórios conquistados, de modo que o próprio soberano Fernando III, deixara claro em seu leito de morte, que o sucesso de Alfonso estaria diretamente relacionado a manutenção dos territórios conquistados e a um possível acréscimo de sua autoria. Assim, conta-se que, em seu leito, ele teria dito:

*“Sennor te dexo de toda la tierra de la mar aca, que los moros del rey Rodrigo de Espanna ganado ouieron; et en tu sennorio finca toda: la vna conquerida, la otra tributada. Sy la en este estado en que te la yo dexo la sopieres guardar, eres tan buen rey commo yo; et sy ganares por ti mas, eres mejor que yo; et si desto menguas, non eres tan bueno commo yo.”*⁶

⁵ Conceito de difícil caracterização uniforme, o termo *Reconquista* tem sido reiteradamente discutido e problematizado por uma Historiografia hispânica que tem procurado não somente determinar uma terminologia que abarque com mais precisão as características do período em questão, mas sim por conta também da necessidade de problematizar tal conceito histórico pondo em relevo o contexto de sua produção e a Ideologia que perpassa a sua utilização. Para nós, nos interessa compreender o contexto de Reconquista, como “a un proceso clave en la Edad Media peninsular, como fue la expansión militar a costa del Islam occidental, que estuvo revestido e impulsado por una ideología militante basada en los principios de guerra santa y de guerra justa, y que además tuvo una incidencia decisiva en la conformación de unas sociedades de frontera.” In: GARCÍA FITZ, Francisco. *La Reconquista: un estado de la cuestión*. *Clio & Crimen*, Revista del Centro de História del Crimen de Durango, n.6, 2009, p.142-215, p.201.

⁶ PRIMERA CRONICA GENERAL apud REIS, Jaime Estevão dos. *Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio, (1252-1283)*. Assis, 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdades de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade estadual paulista, p.71.

Assim, durante o seu reinado, Alfonso X procurou não “decepcionar” seu antecessor buscando assegurar a manutenção dos territórios conquistados, e de certo modo, avançar na conquista de novos domínios.

Ainda que durante seu Reinado, o alcance das conquistas militares não tenha tido a amplitude e a importância daquelas oriundas no reinado anterior como parte desse projeto de garantia dos territórios conquistados por seu pai, Alfonso X não poderia relegar à segundo plano, justamente o papel que a Guerra teve e continuaria a ter nessa nova conjuntura de manutenção territorial.

Por conseguinte, na produção de suas conhecidas obras de caráter jurídico, este soberano procurou sempre orientar, por meio de uma série de diretrizes, a devida condução e o planejamento da guerra a ser executada por seus contingentes militares.

A obra jurídica *As Siete Partidas*, talvez sua obra de caráter mais completo, se apresenta como portadora de uma série de indicações referentes a este plano organizativo e sobretudo normativo da guerra, de modo que, este artigo objetiva compreender, além do caráter dessas prescrições bélicas alfonsinas, sobretudo a natureza inspiradora destas, procurando analisar se há uma possível apropriação⁷ das normativas militares projetadas por um antigo teórico militar romano chamado Flávio Vegécio Renato em seu compêndio de arte militar intitulado *Epitoma Rei*

⁷ Aqui compreendemos o conceito de *apropriação*, conforme disposto por Chartier, visto como um processo “que consiste no que os indivíduos fazem com o que recebem, e que é uma forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos.” In: CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, p.67.

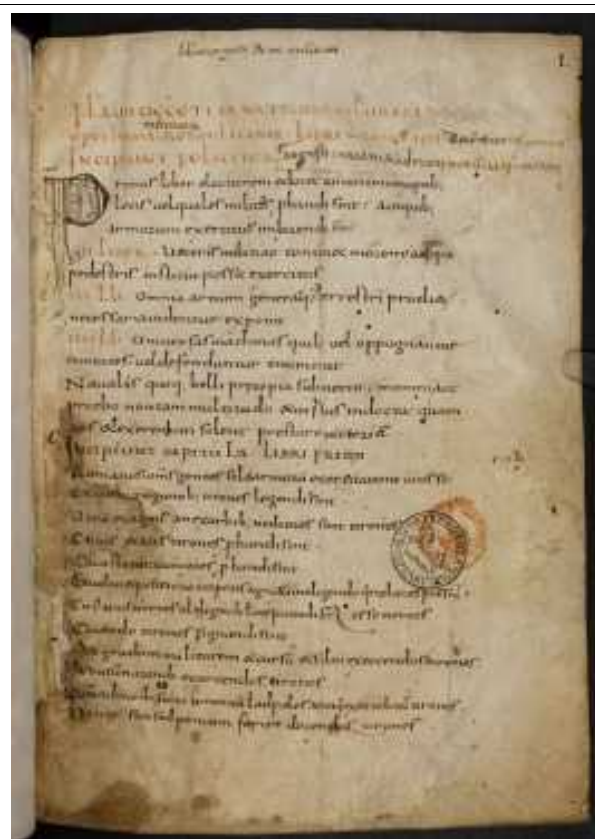
Militaris – ou De Re Militaris – produzido no século IV D.C.

A “tradição militar” da *Epitoma Rei Militaris* de Vegécio

Provavelmente escrita no século IV D.C, a *Epitoma Rei Militaris* foi redigida por Flávio Vegécio Renato com o intuito de alertar aos seus contemporâneos de Baixo Império sobre a necessidade iminente de regresso às noções militares tão fundamentais durante todo o curso da História Romana, haja vista que sem a utilização destas não teria sido possível a concretização da consagrada aliança entre as instituições militares e a política imperialista romana, em especial, durante o período republicano e posteriormente no Alto Império, aspecto que parecia à Vegécio ter-se perdido no decorrer das conturbações políticas e militares que demarcaram o Baixo Império.

Tal compêndio parece ter tido uma enorme receptividade em toda a Idade Média, haja vista que foi bem difundida durante todo o período, tendo sido largamente transcrita e traduzida em grande escala com o claro objetivo de uso por muitos monarcas militares como, por exemplo, Carlos Magno, no século IX, e Ricardo “Coração de Leão”, no XII.⁸

Se este tratado militar produzido no século IV d.C. encontrou uma enorme leitura durante todo o Medievo, inferimos que tal fato se relaciona a uma época em que a transcrição de manuscritos tinha um claro sentido utilitário. Por isso, defendemos



Epitoma rei militaris. Epitome de Caesaribus

que o *Epitoma Rei Militaris* “era traduzido para ser lido e não para ornamentar uma biblioteca”.⁹

Marc Bloch, em sua obra *A Sociedade Feudal* ressalta o apego que os intelectuais medievais mantinham pelos clássicos da Antiguidade e afirma que muitos daqueles homens se utilizavam cotidianamente da *Epitoma* para resolver questões do *métier* militar. Tal medievalista francês cita o caso “daquele conde de Champagne, Henrique, o Liberal, que lia no original Vegécio e Valério Máximo; daquele conde d'Anjou, Godofredo, o Belo, o qual, para fazer construir uma fortaleza, recorria também a Vegécio”.¹⁰

⁸ ALLMAND apud VEGÉCIO. **Compêndio da Arte Militar. (Epit.)** Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de MONTEIRO, João Gouveia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p.108.

⁹ RICHARDOT apud VEGÉCIO. **Compêndio da Arte Militar. (Epit.)** Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de MONTEIRO, João Gouveia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p.121.

¹⁰ BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**, Lisboa: Edições 70, 1982, p.127.

Podemos obter a constatação deste interesse medieval pela *Epitoma* a partir das próprias estatísticas: Consta-se que dos 320 manuscritos sobreviventes da obra, apenas 6% destes são posteriores ao ano de 1500, portanto, sua natureza copista é praticamente em quase toda sua totalidade, medieval.¹¹

No caso hispânico, que é o que nos interessa, o primeiro autor a citá-la em seus escritos foi Isidoro de Sevilha, no século VII. Entretanto, a difusão pela Península Ibérica foi mais tardia e em quantidade inferior. Admite-se que, até o século XIII, apenas seis manuscritos da obra de Vegécio foram produzidos naquela localidade, número reduzido frente outras regiões da Europa Ocidental.

No entanto, alguns medievalistas tem apontado que a *Epitoma Rei Militaris* teve grande valia e predileção na mãos do soberano castelhano Afonso X, quando este adaptou os escritos de Vegécio para dar corpo ao seu documento jurídico *As Siete Partidas*, procurando constituir aquilo que, para ele, deveriam ser os preceitos e regras da Guerra praticada sob seu júdice.

As Siete Partidas: clara inspiração na *Epitoma Rei Militaris*?

Muitas são as divergências em torno de uma possível apropriação da *Epitoma Rei Militaris* por Afonso X na construção de seu código jurídico *As Siete Partidas*. Alguns medievalistas tem defendido que sua utilização é de natureza mínima ou basicamente nula, no entanto, outros tem sustentado que a *Epitoma* serviu como verdadeiro

aporte fundamental na construção das *Siete Partidas*.

Deste modo, se observa, em meio a esses debates, duas tendências paradigmáticas: para medievalistas como Francisco García Fitz, “la influencia de Vegecio en el compendio legal es muy limitada”¹², enquanto que para outros medievalistas como Philippe Contamine “Alfonso X copia íntegramente a Vegecio”¹³.

No entanto, nos parece que uma análise mais aprofundada das *Siete Partidas*, faz-nos perceber uma real utilização deste soberano castelhano dos ensinamentos oferecidos em sua obra por Vegécio.

Em nossa pesquisa, consideramos que a apropriação feita por Afonso X parece inegável frente principalmente a construção do segundo livro componente do compêndio jurídico que é as *Siete Partidas*. Na chamada *Partida Segunda*, livro dedicado quase que inteiramente às considerações acerca da guerra, uma série de diretrizes parecem ter sido notoriamente retiradas de Vegécio e adaptadas ao contexto castelhano, muitas vezes numa redação de natureza praticamente similar.

Assim, para Roca Barea, tanto:

“La afirmación de Contamine es exagerada y la de García Fitz también. El Rey Sabio conoce el texto y lo cita sin error. Lo que sucede es que Alfonso interpreta el tratado vegeciano a su modo medieval, y así, por ejemplo, al tratar de la elección de los caballeros, afirma que debe hacerse más según el pundonor del individuo que por su fuerza física, pues es la vergüenza la que impide huir en la batalla. Aquí Vegecio habla más que de honor, de excelencia moral, y por supuesto, no se refiere a los

¹¹ RICHARDOT apud VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. (*Epit.*) Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de MONTEIRO, João Gouveia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p.110.

¹² ROCA BAREA, María Elvira. El *Libro de la Guerra*, y la traducción de Vegecio por Fray Alfonso de San Cristóbal. *Anuario de Estudios Medievales (AEM)*, vol.37, No1, 2007, p.267-304, p.280.

¹³ Idem.

caballeros sino a la elección de reclutas para las legiones.”¹⁴

Por conseguinte, encontraremos o primeiro indicio da apropriação dos escritos de Vegécio por Alfonso X no Título XXI da *Partida Segunda*, intitulado *De los caualleros, e de las cofas que les conviene fazer*, na qual Alfonso X procura apresentar uma serie de normatizações e condutas a serem seguidas pela aristocracia guerreira.

Na *Ley II, Cómo deuen fer efcogidos los cavalleros*, Alfonso X ao explicar o caráter seletivo que deve ser postulado na escolha do corpo de cavaleiros de um exército, afirma que foi agindo assim que:

“E fobre efto dixo vn Sabio que vno nome Vegecio, que fabla de la orden de Caualleria: Que la verguença vieda al Cauallero, que non fuya de la batalla; e porende ella le faze vencer. Ca mucho touieron que era mejor el ome flaco, e fofridor, que el fuerte, ligero para fuyr”¹⁵

Todavia, o *locus* das orientações e diretrizes alfonsinas frente a organização militar se encontra em um título posterior, o XXIII, intitulado *De la guerra et de las cosas necesarias que pertenescen a ella*. Neste, Alfonso X apresenta um conjunto de trinta leis especificas voltadas à organização e sobretudo à normatização de seu modelo de atuação militar a ser perpetuado em terras castelhanas-leonesas.

Das leis que constituem esse título, em especial, nos interessa observar como Alfonso X se apropria, por exemplo, do conselho XIV contido no Livro III da *Epitoma Rei Militaris*, sem mencionar sua fonte,

intitulado *Como ordenar a linha de batalha para que saia vencedora*.

Neste, Vegécio orienta que:

“Antes de formar a linha de batalha, o general deve ter em atenção três aspectos: o sol, o pó e o vento. Com efeito, o sol no rosto tira-nos a visão; o vento contrário desvia ou trava seus projecteis, mas ajuda os dos inimigos; o pó lançado à cara invade os olhos e obriga-os a cerrar.”¹⁶

Em sua *Ley VII* intitulada *Como los Cabdillos deuen fiempre catar fu mejoría*, Alfonso X justamente orienta que:

“(…) Aun con todo effo non deuen dexar de catar fu mejoría, de manera, que fi el Sol les diere de cara, que aguife, fi pudidiere, como de a los otros; e fi non, que fea partido entre ellos; afsi que todavia venga a los fuyos, de la parte finiesftra, e a los enemigos, de la dieftra. Effen mifmo dezimos de deuen guardar, fi fiziere grand viento, que les de en las caras, que les embargue la fabla, o que aduga poluo, que les faga daño embargandoles la vifta, o cubriendoles las feñales de las armas, porque fe non puedan conofcer.”¹⁷

Ao que parece, outras tantas apropriações dos ensinamentos vegecianos podem ter sido efetuadas por Alfonso X na composição da *Partida Segunda*, mas dificilmente saberemos até que ponto tal ocorrência se verifica. Isso porque no decorrer de todas as *leys*, com exceção da citada *Ley II* do Título XXI na qual aparece claramente o nome de Vegécio, nas demais indicações e normatizações militares efetuadas por este soberano, tal procura reforçá-las como condutas orientadas por “sábios antigos”.

¹⁴Idem, p.280.

¹⁵ Alfonso X, Rey de Castilla. Las siete partidas. Segunda Partida. Edición de José Berní y Catalá. Valencia: Imprenta de Benito Monfort, 1767. Disponível em Biblioteca Saavedra Fajardo de Pensamiento Político Hispánico, p.170.

¹⁶ VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. (Epit.) Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de MONTEIRO, João Gouveia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p.297.

¹⁷ Alfonso X, Rey de Castilla, op.cit., p.206.

Tal termo vago nos impossibilita, assim, concluir até que ponto tais ensinamentos são diretamente efetuados sobre os escritos de Vegécio, mas, de outra maneira, também não exclui esta possibilidade, de modo que, nos resta, entretanto, questionar através de um trabalho de comparação entre as leis militares da *Partida Segunda* e os aconselhamentos de Vegécio em sua *Epitoma Rei Militaris*, atentando para possíveis verossimilhanças textuais e de conteúdo.

O que acreditamos ser possível é que, de modo geral, na composição da *Partida Segunda*:

“Os usos feitos sobre Vegécio se limitam aos assuntos que tratam da guerra: como se portar diante do inimigo, posições de batalha, condições do campo, como escolher seus cavaleiros, soldados e as formas como deveriam ser treinados, entre outras questões técnicas que envolvem o ato de guerrear.”¹⁸

Considerações Finais

Se as *Siete Partidas* de Alfonso X – em especial, a *Segunda* – não chegou a ser um uma “cópia fiel”, como pretendia Philippe Contamine, da *Epitoma Rei Militaris* de Vegécio, doutra maneira, também discutimos o caráter limitado dado ao seu papel, como afirmara García Fitz.

Entendemos que se não ocorreu uma apropriação total ou de grande relevo, não se pode perder de vista e considerar o fato que ocorreu, ao menos, uma parcial e importante assimilação dos ensinamentos vegecianos por parte de Alfonso X durante a sua educação, tendo

sido provavelmente a *Epitoma Rei Militaris* uma obra de leitura básica fundamental em sua formação, uma vez que, como demonstramos, sua presença foi constante durante todo o Medievo, de modo que, de maneira consciente ou não, este soberano das *letras* acabou refletindo e transpondo tais valores na composição deste documento jurídico de nome *As Siete Partidas*.



Capa das Siete Partidas. Exemplar de 1555, glosado por Gregorio López

¹⁸ GIRARDI, Lucas W. *O conceito de guerra afonsino sob o olhar das Siete Partidas*. 2013. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, p.35.

Rafael Costa Prata é Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste).

Coluna:



UM BAIRRO, UMA ESTAÇÃO E MUITAS BICICLETAS

Por Allan Oliveira

A Memória talvez seja a ferramenta mais importante para a formação da identidade do homem e de uma sociedade. Cabe a ela guardar e arquivar os momentos mais importantes de nossas vidas, os lugares por onde passamos e as pessoas que nos fizeram experimentar os mais diversos sentimentos ao longo de nossa jornada. Ela também é responsável pela nossa compreensão do mundo que nos cerca, da importância das relações com os outros, e de nos ligar, direta ou indiretamente, aos fenômenos sociais que experimentamos a cada dia. Mantendo-se

sempre viva nos corações dos indivíduos e dos grupos sociais, e comumente é responsável por influenciar as ações dos mais jovens. Enfim, para associarmos as ínfimas relações entre as coisas e entre as pessoas.

Realengo é, ainda hoje, um bairro que esconde muitas histórias, grande parte dos conhecimentos dos quais dispomos são fruto da memória e pesquisa de alguns poucos bons homens e mulheres, interessados em conservar uma coesão social e valorizar sua importância dentro do cenário estadual e federal. Empenhados no dever de garantir a



Cabritinhos (Foto: Acervo do CMRP)

visibilidade merecida ao bairro por onde passaram imperadores, de onde voou o primeiro balão-dirigível brasileiro, onde estudaram presidentes e que abrigou em 1878 uma das primeiras estações em direção à Zona Oeste da linha férrea D. Pedro II.

É correto considerar que a qualidade do transporte na região sempre foi um caso complexo, embora tenha sido como acabamos de citar umas das primeiras regiões a possuir uma estação férrea, ela não evoluiu de acordo com as necessidades e

com o crescimento de Realengo e de seus sub-bairros. A locomoção dentro do bairro deu-se em parte por meios dos “cabritinhos”, e em 1976 pela linha de ônibus 391. Porém nenhum desses foi mais popular do que a bicicleta. Segundo o depoimento de José Carlos Dias da Silva, foi ela a responsável em transportar os trabalhadores e moradores até a estação de trem sem que precisassem pagar uma segunda condução. Onde ainda, segundo ele, as *magrelas* ficavam em “casas guardadoras de bicicletas que existiam perto da estação”. O tempo passou, as casas sumiram e ficaram as oficinas, e os moradores por um longo tempo improvisaram acorrentando suas bicicletas às grades laterais da estação, expostas ao tempo e confiando a segurança de seus veículos aos pequenos cadeados.

Essa era a realidade do bairro até recentemente, quando a atual concessionária das linhas de trem inaugurou o primeiro bicicletário, um espaço onde as





Bicicletário de Realengo (Foto: Acervo do CMRP)

bicicletas dos usuários do serviço férreo ficam protegidas sob um teto e seguras em um ambiente agradável e confiável (como

em uma casa), modelo que se expandiu para outras estações ao longo do Estado.

Mesmo que não se possa afirmar absolutamente a intervenção da tradição dos moradores na formulação e execução do projeto do bicicletário. É gratificante pensar que o primeiro bicicletário inaugurado foi exatamente no mesmo local onde um dia existiu o costume de guardá-las em casas, como confirma o saudoso entrevistado José Carlos, e que essa tradição volta a beneficiar hoje tantos moradores realenguenses e de tantos outros bairros e cidades em nosso Rio de Janeiro para onde o projeto foi expandido.

Crer no poder da tradição é muito mais plausível do que em “mera coincidência”. Tradição e memória são ingredientes indispensáveis para influenciar, direta ou indiretamente, qualquer iniciativa. Com a



interpretação das fontes disponíveis o historiador analisa a íntima relação entre os acontecimentos do passado para compreender melhor o presente.

Allan Oliveira é graduado em História pelas Faculdades Integradas Simonsen e pesquisador do Centro de Memória de Realengo.



Fontes:

SUPERVIA.COM.BR. Supervia Inaugura bicicletário na Zona Oeste do Rio. Disponível em: <http://www.supervia.com.br/noticia.php?n=supervia-inaugura-bicicletarios-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro&cod=371>. Acessado em: 29 Out 2014.

PRÓ-REALENGO.COM.BR. Supervia Inaugura bicicletário em Realengo. Disponível em: http://www.pro-realengo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=449:supervia-inaugura-bicicletario-em-realengo&catid=37:informacao&Itemid=64. Acessado em 29 Out de 2014.

CENTRO DE MEMÓRIA DE REALENGO E PADRE MIGUEL. Disponível em: <https://www.facebook.com/centromrp?fref=ts>. Acessado em 29 Out de 2014.

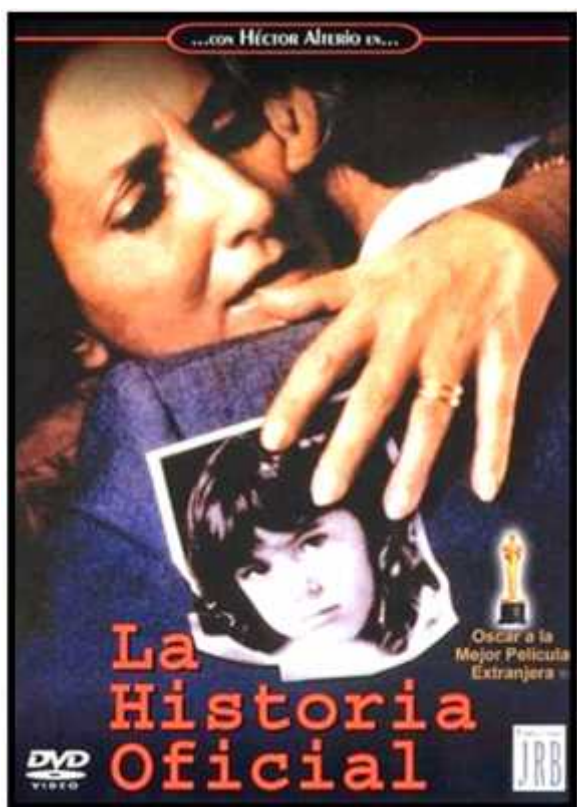
SILVA, José Carlos Dias da. Jardim novo Realengo. Entrevista concedida em 27/04/2008.

Coluna:



UMA RELAÇÃO DO CINEMA ARGENTINO COM AS REMINISCÊNCIAS DA MEMÓRIA

Por: Renato Lopes



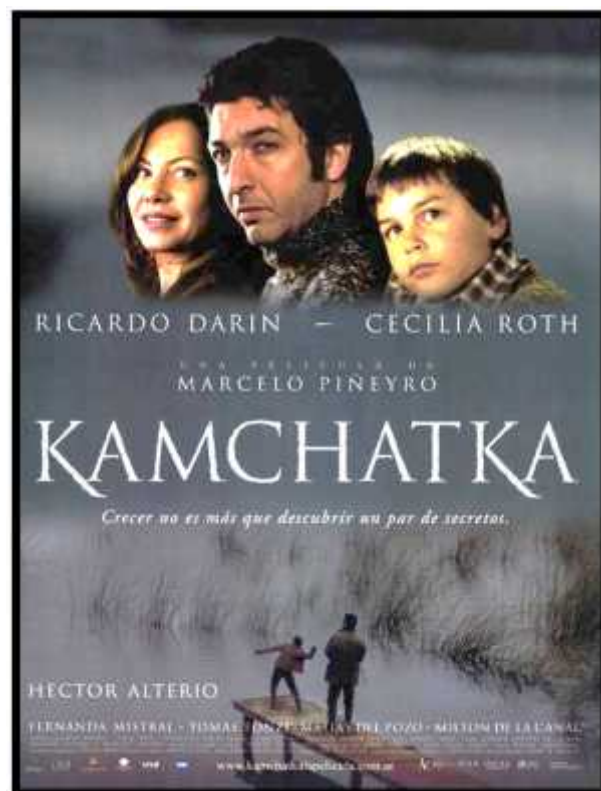
Recentemente revi três excelentes filmes argentinos “A história oficial” de Luiz Puenzo – 1986, “Kamchatka” de Marcelo Pyñero – 2002 e “O segredo dos seus olhos” de Juan José Campanella – 2009. Em comum os três filmes remetem a período da ditadura argentina do general Vidella, de 1976 a 1983 e travam um diálogo entre a memória afetiva e a memória histórica e como elas se complementam, em vez de se excluírem.

Outrora libada de todo o aparato instrumental da construção historiográfica, em seus esquemas de como abordar e até mesmo controlar estudos relacionados a determinados períodos da

História, a memória passou a ser objeto de estudo e discernível nos processos de construção e representação do passado, quando ela, associada ao testemunho individual de quem tem uma memória a relatar (ao contrário do documento oficial que é um relato de quem não tem uma memória para testemunhar), passando a exprimir a certeza da existência de um passado que já não o é mais. É só por causa desse pressuposto, segundo Ricouer, que é possível a ação da representação historiográfica que almeja representar esse passado adequadamente no presente.

Isso nos indica, ainda segundo Ricouer, que o testemunho da memória perpassa todos os processos de reconstrução historiográfica, feita de três embates primordiais: documento contra testemunho, construção explicativa contra reminiscência imediata, representação do passado contra seu reconhecimento, em cada uma das etapas é discernível o papel da memória.

Os três filmes que citei me chamaram a atenção, pois em todos eles há a ilustração desse



embate das três etapas do processo historiográfico, mas ao mesmo tempo cada um desses filmes guarda em si uma acentuação de cada uma dessas etapas isoladamente: em *“A história oficial”* há o clássico embate entre o documento, a prova oficial, de quem não tem o que testemunhar ou recordar, contra o relato de quem tem o testemunho de algo vivido; em *“Kamchatka”* há todo um desbaratamento da construção explicativa, até mesmo linear em favor de uma evocação da reminiscência da memória sem instrumentalização do passado e da memória; em *“O segredo dos seus olhos”*, uma forma de se representar um passado não muito distante quando este é trazido potencialmente para o presente, a partir do ato de se buscar uma resposta a uma questão, daí ocorre sua legitimação e reconhecimento, pois para a personagem principal que conduz a narrativa da trama, buscar essa resposta é também uma forma de revisitar sua própria história e não deixar que sejam esquecidas suas próprias memórias



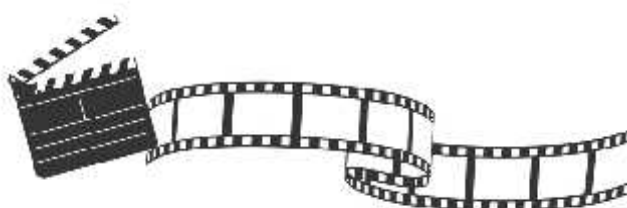
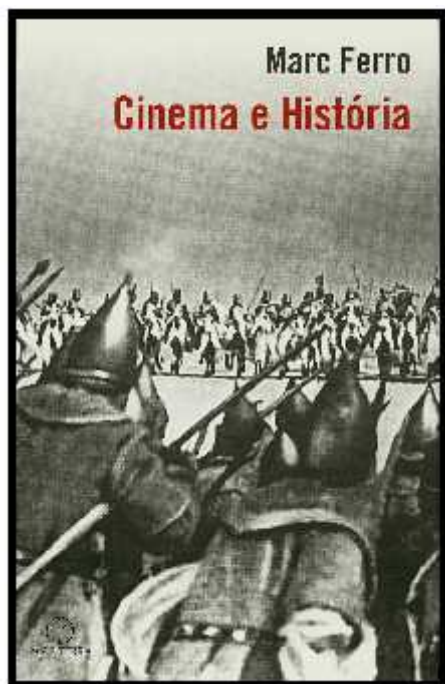
relacionadas ao período deste evento. É (re)conhecer esse passado e sua representação.

Creio que a força do cinema argentino reside justamente na forma visceral e orgânica com que este revira e explora os meandros da memória de um passado recente e sombrio. Sem buscar soluções fáceis ou respostas pretensamente definitivas, sua função é muito menos instrumental e mais reflexiva. O cinema argentino acaba por conferir às suas obras uma plataforma onde o reconhecimento e conscientização do passado deve partir de um esforço individual, onde cada um com sua reminiscência deve transmitir seu testemunho e fazer valer o (re)conhecimento do passado como um todo e avaliar se as representações feitas

deste passado e deste para esta sociedade, estão contextualizadas ou não. Para a História atingir o âmbito do coletivo deve partir dessa reflexão individual, fica assim clara a mensagem de que ninguém, seja grupo social ou o próprio Estado, deve instrumentalizar e assim se sobrepor ao esforço original da sociedade para buscar as respostas as suas indagações sobre sua história e seu passado.

Renato Lopes graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisa Cinema na América Latina e é agente mobilizador do Circuito Universitário de Cinema, realizado pela MPC&Associados, que discute através de documentários as ditaduras no cone sul.

Quer saber mais? Leia:



Coluna:



A Odisseia: Mitologia, História e visualidade

Por: Fernando Gralha

Como uma aventura cinematográfica excitante, com efeitos especiais grandiosos, dirigida por Andrei Konchalovsky pode contribuir para o entendimento e a visualidade projetada de um período? Segundo Marc Ferro, qualquer reflexão sobre a relação cinema-história toma como verdadeira a premissa de que todo filme é um documento, desde que corresponde a um vestígio de um acontecimento que teve existência no passado, seja ele imediato ou remoto.¹

A *Odisseia*², filme produzido por Francis Ford Coppola e dirigido por Andrei Konchalovsky, é uma adaptação do poema clássico homônimo atribuído a Homero, que trata do regresso de Odisseu, herói grego da guerra de Tróia, à ilha Ítaca, aventura esta repleta de aventuras e romance, na qual Odisseu



¹ FERRO, Marc. Cinema e História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

² Odisseia vem de Odysseus, o herói grego, que os latinos chamam de Ulixes, donde Ulisses.

enfrenta a ira de Poseidon, monstros mitológicos e inúmeros perigos (entre eles uma descida ao Hades) para voltar aos braços de Penélope, sua rainha, que o aguarda pacientemente.

A *Odisseia* é um poema de 24 cantos, e juntamente com a *Ilíada*, são considerados os primeiros grandes textos épicos ocidentais e serviram de modelo para outros poemas épicos posteriores, segundo Platão, a *Odisseia* lançou os fundamentos da educação grega.

Podemos detectar três divisões implícitas na *Odisseia*:

Telemaquia - fala de Telêmaco, o filho de Odisseu e Penélope. Abarca os cantos I a IV, onde não há a presença de Odisseu, apenas sua ausência é mencionada, pois deixara Ítaca para ir à Guerra de Tróia que já acabara há 10 anos. Telêmaco quer ir à sua procura, mas antes deve lutar contra os pretendentes à mão de sua mãe.

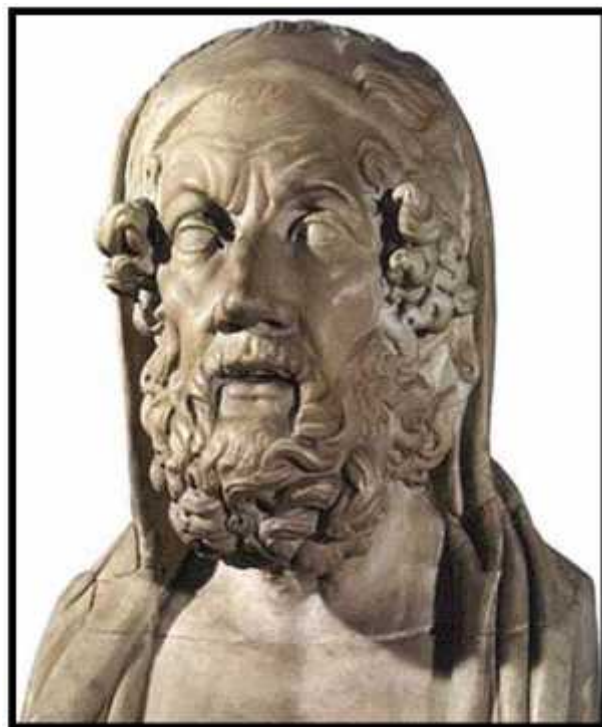
Narrativa na casa de Alcino - abrange os cantos V a XIII. Aqui Odisseu relata suas aventuras contando que perdeu o rumo quando voltava para casa, ficando a vagar pelo mar retardado por fantásticos acontecimentos.

Vingança de Ulisses - trata da volta do herói 20 anos após ter deixado Ítaca, com o auxílio da Deusa Atena, disfarçado de mendigo penetra em seu palácio e aos poucos, deixa-se identificar as pessoas de sua confiança e extermina os pretendentes de Penélope, reassumindo, então, seu reino.

Enquanto a *Ilíada* apresenta um estágio mais bélico da sociedade, a *Odisseia* delineia sobre um momento mais estável e pacífico. Ao analisarmos mais criteriosamente a *Odisseia*, esta mostra que mais parece uma coletânea de trechos de diversas

obras do que uma obra contínua de um único autor. Apesar de posterior a *Odisseia* não faz nenhuma referência à *Ilíada*. Devemos também considerar que esses poemas foram transmitidos oralmente ao longo de séculos, tomando forma escrita somente em meados do século VI a C. em Atenas durante a tirania de Psistrato.

A própria figura de Homero ainda suscita grandes questões: realmente existiu? Qual sua cidade natal? Quando ocorreu seu nascimento e morte? Homero foi um só homem ou corresponde apenas à sigla de alguma associação de rapsodos, os cantores ambulantes de rapsódias (cantos épicos) na Grécia Antiga?



Homero

A evolução histórica da Grécia Antiga conhece quatro períodos (Pré-Homérico, Homérico, Arcaico e Clássico). Nos dois primeiros, o mito ainda era preponderante na interpretação dos fatos históricos, sendo que no período Homérico ocorre

a dissolução dos genos³ e a consequente formação das cidades-estado. Esta fase obscura da história da Grécia Antiga, que se estende do século XII ao VIII a C. é chamada de Período Homérico porque seu conhecimento é baseado na interpretação de lendas contidas em dois poemas épicos atribuídos ao rapsodo chamado Homero.

A *Iliada* e a *Odisseia* foram por muito tempo os mananciais da cultura ocidental. Entre outras, na segunda década do século XX, a *Odisseia* de Homero inspirou uma outra, a do homem moderno:

a obra de James Joyce, *Ulisses*, um dos livros mais polêmicos do nosso tempo.

Uma pequena análise de algumas Cenas:

A primeira cena escolhida para análise é uma das iniciais onde Odisseu recebe os Reis Menelau e Agamenon, nela ocorre a convocação de Odisseu, por força do trato feito anteriormente que, segundo a lenda, obrigava todos os reis a prestarem solidariedade e proteção ao rei escolhido para desposar Helena,⁴ nela podemos perceber um bom



³ Instituição grega, constituída pela associação de várias famílias que se julgam descendentes de um antepassado comum, ou que adoram a mesma divindade. É dirigida por um chefe, o rei, detentor da palavra divina, e tem um código de justiça familiar, a *themis*. Segundo Aristóteles, a polis teve remotas origens na genos que continua a subsistir ao lado da polis. Define aquela como a reunião de elementos submetidos ao regime monárquico, acrescentando que o rei está para a família extensa como o pai para a família, dado que, em ambos os casos, o elemento de ligação é o parentesco entre os seus

membros. Acrescenta, no entanto, que, na origem, as poleis eram governadas por reis.

⁴ A mão de Helena foi disputada por vários pretendentes, e, antes de se tornar conhecida sua decisão, todos esses pretendentes, por sugestão de Odisseu, que era um deles, prestaram juramento de que a defenderiam contra qualquer injúria e lutariam por sua causa, se necessário. Helena escolheu Menelau, e vivia com ele até ser raptada por Paris, provocando a guerra de Tróia.

exemplo dos palácios Aqueus,⁵ que era célula básica da sociedade grega, os genos.

Segundo Petit (1995-p.45) é a arquitetura que melhor nos revela a civilização aquéia. As construções de Micenas e de Tirinta, as mais célebres, são impressionantes pela força: trata-se de cidadelas, cercadas por diversas muralhas, de uma espessura que atinge 10 metros, cujos enormes blocos, por vezes talhados e enquadrados com a serra de bronze, colocados uns sobre os outros, constituem o aparelho “ciclópico”; as portas são fortificadas, defendidas por muralhas astuciosamente desenhadas, providas de pardieiras esmagadoras, como a “Porta das Leas” em Micenas. O palácio propriamente dito, no cume de terraços ligados por escadas, é mais simples que o cretense, sem pátio central, mas comporta uma ou duas salas retangulares, chamadas *megaron*, no centro das quais se encontra um braseiro, cercado de quatro colunas que sustentam o dispositivo de escapamento da fumaça. Esta sala é ladrilhada,

ornada de estuques ou de afrescos; não se sabe se o braseiro fixo indica uma influência nórdica (clima mais frio), ou se corresponde a finalidades de ordem religiosa; alguns distinguem no *megaron* a primeira forma de templo grego, mas isto ainda é discutido. De cada lado abrem-se corredores, de traçado irregular, que condizem a salas numerosas mas de incerta destinação. Arquiteturas do mesmo tipo existem também em Midéia, Atenas, Orcômeno, Tebas e Pilos⁶.

No filme a tomada com os aldeões correndo montanha acima para avisar Anticléia, mãe de Odisseu, do nascimento de Telêmaco; a cena em que o mesmo Telêmaco convoca a assembleia juntamente com a já citada cena em que Odisseu recebe Menelau e Agamenon (O tipo de cabelo aqui representado é próprio da elite esparciata, já que aparecem em cenas relativas ao seu cotidiano. Eles são muito bem trabalhados e parecem confirmar as informações de Heródoto e Plutarco de que os esparciatas tinham grande preocupação



Aquiles. Ânfora de figuras vermelhas do Pintor de Aquiles. Data: -450. Musei Vaticani.



Egisto mata Agamêmnon, preso a uma rede. Cratera de figuras vermelhas do Pintor da *Dokimasia*. Data: -470/-460. Boston, Museum of Fine Arts.



Odisseu e Neoptólemo. Cálice ático de figuras vermelhas de Douris, procedente de Caere. Data: -480. Viena, Kunsthistorisches Museum.

⁵ Com os jônio-minianos, os aqueus foram os primeiros gregos da história (PETIT, 1995, p. 45).

⁶ PETIT, 1995, p. 45-47

com a estética de seus cabelos – Fig. 2), é possível perceber como o filme tenta manter uma fidelidade historiográfica, pois está tudo lá, as muralhas constituídas de grandes blocos, os afrescos, o braseiro, os grandes corredores, ou seja, no quesito da representação pelos cenários da arquitetura da época o filme é bastante fiel ao apresentado pelas descobertas arqueológicas e a historiografia sobre o período. Quanto ao vestuário podemos usar como elemento de comparação a cerâmica grega, no exemplo abaixo (Fig. 1 e 3) se compararmos as armas e vestimentas usadas por Odisseu, personagem de Armand Assante, ao se preparar para partir para Tróia, encontraremos alguns elementos em perfeita sincronia entre filme e cerâmica:

Todo o equipamento do guerreiro hoplita, capacete, couraça, escudo (*hoplon*, escudo redondo de onde deriva o nome hoplita), grevas (parte da armadura que protegia do joelho ao pé, espécie de caneleira), as lanças, fazem do personagem de Assante um perfeito componente do que se considerou uma revolução, a revolução hoplítica, ideia que surge a partir dos estudos da arqueóloga inglesa H. L. Lorimer⁷, no final da década de 1940. Confrontando documentos arqueológicos e fontes literárias, ela conclui que todo o novo armamento teria sido adotado em todas as regiões do mundo grego simultaneamente, em condições análogas. Já na *Ilíada* (II, 542 e XIII, 339), há duas passagens em que o poeta faz referência à utilização da lança à maneira dos hoplitas, ou seja, investindo-a contra o adversário



⁷ cf. Detienne, in: VERNANT, 1985, p. 120.

ao invés de arremessá-la a distância como faziam os heróis.

Em termos defensivos, o hoplita era protegido por uma couraça de bronze composta por duas partes (frontal e dorsal, unidas por tiras de couro) inteiriças ou feitas de pedaços de metal, presas a um material mais flexível (geralmente um grosso colete de linho). A couraça era confeccionada de acordo com as medidas de cada guerreiro, ficando bem justa até a cintura, onde ela se alargava para proporcionar liberdade de movimentos. O capacete era de bronze forrado de feltro ou couro, o qual protegia quase todo o rosto e ainda parte do pescoço. Grevas também de metal protegiam as canelas e os joelhos. Alguns guerreiros usavam proteções extras para os braços, tornozelos e coxas.

Contudo, a principal inovação era o escudo redondo e côncavo – o *hoplon*. Feito de madeira e bronze (inicialmente só nas bordas, depois a cobrir todo o escudo), era muito mais pesado do que o escudo anterior (que era de couro), algo por volta de oito quilos. Ao contrário de seu antecessor, não pendia de uma alça, o *hoplon* era seguro por dois cabos, um perto da borda, empunhado com a mão esquerda, o outro, no centro do escudo, por onde passava o cotovelo, com isso ele proporcionava muito mais firmeza, embora fosse menos manejável.⁸

O equipamento ofensivo era constituído de uma lança de madeira medindo entre dois e três metros, com ponta de ferro e uma coronha de bronze. Uma espada curta ou um punhal, ambos de ferro, eram utilizados na eventualidade de um combate corpo a corpo.

Podemos observar que todos os elementos citados acima fazem parte da indumentária de Odisseu nas cenas em que se prepara para viajar e na cena da despedida de Penélope, porém apesar do alto grau de fidelidade histórica na composição do vestuário dos guerreiros, nas cenas em Tróia estranhamente Odisseu e Aquiles, em todas as cenas de batalha, lutam sem escudo e capacete. Seria uma exigência dos atores, que teriam seus rostos escondidos justamente nas cenas mais heróicas? Seria uma opção do diretor para valorizar o astro do filme? Qualquer que seja a opção, uma coisa é certa, foi uma opção feita no séc. XX, ou seja, feita pela produção da equipe cinematográfica, pois nenhum guerreiro em sã consciência abriria mão de uma possível proteção em uma batalha, seja ela corpo a corpo ou em formação hoplita.



Outras cenas de bons momentos do filme é a reprodução do barco de Odisseu, que está de acordo com o que se conhece como uma pentacontora, considerada como um protótipo das unidades de guerra da antiga Grécia, embora também fosse usada no tráfego comercial. Conceitualmente semelhante aos dracar's noruegueses, surgidos muito mais tarde, era de construção relativamente leve e a robustez da

⁸ SOUZA, 1988. p. 30-31



Odisseu e o mito das sereias aladas

estrutura apoiava-se mais em um sistema de reforço conseguido por ligaduras do que no uso de madeira maciça. Essa leveza, acrescida ao impulso de 50 remos (25 por costado), deveria permitir que se alcançasse uma potência próxima dos 7 hp durante breves momentos, o que a convertia na embarcação mais rápida da sua época. Em curtas distâncias, a velocidade máxima talvez chegasse aos 8 nós, mas esses desempenhos estavam predestinados a cair drasticamente quando os remadores ficavam exaustos.

As pentacontoras eram especialmente eficazes para o fim a que se destinavam, muito mais próximo da pilhagem do que do comércio, mas leves demais para, suportarem uma batalha. Para este último requisito, os gregos precisavam de

embarcações mais robustas, maiores e capazes de manter a velocidade por mais tempo. Graças aos fenícios, já conheciam a existência da birreme, que aliás passaram a adotar. O progresso seguinte foi o recurso ao trirreme, cujo aparecimento coincidiu com a "Idade do Ouro" da arte figurativa grega, razão pela qual dispomos de numerosas representações bem conservadas, sobretudo sob a forma de gravuras e motivos decorativos em utensílios de cerâmica.

Mesmo levando em conta as inevitáveis liberdades da criação artística, especialmente no que se refere às proporções, essas informações foram essenciais, pois foi a partir delas que se



tornou possível deduzir os detalhes construtivos dessas embarcações e a sua configuração.

As diferenças mais óbvias entre a trirreme e a pentacontora, menor, estão na forma da popa e da proa. Em vez de terminar em uma roda, a quilha da trirreme prolongava-se para a frente seguindo os dois troncos de madeira da quilha da carena e, no seu todo, o conjunto contribuía para formar o esporão de proa. Por cima estendiam-se mais duas fileiras de madeiras, cuja principal função era dar sustentação para as chumaceiras exteriores, servindo também para formar um esporão secundário. Todo o conjunto contribuía para que a proa fosse muito ornamentada, e até curvada de forma sinuosa e delicadamente decorada: nos costados pintava-se o tradicional olho, que ainda hoje se pode ver nos barcos de pesca gregos e, mesmo, portugueses, para que a embarcação pudesse "enxergar" o caminho pelo mar afora.

Além composição física do barco de Odisseu, é louvável também a composição física dos atores

no decorrer da viagem, que pouco a pouco vão apresentando os efeitos do tempo, como queimaduras do sol no rosto e roupas esfarrapadas e sujas de Odisseu e seus homens, evidentes em cenas como as da ilha de Circe.

Para finalizar, podemos dizer que "A Odisseia" de Andrei Konchalovsky, é um genuíno exemplo de "filme histórico"⁹, possuidor de um discurso sobre o passado, coincidindo com a História no que se refere à sua condição discursiva. Portanto, não seria um exagero considerar que Konchalovsky, ganha contornos de historiador, mesmo não carregando consigo o rigor metodológico do trabalho historiográfico.

Fernando Gralha é Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Professor das Faculdades Integradas Simonsen, Prof. Tutor UAB/UNIRIO. Editor fundador da Gnarus Revista de História. Coordenador de pesquisa do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel.

⁹ Qualquer reflexão sobre a relação cinema-história toma como verdadeira a premissa de que todo filme é um documento, desde que corresponde a um vestígio de um acontecimento

que teve existência no passado, seja ele imediato ou remoto. FERRO, 1992.

Artigo

DA TRANSMIGRAÇÃO À MODERNIZAÇÃO

D. João e a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro

Por Germano Martins Vieira

"(...) a história da expansão ultramarina e da exploração colonial portuguesa se desenrola no amplo quadro da competição entre as várias potências, em busca do equilíbrio europeu (...)"

A epígrafe, em referência a Fernando Antônio Novais¹, serve como introdução para demonstrar que a colônia do Brasil sempre sofreu a influência direta dos problemas políticos e econômicos gerados pelo império português na tentativa de manter o equilíbrio de forças perante as concorrentes potências europeias. Esse equilíbrio político e econômico existente na Europa até o século XVIII começou a ser rompido pelas numerosas invasões e conquistas napoleônicas, e quando o desenvolvimento das colônias americanas começou a esbarrar nos limites que foram impostos pelo monopólio exercido pelas

metrópoles europeias. Para manter sua economia equilibrada, Portugal dependia desse monopólio que exercia sobre sua colônia americana, visto que a decadência econômica lusitana vinha sendo cada vez mais acentuada desde o século XVII, devido à perda de grande parte de seus domínios nas Índias Orientais, vindo a culminar na segunda metade do século XVIII. Desta forma, o Brasil, cada vez mais, torna-se o sustentáculo da economia de sua Metrópole, fato este que já era reconhecido de longa data – como citam Arno e Maria José Wehling – pelo próprio primeiro-ministro de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro (1716-1795), gestão 1770-1795 – ao relatar ao 12º Vice-Rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1742-1809),

¹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 47.

4º Conde de Figueiró, gestão 1778-1790, *“como é demonstrativamente certo que, sem o Brasil, Portugal é uma insignificante potência (...)”*².

O desenvolvimento econômico do Brasil, por sua vez, passou por diversos estágios desde que foi iniciada a sua ocupação territorial definitiva (século XVI), até quando conseguiu libertar-se de Portugal (século XIX). Em sua condição de colônia, o Brasil estava diretamente sujeito às imposições ditadas pela Metrópole, atado a ela pelos laços do sistema colonial – devido ao monopólio exercido pela Coroa –, ou seja, pela forte política econômica mercantilista portuguesa de exploração e drenagem de rendas. Assim sendo, era mais do que normal entender que *“a Colônia existia em função da Metrópole e do mercado europeu”*³.

Durante o século XVIII – sobretudo na segunda metade – a economia portuguesa encontrava-se tão fraca que esta debilidade atingiu o seu ponto mais alto. O governo português não possuía mais condições de manter o exercício de intermediar as transações econômicas entre o Brasil e a Europa. Tradicional protegido da Inglaterra, Portugal viu-se obrigado a procurar o apoio britânico para não perder o domínio que exercia sobre a sua colônia mais rica. Este auxílio da Grã-Bretanha custou caro, pois os ingleses, em troca, exigiram diversas vantagens e concessões do governo lusitano.

Nos primeiros anos do século XIX, grande parte do território europeu estava subjugada ao domínio de Napoleão. Adotando uma administração centralizadora, exerceu uma política interna na qual ganhou o apoio das diversas camadas da população e, no quadro das relações exteriores,

conquistando e anexando territórios europeus. Contudo, havia um empecilho, um único obstáculo à consolidação do seu império: a *Inglaterra*. Esta, amparada pela sua posição insular, pelo seu poder econômico e pela sua supremacia naval, não permitiu que os franceses a conquistassem. Percebendo que não poderia sair vitorioso nas batalhas marítimas frente aos ingleses, mas com o firme propósito de dominá-los, Napoleão muda sua estratégia de ataque e, com a pretensão de enfraquecer a economia britânica, decreta, no Campo Imperial de Berlim, em 21 de novembro de 1806, a chamada “Lei Decreto de Berlim”, documento pelo qual ficou determinado o Bloqueio Continental contra a Inglaterra, determinando que doravante

*“as Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio, qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditadas (...)” e ainda determinava que “qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa (...)”*⁴.

O governo de D. João (1767-1826) mostrou-se bastante hesitante, tornando-se o empecilho principal para a consolidação do Bloqueio Continental de Napoleão e suas pretensões expansionistas. Como bem frisou Bóris Fausto: *“Portugal representava uma brecha no bloqueio e era preciso fechá-lo”*⁵. Sua indecisão estava no fato de que buscava encontrar uma melhor saída ao impasse que causasse menos prejuízo à Monarquia portuguesa e sua Corte, querendo manter uma posição de neutralidade nas questões anglo-francesas. Pressionado pelo ultimato francês a

² WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 330.

³ *Idem, ibidem*, p. 194.

⁴ MATTOSO, Kátia. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977, p. 48.

⁵ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996, pp.120-121.

aderir ao plano napoleônico de impor o bloqueio por toda a Europa contra a Inglaterra e assim fazer parte da dinâmica da expansão francesa, D. João capitula em favor dos interesses britânicos, permitindo a assinatura em Londres, em 22 de outubro de 1807, da *Convenção Secreta sobre a Transferência da Monarquia Portuguesa para o Brasil*, ratificada em 8 de novembro de 1807, pelos representantes de Portugal e Inglaterra, dispendo sobre a transferência temporária da sede da Monarquia portuguesa para a Colônia. Percebe-se, assim, que “a posse do Brasil, de cuja riqueza dependia a metrópole, era a preocupação máxima da Coroa e dos seus conselheiros; tudo se deveria envidar para pô-lo a salvo ou nele procurar abrigo”. Diante do inevitável desfecho da situação portuguesa face ao poder exercido pelo Imperador dos Franceses no continente europeu, “a Corte portuguesa recorreu a uma opção extrema, aventada pela primeira vez, nas condições difíceis da Restauração de 1640, pelo padre Antônio Vieira: a retirada para o Brasil”⁶.

Em sua chegada a Salvador, D. João e sua comitiva foram recebidos com festividade pelo governador D. João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes Brito, 6º Conde da Ponte (1773-1809), gestão 1805-1809, o arcebispo D. Frei José de Santa Escholastica Álvares Pereira (1742-1814), e pela população, desejosa da instalação da Corte na Bahia, para que esta fosse novamente eleita como

sede do governo que, com o Decreto Real de 27 de janeiro de 1763, foi transferida para o Rio de Janeiro, onde era governado por Gomes Freire de Andrade, 1º Conde de Bobadela (1688-1763), o qual fez prosperar a administração pública⁹, vindo a falecer no mesmo ano. Para ocupar o seu lugar foi nomeado Antônio Álvares da Cunha, 1º Conde da Cunha (1700-1791), gestão 1763-1767, tomando posse em 21 de dezembro de 1763¹⁰. Ainda na Bahia e aconselhado pelo economista José da Silva Lisboa, mais tarde 1º Barão e Visconde de Cairu (1756-1835), D. João determina, através da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808¹¹,

“Que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer Gêneros, Fazendas, e Mercadorias transportadas, ou em Navios Estrangeiros das Potências, que se encontram em Paz, e Harmonia com a Minha Real Coroa”.

A abertura dos portos permitiu uma completa mudança na vida da população brasileira face à grande quantidade de mercadorias importadas pelo Brasil, principalmente da Inglaterra, maior favorecida no comércio nacional. De acordo com Oliveira Lima, deve-se ressaltar que o ato de abertura dos portos vinha atender, prioritariamente, às necessidades econômicas do novo Estado, visto que os portos lusitanos estavam agora sob a ocupação francesa e não mais poderiam “servir de entrepostos e distribuidores dos produtos coloniais”¹². Complementando as

⁶ *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Porugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro*. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857, pp. 236-253. Acesso em 20 de outubro de 2013.

⁷ MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império. A elaboração da Independência*. Rio de Janeiro: Editora F. Brigueit, 1927, p. 16.

⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 29.

⁹ FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 69.

¹⁰ AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, Cx. 76, doc. 43. *Ofício do Conde da Cunha*, de 21 de dezembro de 1763. *Apud* BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império – O Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, nota 4, p. 100.

¹¹ Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Código Brasiliense ou collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, & etc promulgadas no BRASIL desde a feliz chegada do Príncipe Regente N. S., a esses estados. Com hum indice chronológico. Tomo I: desde 1808 até o final de 1810. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Por Ordem de S. A. R., 1811. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)*.

¹² LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 136.

disposições da Carta Régia e o Príncipe-Regente “*desejando promover e adiantar a riqueza nacional*”, através do Alvará de 1º de abril de 1808¹³ D. João permitiu “*revogar toda e qualquer proibição*” que impedisse a implantação e o desenvolvimento das atividades industriais, ordenando

“que daqui em diante seja lícito a qualquer dos Meus Vassallos, qualquer que seja o País em que habitem, estabelecer todo o gênero de Manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo seus trabalhos em pequeno, ou em grande, como entenderem, que mais lhes convém, para o que Hei por bem derogar o Alvará de cinco de janeiro de mil setecentos oitenta e cinco, e quaisquer Leis ou Ordens que o contrário decidam, como se delas fizesse expressa, e individual menção, sem embargo da Lei em contrário”.

As iniciativas tomadas por D. João alteraram favoravelmente o quadro de desenvolvimento do Brasil. Sua política administrativa tinha como objetivo criar nos trópicos a ideia de um império luso-americano, reproduzindo na ex-colônia o Estado português. Assim sendo, era necessária a instalação de órgãos administrativos e judiciais, como forma de estabelecer uma maior centralização, estabelecer a ordem e promover a “civilização”. Configurava-se, então, o estímulo à verdadeira colonização de povoamento do Brasil, desde a sua “descoberta” e tomada de posse definitiva.

Desembarcando na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 8 de março de 1808, D. João foi recepcionado pelo último Vice-Rei e capitão-geral do Brasil, D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos (1771-1828), gestão 1806-1808. Já

instalado, com o auxílio do Conde e dos mais ilustres moradores da cidade, D. João promove a criação de diversas instituições como, pelo Alvará de 22 de abril¹⁴, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, permitindo a liberação da distribuição da Justiça, não sendo mais submetida ao Tribunal da Metrópole. A Relação, isto é, o Tribunal do Rio de Janeiro, foi elevado à categoria de Casa da Suplicação do Brasil, em 10 de maio, completando a administração judiciária. Funcionaria como um Tribunal Superior de Justiça, que decidiria os casos de maior importância da Corte. Posteriormente, foram criadas as Relações do Maranhão, em 1812 e de Pernambuco, em 1821¹⁵. Em 13 de maio¹⁶ foi criada a Imprensa Régia do Rio de Janeiro e, com ela, o primeiro jornal do Brasil, “*A Gazeta do Rio de Janeiro*”. Esta decisão tornou-se de suma importância, pois o Brasil foi o antepenúltimo país do mundo ocidental a ter uma imprensa própria. A Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Brasil foi criada em 23 de agosto¹⁷, caracterizada como o primeiro passo para a autonomia econômica do Brasil Colônia, e o Banco Nacional, posteriormente chamado de Banco do Brasil, criado em 12 de outubro¹⁸. Também é importante mencionar, entre outras inovações, a criação da Guarda Real, a Real Fábrica de Pólvora, localizada onde é hoje o Jardim Botânico, e a Academia Real Militar. As medidas empreendidas por D. João estimularam também o desenvolvimento das Ciências no Brasil, principalmente as ligadas às Artes da Medicina e da Cirurgia, através da criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, em decorrência do impedimento de enviar novos alunos para Portugal

¹³ Alvará de 1º de abril de 1808. In: Código Brasileiro. Tomo I: desde 1808 até o final de 1810. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)*.

¹⁴ Alvará de 22 de abril de 1808. In: Código Brasileiro. Tomo I: desde 1808 até o final de 1810. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811 (BNRJ).

¹⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. cit.*, p. 47.

¹⁶ Decreto de 13 de maio de 1808. In: Código Brasileiro. *Idem*.

¹⁷ Alvará de 23 de agosto de 1808. In: Código Brasileiro. *Idem*.

¹⁸ Alvará de 12 de outubro de 1808. In: Código Brasileiro. *Idem*.

ocupado e para a França, agora rival. Através do Decreto de 7 de fevereiro de 1808¹⁹, são recriados os cargos de Físico-mor do Reino e Cirurgião-mor dos Exércitos – pondo fim à Real Junta do Proto-Medicato –, com a finalidade de, entre outras, “examinar” e conceder – ou não – as cartas de aprovação aos alunos das ditas Escolas.

A Escola de Cirurgia da Bahia foi criada na cidade de Salvador, pela decisão régia de 18 de fevereiro de 1808, em atendimento ao pedido do Cirurgião-mor do Reino, o pernambucano nascido na cidade de Recife, José Correia Picanço (1745-1823), mais tarde 1º e único Barão de Goianna. O Dr. José Correia Picanço, Cirurgião-mor dos Exércitos, Cirurgião da Real Câmara e Primeiro Médico da Real Casa do Conselho de D. João estudou cirurgia no Hospital São José, em Lisboa, de onde seguiu para aperfeiçoar a sua arte em Paris com os cirurgiões Morand (1697-1773) e Sabatier (1732-1811). Ao voltar a Portugal, em 1772, Picanço foi nomeado demonstrador de Anatomia da Universidade de Coimbra e, após sete anos exercendo essa função, foi elevado então ao grau de catedrático, tornando-se Lente Jubilado²⁰ em 1790, sendo-lhe conferido o título de Doutor em Medicina, recebendo-o do próprio D. Sebastião José de Carvalho Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal²¹.

A certidão de nascimento do ensino médico no Brasil está impresso no documento de 18 de fevereiro de 1808, enviado pelo ministro de D. João, D. Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817) ao Conde da Ponte. Além de criar a Escola



Dr. José Correia Picanço, Barão de Goianna (Officier de Santé – Oficial de Saúde)

baiana, o documento ainda delegava poderes ao Dr. Picanço para a escolha dos seus professores:

*“Deus guarda a V. Excia.
Bahia, 18 de fevereiro de 1808.
Ao Ilustre Sr. Conde da Ponte*

O Príncipe Regente Nosso Senhor, anuindo à proposta que lhe fez o Doutor José Corrêa Picanço, Cirurgião-Mor do Reino e de seu Conselho, sobre a necessidade que havia de uma Escola e Cirurgia no Hospital Real desta cidade para instrução dos que se destinam ao exercício desta Arte, tem cometido ao, sobretudo Cirurgião-Mor, a escolha dos Professores, que não só ensinem a Cirurgia propriamente dita, mas a Anatomia como base essencial dela e a Arte obstétrica tão útil como necessária, o que participo a V. Excia., por ordem do mesmo Senhor, para que assim o tenha entendido e contribua para que tudo o que for promover este importante Estabelecimento.

*D. Fernando José de Portugal e Castro
Ministro do Senhor Príncipe Regente²²*

¹⁹ Alvará de 7 de fevereiro de 1808. Caixa 464, pacote 1. Fisicatura-mor. *Arquivo Nacional (AN)*.

²⁰ Professor universitário aposentado. Lente, porque as aulas dos cursos superiores de medicina eram dadas a partir de leituras das obras de teóricos conceituados, como Hipócrates e Galeno que, mesmo após a Reforma Pombalina, ainda eram utilizados os seus conteúdos.

²¹ ENCICLOPÉDIA MEDICINA E SAÚDE. *História da Medicina*. São Paulo: Abril Cultural, 1970. Volume. 2, p. 604.

²² *Apud* GONÇALVES, E. L. As Santas Casas e o desenvolvimento do ensino médico no Brasil. *Boletim da ABEM*, v. XXVII, n. 3, jul./ago., Rio de Janeiro, 2000.

As aulas, inicialmente, foram ministradas no Hospital Real Militar da Bahia, mas sete anos depois, em 1815, foram transferidas para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e os estudantes – como estava previsto no plano de estudos de Cirurgia das Escolas – para matricularem-se, deveriam ter o conhecimento de línguas estrangeiras, notadamente o inglês e principalmente o francês, em virtude do ensino seguir a orientação francesa.

“1º: Os estudantes para serem matriculados no 1º ano do curso de Cirurgia devem saber ler e escrever correctamente.

2º: Bom será que compreendam a lingua franceza e inglesa, sendo a primeira satisfeita na ocasião da 1ª matrícula do anno e a 2ª até a terceira.”²³.

O Cirurgião-mor João Pereira de Miranda (?-1811), agregado ao 1º Regimento de Infantaria de Linha de Salvador, através da Carta Régia de 22 de setembro de 1809²⁴, foi encarregado da *“instrução facultativa teórica e prática”* dos Cirurgiões-ajudantes dos Regimentos que, desta maneira, estabeleceu *“a verdadeira e conveniente Escola de Medicina e Cirurgia no Hospital Militar.”*

O curso deveria durar quatro anos e, ao final dos estudos, os alunos solicitariam à Escola uma certidão na qual os declarariam aptos aos exames – através da Fisicatura-mor – e às ocupações referentes à saúde pública, podendo, assim, submeterem-se aos exames para terem direito aos diplomas, após serem efetuados os devidos pagamentos (emolumentos)²⁵.

A Carta Régia de 29 de dezembro de 1815²⁶ estabeleceu a criação de um *“curso completo de cirurgia”* na Escola de Cirurgia da Bahia. Essa medida foi tomada com a finalidade de *“promover a cultura e o progresso”* dos estudos de cirurgia, adequando-se ao que estava previsto no “Plano de Estudos de Cirurgia” que foi criado por Manuel Luiz Álvares de Carvalho (1751-1824) e aprovado pelo Decreto de 1º de abril de 1813²⁷. Deve-se observar que este Plano de Estudos já estava em vigor na Escola do Rio de Janeiro desde a data em referência e configurou-se na primeira reforma do ensino médico da Escola baiana.

De acordo com este novo Plano de Estudos, o curso deveria contar agora com a duração de cinco anos e, ao concluírem, os alunos receberiam a carta de *“aprovado em cirurgia”*. Para receberem o título de *“formado em cirurgia”* os alunos deveriam, no quinto período, repetir as disciplinas do período anterior, sendo necessário novamente serem aprovados ao término do curso. Apenas dessa maneira teriam o direito de exercerem a clínica médica onde não houvesse médico, o direito de pertencer ao Colégio Cirúrgico, de ser Opositor nas cadeiras das Escolas que seriam estabelecidas nas cidades da Bahia, Maranhão e Portugal e de obter o grau de Doutor. Para a obtenção do grau de Doutor era necessário que os exames fossem realizados na Universidade de Coimbra, sendo preciso, para isso, fazer os exames preparatórios aos anos letivos, as conclusões magnas e as dissertações em latim –

²³ ABREU, Eduardo de. “A Physicatura Mor e o Cirurgião Mor dos Exércitos do Reino de Portugal e Algarve e dos Estados do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Tomo LXIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 252.

²⁴ Carta Régia de 22 de setembro de 1809. *In*: Coleção de Leis do Império do Brasil – 1809, p. 150. Vol. 1. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/antioresa1824/cartaregia-40107-22-setembro-1809-571908-](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/antioresa1824/cartaregia-40107-22-setembro-1809-571908-publicacaooriginal-95024-pe.html)

[publicacaooriginal-95024-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/antioresa1824/cartaregia-40107-22-setembro-1809-571908-publicacaooriginal-95024-pe.html). Acesso em 23 de julho de 2013.

²⁵ Vantagem pecuniária (além do ordenado fixo); lucros eventuais ou casuais.

²⁶ BRASIL. Carta Régia de 29 de Dezembro de 1815. *In*: Collecção de Leis do Brazil de 1815. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. *Biblioteca Casa de Oswaldo Cruz (BCOC)*.

²⁷ Decreto de 1º de abril de 1813. *Idem*.

referentes aos pontos XIV, XV, XVI e XVII do Plano de Estudos da Escola de Cirurgia²⁸.

Segundo este Plano as disciplinas deveriam ser constituídas da seguinte forma: no primeiro ano letivo deveriam ser aplicadas as disciplinas de Anatomia, Química Farmacêutica e Matéria Médica, a qual deveria ser ministrada pelo boticário do hospital; no segundo ano Fisiologia e novamente Anatomia, que deveriam repetir; no terceiro ano, as disciplinas de Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica; no quarto ano, os alunos deveriam ter Instruções Cirúrgicas e Operações, e ainda Lições e Práticas da Arte Obstétrica; no quinto ano, Medicina Prática e Obstetrícia²⁹.

A cadeira de Química foi criada pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1817³⁰ e as suas aulas foram ministradas por Sebastião Navarro de Andrade, o qual obteve o seu diploma na Universidade de Coimbra. Pela Carta Régia de 29 de novembro de 1819³¹ foi criada a cadeira de Farmácia, Matéria Médica e Terapêutica, sendo esta ocupada pelo médico português Manuel Joaquim Henriques de Paiva, em 1821.

Observa-se, através da Lei de 9 de setembro de 1826³², uma mudança significativa na expedição das cartas para a habilitação de Cirurgião e para a habilitação de Cirurgião-formado. O primeiro, com apenas a designação de Cirurgião, deveria ter feito o curso com a duração de cinco anos para ter direito à carta, enquanto o segundo, com a designação de



Cirurgião-formado, deveria ter no seu currículo um curso com a duração de seis anos. Estas cartas deveriam, agora, ser emitidas somente pelos diretores e assinadas pelos Lentes das Academias³³ da Bahia e do Rio de Janeiro, e ainda subscritas pelo Secretário de Estado dos Negócios do Império. Após terem passado por toda essa burocracia, os alunos que tivessem sido aprovados em todas as disciplinas e estivessem munidos com a carta de cirurgião estariam habilitados na Arte da Cura, mas somente nas atividades de Cirurgia, embora não houvesse restrição para que levassem a sua Arte a todo o Império português – desde que esta carta fosse apresentada à autoridade médica da localidade. Diferente do que acontecia com a carta de Cirurgião, a carta de cirurgião-formado permitia aos portadores desta, a Arte da Cura nas práticas de Cirurgia e Medicina em todas as partes do Império,

²⁸ BRITTO, Antonio Carlos Nogueira. 195 anos de ensino médico na Bahia. Salvador, 2003. Disponível em: http://www.medicina.ufba.br/historia_med/hist_med_art11.htm. Acesso em: 21 out. 2008. Conferência proferida em 18 de fevereiro, no Anfiteatro Alfredo Britto, Faculdade de Medicina da Bahia. Acesso em 23 de julho de 2013.

²⁹ ALBUQUERQUE, Anselmo Pires. "O centenário médico de 1932". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, nº 58, pp.443-53.

³⁰ BRASIL. Carta régia de 28 de Janeiro de 1817. *In: Collecção de Leis do Brazil de 1817*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (BCOC).

³¹ BRASIL. Carta régia de 29 de novembro de 1819. *In: Collecção de Leis do Brazil de 1819*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889 (BCOC).

³² Lei de 9 de setembro de 1826. *In: Collecção de Leis de Brazil de 1826*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1880 (BCOC).

³³ A Escola de Cirurgia da Bahia transformou-se em Academia Médico-Cirúrgica da Bahia em 1816, enquanto que a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro já se chamava Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro desde 1813.



Escola de Cirurgia da Bahia

mas também como a do Cirurgião, estava sujeita a sua apresentação à autoridade competente da região onde este fosse exercer a sua prática.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, em 8 de março de 1808, e após instalar-se em sua nova residência, D. João toma posse da nova sede administrativa do Império português. Assim como aconteceu na Bahia, o Príncipe Regente cria, através do Decreto de 2 de abril de 1808³⁴, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, nomeando o então Cirurgião Joaquim da Rocha Mazarém (1775-

1849) para a cadeira de Anatomia. De acordo com Lycurgo dos Santos Filho³⁵, este fato representou o marco da criação desta instituição, instalada inicialmente no Hospital Real Militar no Morro do Castelo – atual Hospital Central do Exército (HCE) –, posteriormente transferida para a Santa Casa de Misericórdia.

Devido à grande necessidade existente de profissionais que exercessem as práticas médicas no Rio de Janeiro, o Dr. José Correia Picanço também, como havia feito na Bahia, fez ver ao Príncipe

³⁴ BRASIL. Decreto de 2 de abril de 1808. *In*: Collecção de Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (BCOC).

³⁵ SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991. Volume 2, p. 45.

Regente o quão urgente se fazia a instalação de uma escola e de professores que ensinassem as Artes da Cura

“em benefício da conservação e saúde dos povos, a fim de que houvesse hábeis e peritos professores, que unindo a ciência médica aos conhecimentos práticos de cirurgia pudessem ser úteis aos moradores do Brasil”³⁶.

O curso de Cirurgia também habilitava aos alunos aprovados a prestarem os exames para as atividades relacionadas às questões públicas – desde que estas atividades se mantivessem dentro das suas devidas limitações. As práticas médicas só poderiam ser exercidas em toda a sua plenitude somente por aqueles que obtinham licença do Cirurgião-mor do Reino para as regiões em que não houvesse médicos formados em Universidade ou se estes cirurgiões possuísssem cartas de habilitação em Medicina conferidas por universidades especializadas. Fora estes, somente aos físicos³⁷ era concedido o exercício da Medicina em sua forma mais completa.

A cadeira de Terapêutica Cirúrgica e Particular foi criada por D. João através da Decisão nº 6, de 25 de janeiro de 1809³⁸. Ele também criaria as cadeiras de Medicina Operatória e de Arte Obstétrica, sendo que esta última não se efetuiu na Escola do Rio de Janeiro, como estava previsto quando da fundação da Escola da Bahia.

Com o objetivo de aumentar a capacitação profissional destes práticos da Medicina, o Príncipe Regente, através da Ordem Régia de 5 de dezembro de 1810, estabeleceu que a Escola

Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro enviasse à Universidade de Edimburgo, na Escócia – no momento, a única opção de ensino cirúrgico –, a quantidade de três alunos, os quais deveriam receber novos conhecimentos cirúrgicos. Posteriormente, estes deveriam partir para a cidade de Londres, onde deveriam adquirir maior grau de aperfeiçoamento da Arte com os cirurgiões daquele país. Assim sendo, tornou-se hábito a viagem destes cirurgiões para a Europa, a fim de tornar mais profundos os seus conhecimentos adquiridos nas escolas do Brasil e, conseqüentemente, trazer de lá os avanços da nova ciência que lutava para se afirmar.

Assim como afirmou Lycurgo de Castro Santos Filho³⁹, havia uma clara preocupação por parte de D. João para com a evolução dos conhecimentos daqueles jovens cirurgiões que eram formados pelas Escolas do Brasil e ainda dos praticantes da Arte de Curar das suas outras colônias. Desta forma, com a Ordem Régia de 1812, o Príncipe Regente determina que dois alunos das colônias, principalmente as de Angola, São Tomé e Príncipe, venham estudar na Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro.

Nesta época não havia uma regulamentação exclusiva para a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, assim como para a Escola de Cirurgia da Bahia. Desta forma, havia a necessidade de submeter estas escolas aos estatutos vigentes na Universidade de Coimbra. Para isso foi criada a Junta de Direção Médico-Cirúrgica e Administrativa do Hospital Militar do

³⁶ Apud LOBO, Francisco Bruno. *Op. cit.*, p. 13.

³⁷ Nome pelo qual eram denominados os médicos propriamente ditos nesta época, os chamados *licenciados* ou *diplomados*, por possuírem licenças ou diplomas que eram obtidos em cursos superiores nas principais universidades

européias, como Coimbra (Portugal), Edimburgo (Escócia), Montpellier (França) e Salamanca (Espanha).

³⁸ BRASIL. Decisão nº 6, de 25 de janeiro de 1809. *In*: Collecção de Leis do Brazil de 1809. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891 (BCOC).

³⁹ SANTOS FILHO. *Op. cit.*, p. 49.

Rio de Janeiro pelo Alvará de 2 de março de 1812⁴⁰. Esta Junta, presidida pelo Frei Custódio de Campos e Oliveira, objetivava a inspeção das aulas que eram ministradas, fazendo valer os estatutos vigentes em Portugal.

O Decreto de 1º de abril de 1813⁴¹ aprovou um regimento exclusivo para a Escola do Rio de Janeiro, que ficou conhecido como Plano dos Estudos de Cirurgia – primeira de muitas reformas pela qual passou o ensino médico –, criado pelo Diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia, Manuel Luiz Álvares de Carvalho. Para aqueles candidatos que desejassem matricular-se no curso para obterem a aprovação em cirurgia deveriam submeter-se às novas diretrizes desse Plano, que estipulava como condição *sine qua non* o conhecimento das línguas inglesa e francesa – assim como também seria estipulado em 1816 na Escola da Bahia quando da sua primeira reforma do ensino médico superior, a qual adotaria também este Plano para as habilitações de Cirurgião e Cirurgião-aprovado.

Já submetidas à nova orientação do Plano de Estudos de Cirurgia – mais conhecido como reforma do “*Bom será*”⁴² – o curso deveria ter agora a duração de cinco anos e os alunos deveriam ser aprovados nas seguintes disciplinas: no primeiro ano, Anatomia Geral – a qual era ministrada por José Marques –, Química Farmacêutica e noções de Matéria Médica e Cirúrgica sem aplicações; no segundo ano, Anatomia – que deveria ser repetida pelos alunos – e Fisiologia, disciplina esta que era ministrada pelo próprio Joaquim da Rocha

Mazarém; no terceiro ano, as disciplinas de Higiene – ministrada por Vicente Navarro de Andrade, 1º e único Barão de Inhomirim (1776-1850) –, Etiologia, Patologia e Terapêutica; no quarto ano, Instruções Cirúrgicas, Operações e Arte Obstetrícia, sendo esta última ministrada por Manuel Álvares da Costa Barreto (1770-?); no quinto ano, Prática de Medicina – ministrada por José Maria Bontempo (1794-1843) – e assistência às lições do quarto e Obstetrícia. Os alunos deveriam ainda, como condição para receberem a graduação de Cirurgião, cursar novamente o quarto e o quinto anos e submeterem-se a novos exames e serem aprovados, pois os alunos que prestavam os exames somente do quarto ano, teriam direito apenas de receber a carta de aprovado em cirurgia⁴³.

Pelo Decreto de 9 de dezembro de 1814⁴⁴ foi criada a cadeira de Botânica e Agricultura, que se integrou como um curso anexo à Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro⁴⁵, existindo, pelo menos, até o ano de 1827⁴⁶.

Observa-se em 1820, nova reforma no ensino da Academia a mando do Rei D. João VI. A partir deste ano, são preparadas novas leis que modificam a sequência das disciplinas que, em 1825, estavam organizadas da seguinte maneira: no primeiro ano, Anatomia – ministrada por Joaquim José Marques; no segundo ano, as disciplinas de Fisiologia – ministrada por Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, 1º e único Barão de Iguaçu (1790-1846) – e Patologia, que era aplicada por Vicente Navarro de Andrade; no terceiro ano, Matéria Médica,

⁴⁰ BRASIL. Alvará de 2 de março de 1812. In: Collecção de Leis do Brazil de 1812. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (BCOC).

⁴¹ BRASIL. Decreto de 1º de abril de 1813. In: Collecção de Leis do Brazil de 1813. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (BCOC).

⁴² Em alusão à forma em que foram expressas as determinações para a matrícula dos candidatos quanto ao entendimento das línguas estrangeiras: “*Bom será que compreendam a língua franceza...*” (ver citação 24).

⁴³ AZEVEDO, Moreira de. “A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, tomo XXX, 2ª parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1867, pp. 39-418.

⁴⁴ BRASIL. Decreto de 9 de dezembro de 1814. In: Collecção de Leis do Brazil de 1814. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (BCOC).

⁴⁵ Como ficou denominada a Escola do Rio de Janeiro em 1813, com a reforma do Plano de Estudos de Cirurgia.

⁴⁶ SANTOS FILHO. Op. cit., p. 61.

Higiene Geral e Particular e Terapêutica Geral; no quarto ano, Instruções Cirúrgicas – ministradas por Amaro Batista Pereira – e Medicina Operatória, que era aplicada por Jerônimo Alves de Moura; no quinto ano, Medicina Clínica – ministrada por Mariano José do Amaral.

As disciplinas de Química e Botânica eram consideradas pré-requisitos para que fossem prestados os exames do quinto ano. Desta forma, havia a obrigação dos alunos cursarem-nas e nelas saírem aprovados⁴⁷. O Príncipe Regente D. Pedro (1798-1834), através da decisão de 4 de dezembro de 1821⁴⁸ uniu a cadeira de Operações à de Arte Obstétrica, e a cadeira de Fisiologia à de Anatomia que, já no próximo ano, são novamente afastadas pelo Decreto de 10 de julho de 1822⁴⁹. A

emancipação das Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, foi estabelecida através da Lei de 9 de setembro de 1826⁵⁰, a qual transferia para estas instituições a concessão dos dois tipos de diploma – a carta de Cirurgião e a carta de Cirurgião-formado. Este Decreto do Imperador do Brasil acabou com a submissão existente entre as Academias Médico-Cirúrgicas com o Físico-mor e o Cirurgião-mor do Império.

As razões que levaram D. João a criar a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro – em conjunto com as demais medidas adotadas para a modernização e evolução da nova sede do Império luso – tinham como principal objetivo a tentativa de formar aqui no Brasil, os profissionais que pudessem preencher



Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro

⁴⁷ BOMTEMPO, José Maria. Estatutos que Sua Magestade manda que se observem interinamente na Academia Medico-Cirúrgica. Dezembro 1820. In: LOBO, Francisco Bruno. *Op. cit.*, pp. 23-29.

⁴⁸ BRASIL. Decisão nº 75, de 4 de dezembro de 1821. In: *Collecção de Leis do Brazil de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889 (BCOC).

⁴⁹ BRASIL. Decreto de 10 de julho de 1822. In: *Collecção de Leis do Império do Brazil de 1822*, parte 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887 (BCOC).

⁵⁰ BRASIL. Lei de 9 de setembro de 1826. In: *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1826*, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1880 (BCOC).

o quadro deficiente de profissionais da Arte de Curar, visto que Portugal, neste momento, encontrava-se ocupado pelas tropas francesas e, desta forma, havia o impedimento de enviar estudantes de Medicina para a Universidade de Coimbra e estudantes de Cirurgia para o Hospital São José, em Lisboa, assim como para a Universidade de Montpellier, na França, e trazer destas universidades e hospital os médicos e os cirurgiões lá formados.

A Universidade de Edimburgo (Escócia) figurava, neste momento, como a oportunidade encontrada pelos médicos e cirurgiões brasileiros de aprofundarem seus estudos e absorverem os progressos da Ciência Médica da época, já que a Inglaterra e o Brasil mantinham agora, mais do que nunca, relações de estreita “amizade”. Mas era necessário preservar os estudantes do Brasil das ideias “subversivas” e contrárias à manutenção da ordem estabelecida pelo governo imperial do Príncipe Regente, visto que estes físicos e cirurgiões

ocupavam cargos no Exército e na Armada. Desta forma, era necessário que esses jovens estudantes não procurassem países estrangeiros para continuarem seus estudos.

Sendo assim, com a criação da Escola de Cirurgia da Bahia e da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, através da insistência do Barão de Goiana, Dr. José Correia Picanço – “Patriarca da Medicina” –, chegava ao fim as limitações que foram impostas pela Metrópole em relação à possibilidade de formação superior dos médicos e cirurgiões no Brasil que, a partir de 1826, iniciam uma tentativa de lançar as bases da autonomia da ciência médica brasileira.

Germano Martins Vieira é Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Gama Filho e Pós-graduando em História do Rio de Janeiro nas Faculdades Integradas Simonsen.



A chegada do príncipe regente D. João, em 1808, e o ato solene da implantação do ensino médico no Brasil. Ao fundo, a vista panorâmica de Salvador, na Bahia. No convés da caravela, a reprodução da cena da entrega, pelo Dr. José Correia Picanço, do pedido para a criação da primeira faculdade de medicina, que foi fundada no mesmo ano. Estão presentes no ato o príncipe regente D. João, o dr. José Correia Picanço, o frei Custódio Campos Oliveira, o príncipe da Beira (futuro. Pedro I) e o comandante da caravela.

Pesquisa

O DIA EM QUE O PSIQUIATRA CHOROU: a lei, os campos e a voz dos silenciados.

Por Vitor Luiz Bento Leite



O frio inverno europeu cortava as almas e gelava o sangue dos decrepitos e desprovidos de qualquer traço humano, sobreviventes (magros, abatidos e violados) da sanha nazista. Usados como ferramentas e cobaias, alimentados pelo medo e humilhados pela fome, os judeus que por pura sorte conseguiram sobreviver a “vida” nos campos de extermínio e campos de

concentração, assombram a visão incrédula e assustada dos soldados libertadores ao longo da Europa, ao passo que a verdade vai sendo revelada. Soldados esses que lutando na guerra, estavam acostumados a vivenciar e participar de todo tipo de violência no campo de batalha, contudo, o que eles viram, não podia ser real. Suas mentes cansadas os estavam enganando? Seriam alucinações?

Pesadelos? Não! Era o mais trágico período da história do “breve século XX” sendo escrito.

Nas linhas a seguir, viajaremos por esse calabouço de histórias macabras pelos olhos de quem lá estava. Conheceremos os algozes, a ideologia assassina, os campos da morte e as vítimas da perseguição. O “gado” marcado; o braço tatuado é uma lembrança, contudo, escondido no fundo de suas mentes, aqueles homens, mulheres e crianças, jamais poderiam viver sem uma marca muito maior, uma cicatriz na alma, uma passagem só de ida para o inferno.

A ideologia, os Ghettos e as deportações.

Durante décadas os círculos acadêmicos espalhados pelo mundo, fazem a mesma pergunta em relação ao holocausto, “Por que os judeus? “. Antes de tudo, questionam-se simplesmente: “Por quê?” Obviamente, não só os judeus foram mortos nos campos nazistas, além deles, outras tantas minorias pereceram pela fome, fadiga ou simplesmente foram assassinados. Contudo, focaremos nossa atenção no antissemitismo crônico que permeava as mentes europeias naquela época: lendas, mitos medievais e todo tipo de propaganda eram usadas para denigrir, humilhar e atacar os judeus. Engana-se quem pensa que o fenômeno do antissemitismo, foi uma criação hitleriana; desde o alvorecer da cultura judaica, os mesmos são escravizados e mortos. Na Alemanha nazista, esse sentimento chegou ao seu ápice, quando Hitler e seus asseclas tomaram o poder por via democrática e tendo como plataforma, o desprezo pelos judeus (atentemos para a palavra “democrática”, demonstrando a aceitação dessas ideias antissemitas e sua raiz no cerne do povo alemão e europeu como um todo). Podemos falar sobre os jornais como o “Der Stürmer” do famigerado Julius Streicher ou então de Gregor

Strasser e sua fama de espancador de judeus lá pelos idos da década de 1920, contudo, dirijamo-nos diretamente para 15 de setembro de 1935, data esta que traça o futuro dos judeus com a promulgação das infames “Leis Raciais de Nuremberg”. Independente da religião, qualquer pessoa que possuísse 3 ou 4 avós judeus, mesmo sem pertencer a comunidade judaica, ou mesmo se identificar como judeu, estava enquadrado nas leis, e entre 1937 e 1938, os judeus passaram a ter suas propriedades expropriadas pelo estado; os mais abastados perdiam suas posses, e os pobres, os seus empregos.

Em linhas gerais, os principais artigos das leis raciais de Nuremberg diziam:

Art. 1º - São proibidos os casamentos entre judeus e cidadãos de sangue alemão ou aparentados. Os casamentos celebrados apesar dessa proibição são nulos.

Art. 2º - As relações extramatrimoniais entre Judeus e cidadãos de sangue alemão ou aparentados são proibidas com menos de 45 anos.

Art. 3º - Os Judeus são proibidos de terem como criados em sua casa cidadãos de sangue alemão ou aparentados.

Art. 4º - Os Judeus ficam proibidos de içar a bandeira nacional do Reich e de envergarem as cores do Reich.

Art. 5º - Quem infringir o artigo 1º será condenado a trabalhos forçados. Quem infringir os artigos. 3º e 4º será condenado à prisão que poderá ir até um ano e multa, ou a uma ou outra destas duas penas.

Incluindo o fato de que os judeus deveriam anexar as suas roupas, um triângulo duplo amarelo com a palavra “jude” (Judeu), de forma a identificá-lo.

Tais decisões constitucionais, condenaram os judeus alemães, tendo em 1938, a sua ferocidade demonstrada no que ficou conhecido como “*Kristallnacht*” (a noite dos cristais ou a noite do vidro quebrado), onde, Ernst Von Rath, um diplomata alemão, é assassinado em Paris por

Herschel Grynszpan, um judeu polaco. Em represália, milhares de estabelecimentos judeus foram depredados, pessoas presas, espancamentos e assassinados, tudo incentivado pelo ministro da propaganda, Dr. Goebels.

Após esse evento, a perseguição se endureceu mais ainda e os judeus, foram assentados em “Ghettos”, onde famílias inteiras, dividiam uma mesma casa com outras 3 ou 4 famílias, porém, deve-se fazer uma observação no que tange tais locais; os ghettos eram espaços de forma a acomodar a população judaica dentro das próprias cidades, os campos de concentração, são espaços costumeiros em tempos de guerra, a exemplo disso, os Estados Unidos, possuíam os seus destinados aos japoneses, durante a guerra. Os campos de concentração, eram os locais onde se utilizavam a mão de obra escrava no esforço de guerra, as mortes eram causadas pelas péssimas condições de trabalho, fome e cansaço, mas não necessariamente o objetivo era matar seus prisioneiros, por fim, os campos de extermínio, esses sim tinham como único objetivo, massificar e elevar de forma industrial, os assassinatos de seus cativos.

Ghettos x Campos de concentração x Campos de extermínio

Nos campos, a organização de todos os prisioneiros era feita com o mesmo triângulo que os judeus eram obrigados a usar antes da guerra; estes, mantiveram o triângulo duplo amarelo, formando uma estrela de Davi no peito, o triângulo vermelho, era destinado a dissidentes políticos como os comunistas, o verde para prisioneiros comuns de ascendência ariana, o roxo para as testemunhas de jeová (esses religiosos, eram condenados, pois se negavam a fazer a saudação nazista e servir nas

forças armadas), o castanho para os ciganos e o rosa para homossexuais.



O arquiteto

Logo a sombra do “grandioso” Führer, vem uma figura de aparência fraca, perturbada e até mesmo passiva. Seus óculos fundos lhe davam um ar quase inofensivo e a sua fala baixa e tímida combinam com as características de um burocrata. Não seria de se espantar ver tal pessoa, atrás de um balcão de repartição pública; armários com arquivos detalhados e organizados, o trabalho sistematicamente atencioso, com o máximo de minúcia possível e imaginável.

Em qualquer lugar esse homem seria sim, o funcionário do mês, e podemos até dizer que pela condução e execução do seu trabalho, nas formas esperadas por seu superior, tal título era mais que merecido a ele. Contudo, esse homem não merece os parabéns por seu trabalho “muito bem executado”, esse homem é o Reichsführer – SS, Heinrich Himmler, o arquiteto do holocausto.

A farda negra, a caveira no quepe, as insígnias e medalhas do chefe da força de elite mais temida da história, as SS, compunham o personagem macabro que era Himmler.

Criado dentro da atmosfera antissemítica, Heinrich, viu no partido nazista um solo fértil para apoiar suas



Himmler

crenças , (alguns historiadores defendem que era ele o único idealista no movimento nazista, onde discursos como a superioridade da raça ariana, os mitos nórdicos, a inferioridade dos outros povos, dentre outros mais, seriam, obviamente, alimentados por Hitler, no entanto, ao ser libertado da prisão de Landsberg em 1924, Hitler se torna um político tradicional, deixando um pouco de lado a parte “romântica” do nacional socialismo, parte essa que coube a Himmler alimentar, teorizar e apoiar o ideário nazista).

Tendo figuras como Walter Darré, escritor de “Sangue e solo” e Alfred Rosenberg, escritor de “O mito do século XX”, responsáveis por contribuir na gama de materiais produzidos para os fins de provar cientificamente e filosoficamente suas crenças, a teoria nazista toma forma. Sendo esses e outros materiais, utilizados pelo astuto Dr. Josef Goebbels, ministro da propaganda, como formato do marketing nazista.

Membro das S.A (braço armado do partido), Himmler ascende meteoricamente dentro das

fileiras nazistas, sendo nomeado chefe da Gestapo (polícia secreta) e posteriormente das SS, sua função de maior significância histórica.

Deixemos bem claro, que as SS não eram o exército regular, tão pouco uma milícia como as Freikorps (grupos armados que atuavam em pequenos combates de rua, logo ao fim da primeira guerra mundial), a famosa schutzstaffel foi criada para servir única e exclusivamente aos interesses do partido nazista e a Hitler, nada mais. Seu poder não possuía limites e sua influência se espalhou por toda a Europa conquistada.

Os soldados eram moldados com um nacionalismo ferrenho, cultuando a figura de Adolf Hitler, como um Deus vivo. Não existia para eles, algo além da SS e de Hitler, foi para servi-los que eles foram criados e a existência de ambos, era o



Josef Goebbels

que dava significado as suas vidas.

Com a ascensão do partido nazista em 1933, a chancelaria, a SS, passa a ter sua rigidez aumentada, tendo seus dogmas, interferindo diretamente na vida desses soldados; a SS realiza os casamentos de seus membros, batizados e todo tipo de evento que envolvesse a vida social e particular; a cruz cristã era substituída por uma suástica e na igreja, fotos de Hitler, e não de um Deus tradicional decoravam as paredes.



Para se ter uma ideia da formação desses soldados, o ingresso dos mesmos não dependia só de sua vontade ou esforço, dependia de sua herança genética; o Reichführer queria uma formação de homens com características nórdicas, que remetia a lembrança dos grandes e lendários cavaleiros teutônicos e Vikings, sendo que o candidato deveria provar até 4 gerações atrás, de “pureza alemã”. Obviamente, com a aproximação da derrota na guerra, esse critério foi substituído

pelo desespero desenfreado de vencer as batalhas, sendo convocados a SS até mesmo indianos.

As SS eram divididas em 3 segmentos:

- Allgemeine SS – Era o grupamento geral das SS.
- Waffen SS - Fileira das SS que integrava o esforço de guerra, ao lado das forças armadas.
- Totenkopfverband – Responsáveis pela administração dos campos de concentração.

Com o suicídio de Hitler em 30 de Abril de 1945 e a rendição incondicional alemã em 08 de maio do mesmo ano, os criminosos que não se suicidaram como Himmler, Hitler e outros o fizeram, foram levados a julgamento no famoso tribunal de Nuremberg. Veremos mais a frente, a participação das SS na condução e execução do holocausto e suas acusações no direito internacional, pelo crime maior: “A solução final para questão dos judeus”.

A solução final

As mortes e as perseguições já vinham acontecendo desde do início da década de 1930, contudo, a total organização para maximizar o número de assassinatos foi levada a cabo na chamada “Conferência de Wansee”. Esse evento, reuniu altos oficiais do estado nazista com esse único objetivo e foi encabeçado por uma figura que era propagandeada como sendo o ideal ariano; corpo esguio e atlético, cabelos loiros, olhos azuis e um artista nato.

Todas essas características, escondiam o fato de Heydrich, ter sangue judeu, camuflando ao mundo, a hipocrisia nefasta que se fazia na relação de pureza racial e sexual, sendo a perseguição as

minorias e a homossexuais, objetivos claros, contudo, tendo em suas fileiras homossexuais assumidos como Ernest Rohm, o chefe das S.A e Goering, chefe da força aérea e segundo em comando na hierarquia nazista, que diziam as más línguas "gostava de se vestir de mulher".



Se Himmler era a sombra de seu Führer, Adolf Hitler, o Reichführer também possuía a sua, o general Reyhard Heydrieck, contudo a admiração, devoção e amor que Heinrich sentia pelo seu superior, era substituída pela inveja e ambição sem limites que o seu braço direito lhe conferia. Heydrieck era o chefe do S.D, o serviço de inteligência vinculado a SS, cabia a ele, a investigação dos inimigos do partido, e dos próprios partidários, resultando num medo geral por parte dos nazistas em relação as informações que o mesmo possuía. Esse general era o "protektor" da Boêmia e Morávia (como ficou conhecida a Checoslováquia ocupada), e foi lá que em maio de 1942, o "ideal ariano" encontrou seu fim, num atendado ao seu carro, realizado pela resistência Tcheca (os próprios nazistas, se sentiram aliviados com a morte do homem, que tinha o maior

poder sobre todos eles, o poder de conhecer os seus passados). Como representante direto de Himmler na conferência de Wansee, Heydrieck tinha a função de falar abertamente o que todos já sabiam: os judeus, precisam ser exterminados de todos os territórios alemães conquistados. Foi em um documento redigido por ele ao diplomata Martin Luther, que o termo "solução final", foi cunhado. Foi o início da "linha de produção nazista".

Auschwitz-Birkenau– A fábrica de cadáveres

Como já vimos, existem diferenças teóricas e técnicas entre Ghettos, campos de concentração e campos de extermínio, sendo este último, simbolizado pelo complexo de Auschwitz-Birkenau. Inicialmente, esse campo fora construído para suprir a falta de espaço nas prisões convencionais, contudo, esse local, baluarte máximo do holocausto, tinha uma única e simples função: matar seres humanos. Formado por Auschwitz I, Auschwitz II – Birkenau e Auschwitz III – Monowitz, tendo como comandante Rudolf Höss e fiscalizado diretamente por Himmler, Auschwitz era o maior campo de extermínio criado pelos nazistas. A região foi escolhida pelo seu fácil acesso a rede ferroviária que liga a Europa, o que era fundamental para o transporte de prisioneiros em vagões de gado. Um letreiro de ferro os recepcionavam; "*Arbeit macht frei*" ("O trabalho liberta") e o encarregado de Höss, Franz Hössler, lhes fazia um pequeno discurso:

"Em nome da administração do campo eu lhes dou as boas-vindas. Isto não é uma colônia de férias mas um campo de trabalho. Assim como nossos soldados arriscam suas vidas na frente de combate para conquistar a vitória para o Terceiro Reich, vocês terão que trabalhar aqui para o bem-estar de uma nova Europa. Como vocês irão desempenhar essa tarefa depende apenas de vocês. A chance existe para cada um de vocês. Vamos cuidar de sua saúde e também ofereceremos trabalho bem pago. Após a guerra, vamos avaliar todos de acordo com



os seus méritos e tratá-lo adequadamente. Providenciamos e por favor lembrem-se de seu número (no cabide). Depois de seu banho haverá uma tigela de sopa e café e chá para todos. Oh sim, antes que eu me esqueça, depois do banho por favor tenham seus certificados, diplomas, boletins escolares e outros documentos à mão, para que possamos empregar todos de acordo com seu treinamento e habilidade. Os diabéticos que não podem consumir açúcar comuniquem ao pessoal de serviço após o banho". (Pronunciamento feito pelo encarregado Franz Hössler, aos recém chegados a Auschwitz.)

Após as "boas vindas", os prisioneiros eram separados em dois grupos: aptos para o trabalho e não aptos (idosos, crianças, deficientes físicos e grávidas eram levados imediatamente para as câmaras de gás). Os números do campo assustam, estima-se que cerca de 6 milhões de judeus foram mortos durante o holocausto, Auschwitz foi responsável por cerca de 1.700.000 mortes apenas em relação a judeus. Abaixo, uma foto de uma câmara de gás no campo, algumas delas tinham capacidade de matar até 2000 pessoas ao mesmo tempo.

Para evitar confusões, os detentos eram encaminhados até os locais, que estavam disfarçados de chuveiros, onde se argumentava que iriam passar por um processo de assepsia, de forma a livrá-los de piolhos e pragas.

Os campos eram administrados pela divisão Totenkopfverband - SS, contudo, existia um grupo chamado *sonderkommando*, formado por detentos, que era responsável por alguns trabalhos, tais como, enterrar corpos, limpar câmaras de gás e incinerar corpos, contudo, em troca destes trabalhos, esses prisioneiros recebiam um melhor tratamento em relação aos outros, entretanto, apenas estavam adiando a inevitável morte que também lhes aguardavam.



O anjo da morte: Dr. Josef Mengele

Dentro das condições inumanas a que os prisioneiros eram sujeitados, haviam também sua utilização como cobaias em experimentos médicos. As experiências tinham por objetivo, auxiliar no esforço de guerra, a fim de melhor tratar os ferimentos na frente de batalha.



O médico chefe do campo era o Dr. Josef Mengele, o anjo da morte; testemunhos de prisioneiros afirmam que Mengele se posicionava à frente da fila de prisioneiros, estender o braço direito indicava que o prisioneiro viveria mais alguns dias, o braço esquerda significava a morte. Mengele tinha uma obsessão por gêmeos, se empenhava incansavelmente no sentido de fazer com que os alemães que viriam a nascer, possuísem o máximo de características arianas possível, com isso, ele via no nascimento de gêmeos, a chave para a reprodução da raça ariana.

Todo tipo de experiência cruel e desumana foi realizada por Mengele, desde dissecações com pacientes vivos, até a implantação de cacos de vidro, terra, e pólvora em ferimentos abertos, tentando assim reproduzir os cenários médicos dos campos de batalha. Com o final da guerra, Mengele fugiu para a América Latina, refúgio de vários nazistas, conta-se que o Brasil foi o país que o médico viveu até o final de sua vida, morrendo tranquilamente numa praia, já idoso. Essa teoria ainda é envolta em grande discussão, inclusive pelo fato de existir uma cidade no Rio Grande do Sul, que possui um número imenso de nascimentos de gêmeos, sendo atribuída a passagem de Mengele por lá, visto que este, continuou obcecado por seus estudos.

A revelação do terror ao mundo: O tribunal de Nuremberg

A rendição formal e incondicional do estado alemão, foi assinada pelo general Alfred Jodl, chefe do Estado-Maior da Wehrmacht, em 7 de maio de 1945, colocando um ponto final no conflito (na Europa, o Japão, o único membro do eixo Roma / Berlim / Tóquio, ainda lutava no pacífico, sendo apenas derrotado em agosto de 1945, com o lançamento das bombas atômicas). Muito dos nazistas de alto escalão, cometeram suicídio, outros tantos fugiram para outros continentes, contudo, aqueles que haviam sido capturados, foram levados aos bancos dos réus para pagar por seus crimes, contrariando a vontade dos soviéticos, que simplesmente matavam os oficiais alemães e membros de alto escalão, as potências ocidentais utilizaram da mídia e grande acervo documental e fotográfico, para mostrar ao mundo as barbaridades cometidas durante a guerra. Coube a promotor Robert H. Jackson a difícil missão de acusar 24 membros dos mais variados escalões nazistas, em crimes que não possuíam precedentes.

Foram dadas sentenças em relação a crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes contra a paz.

O tribunal obviamente tinha o seu lado voltado exclusivamente para a justiça, de forma a condenar tais personalidades, contudo, serviu mais como arma de propaganda para os vitoriosos, já que se analisarmos com clareza e imparcialidade, os russos, quando chegaram em Berlim, promoveram uma série de assassinatos e estupros para com os civis, já os americanos, lançaram duas bombas nucleares em duas cidades que não tinham uma grande importância militar, e ambos não foram levados a qualquer tribunal internacional, quiçá foram questionados ou contestados formalmente.

Condenações

Nome	Cargo	Condenação
Martin Bormann	Secretário particular do Führer	Enforcamento (Condenação à revelia)
Karl Dönitz	Presidente da Alemanha após a rendição	10 anos de prisão
Hans Frank	Governador-geral da Polônia	Enforcamento
Wilhelm Frick	Ministro do Interior	Enforcamento
Hans Fritzsche	Ajudante de Joseph Goebbels	Absolvido
Walther Funk	Ministro de Economia	Perpétua
Hermann Göring	Comandante da aeronáutica.	Enforcamento (Suicidou-se antes da aplicação da pena)
Rudolf Hess	Vice-líder do partido Nazista	Prisão perpétua
Alfred Jodl	Chefe de Operações do OKW	Enforcamento
Ernst Kaltenbrunner	Membro de maior escalão da SS vivo.	Enforcamento
Wilhelm Keitel	Chefe do alto comando das forças armadas	Enforcamento
Gustav Krupp	Industrial	Teve suas acusações canceladas por saúde debilitada
Robert Ley	Chefe do Corpo alemão de trabalho	Enforcamento (Suicidou-se antes da aplicação da pena)
Konstantin von Neurath	Diplomata	15 anos
Franz von Papen	Ministro e vice-chanceler	Absolvido
Erich Raeder	Comandante-chefe da marinha	Prisão perpétua
Joachim von Ribbentrop	Ministro das Relações exteriores	Enforcamento
Alfred Rosenberg	Ideólogo nazista e ministro do Reich para os territórios ocupados do leste	Enforcamento
Fritz Sauckel	Diretor do programa de trabalho escravo	Enforcamento
Hjalmar Schacht	Presidente do Reichsbank	Absolvido
Baldur von Schirach	Líder da juventude hitlerista	20 anos
Arthur Seyss-Inquart	Líder do processo de anexação dos territórios da Áustria	Enforcamento
Albert Speer	Arquiteto do regime e ministro de armamentos	20 anos
Julius Streicher	Chefe do periódico antisemita Der Stürmer	Enforcamento

Fonte: Livro, "O tribunal de Nuremberg - O epílogo da tragédia"

Os sobreviventes



Nanette Blitz Konig

"Eu mesma costurei" diz a holandesa sobrevivente, mostrando a estrela de Davi amarela, que os judeus eram obrigados a usar na roupa. Amiga de Anne Frank, Nanet foi enviada para o campo e concentração de Bergen Belse, onde reencontrou a amiga de escola. Nannet não teve o mesmo destino que Anne, que morreu de tifo em 1945, dias antes do campo ser libertado. A

sobrevivente afirma que não existiam câmaras de gás no Bergen - Belsen, contudo, cerca de 70.000 pessoas perderam a vida entre 1941 e 1945.

"Eu continuei em Bergen-Belsen, junto com minhas primas. Em quinze de abril de 1945, os ingleses entraram. Eu pesava apenas trinta e dois quilos, e estava com tifo. Consegui manter meus documentos comigo e quando os ingleses me encontraram, entrei em coma. Tive pneumonia e tuberculose. Perto de Bergen-Belsen funcionava uma escola militar, que foi usada para alojar alguns dos ex-prisioneiros. Acordei no chão, em um colchonete, em uma das barracas onde os prisioneiros alemães foram compelidos a 'cuidar' dos doentes."

Nanette Blitz Konig

Primo Levi

No livro "Isto é um homem?", Primo Levi retrata a sua trajetória durante o período que ficou preso no campo Auschwitz. Químico de formação pela universidade de Turim e escritor, o italiano foi entregue a Hitler, pela aliança entre Itália e Alemanha, de acordo com as leis raciais, vigentes no país. Levi ficou 11 meses no campo da morte, sendo um dos 20 judeus italianos sobreviventes, dos 650 enviados a Auschwitz.

Acometido por escarlatina ao final da guerra, o escritor foi levado para um campo soviético até se recuperar, ao retornar para sua terra natal, onde escreveu vários livros que são considerados até hoje clássicos da literatura mundial. Morreu em 1987, ao cair da escada do prédio onde vivia, especula-se que tenha se suicidado.

Moisés Jakobson

Ainda muito jovem, vivia na Polônia na ocasião da invasão alemã, que deu início a segunda guerra mundial. Até 1945, viveu em 4 campos diferentes, num deles, perdeu a vista quando atacado pelo cachorro dos guardas, dentro de um dos barracões,

por ter transgredido uma regra do campo.

"Fiquei sabendo que, durante a guerra, onde meu pai estava enterrado os alemães fizeram uma vala coletiva." (Moisés Jakobson)

Saiba mais: Museu do holocausto Curitiba – PR

O primeiro museu sobre o holocausto no Brasil, é a melhor oportunidade para estudiosos do tema, historiadores e interessados no geral, que carecem desse tipo de espaço no Brasil. O museu é uma realização da Associação Casa de Cultura Beit Yaacov e as visitas devem ser previamente agendadas.

"Ao iniciar seu discurso no julgamento de Adolf Eichmann (preso em Jerusalém, em 1961), o procurador do Estado de Israel Guideon Hansner declara: "Estou aqui hoje para falar em nome de seis milhões de judeus que não podem mais se manifestar". A inauguração do primeiro Museu do Holocausto no Brasil representa uma sensação equivalente, ao ceder à palavra a todos aqueles que pereceram e os que sobreviveram à catástrofe do Shoá para contar um pouco de sua história à Curitiba." (Trecho da apresentação do museu no seu site.)

Concluindo

A segunda guerra mundial ceifou cerca de 50 milhões de vidas, 6 milhões de judeus, um terço da população judaica mundial na época. Desses 6 milhões, 1,5 milhões, eram crianças. Na virada do século XIX para o XX, existia nas cátedras intelectuais, a promessa de um novo tempo, harmônico, pacífico e moderno, onde a razão seria a chave para a solução dos problemas no mundo, onde não mais seria necessário o uso da força para se alcançar os objetivos, um lugar onde a humanidade, deixaria de lado a sua face mais bárbara e primitiva. O esperado século XX chegou, e passado pouco mais de uma década, a primeira guerra mundial irrompe, demonstrando que a real

natureza humana, estava mais presente do que nunca, contudo, quase três décadas após o encerramento do conflito, as cortinas se abrem e o palco mundial assiste a um espetáculo macabro: o holocausto. Até hoje, os alemães se envergonham de seu passado (visite qualquer cidade alemã e não existe uma só referência orgulhosa sobre esse passado negro), contudo, não só os alemães devem se envergonhar, a humanidade como um todo deve refletir sobre esse período, onde engana-se quem pensa que esse tipo espetáculo diabólico se resume ao início do século; na década de 1990, tivemos Slobodan Milosevic, que promoveu uma limpeza étnica nos Balcãs. Década de 1990; praticamente ontem. A história, com sua função de pano de fundo para o show do homem, nos mostra que Hitler, o nazismo, as SS e o extermínio, só aconteceram por que nós permitimos. Seja na

Bibliografia:

DESCHNER, Günther. *O levante de Varsóvia*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
 FEST, Joachim C. *Hitler, volume 2, 1933 - 1945*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2006.
 HITLER, Adolf . *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001.
 HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos - o breve século XX, 1914 / 1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
 KAHN, Leo. *Julgamento em Nuremberg: epílogo da tragédia*. Rio de Janeiro: Renes, 1973.
 KEEGAN, John. *Waffen - SS*. Rio de Janeiro: Renes, 1973.
 LEACH, Barry. *Estado - Maior alemão*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.
 MANVEL, Roger e FRAENKEL , Heinrich. *Himmler*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
 MANVEL, Roger. *Goering*. Rio de Janeiro: Renes, 1974
 MANVEL, Roger. *SS e Gestapo: a caveira sinistra*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
 RYBACK, Timonthy W. *A biblioteca esquecida de Hitler*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
 WILLIANSON, Gordon. *O instrumento de terror de Hitler: a história completa, desde combatentes de rua, até as Waffen - SS.* São Paulo: Escala, 2008.
 WYKES, Alan. *Goebbels*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

reestruturação militar da Alemanha (proibido pelo tratado de Versalhes), assistida as vistas claras pelo mundo ou pela vista grossa feita pela comunidade internacional, quando os primeiros refugiados tiveram seus pedidos de asilo negados, todos as pessoas no mundo, tem a sua responsabilidade pelo ocorrido. Adolf Hitler, nunca escondeu suas intenções, nunca camuflou seu antissemitismo e em tempo algum, negou seus planos de expansão territorial pelo mundo. Existem muitos outros "Hitler(s)" espalhados pelo mundo, e como dizia Edmund Burke: "A única coisa necessária para o triunfo do mal, são as pessoas de bem cruzarem os braços."

Vitor Luiz Bento Leite é graduando em História pelas Faculdades Integradas Simonsen.

WYKES, Alan. *Heydrieck*. Rio de Janeiro: Renes, 1977.
 WYKES, Alan. *Himmler*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.
 WYKES, Alan. *Hitler*. Rio de Janeiro: Renes, 1973.

Videografia:

COHEN, Peter. *Arquitetura da destruição* – Suécia: Cohen, 1989
 REES, Laurence. *Auschwitz: Inside the Nazi State* – Reino Unido: BBC, 2005.
 RIEFENSTAHL, Leni. *O triunfo da vontade – Alemanha: Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães*, 1935.



Equipe de Redação:

Prof. Ms. Fernando Gralha (FIS/UCAM/UAB)
Prof. Jessica Corais (FIS)

Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Bruno Alvaro (UFS)
Prof.^a. Ms. Daniele Crespo (FIS/UCAM)
Prof.^o. Felipe Castanho (UGF/FIS)
Prof. Dr. Julio Gralha (UFF)
Prof. Dr. Marcus Cruz (UFMT)
Prof. Dr. Rodrigo Amaral (UCAM/FIS)
Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)

Apoio:

- Faculdades Integradas Simonsen (FIS)
- Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel (CMRP)
- GELHIS – Grupo de Estudos da Licenciatura em História

